



# SENADO FEDERAL

## RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA

**REFERENTE AOS TRABALHOS DA 1.<sup>a</sup>  
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 6.<sup>a</sup>  
LEGISLATURA, DE 1.º DE MARÇO A 30 DE  
NOVEMBRO DE 1967, APRESENTADO, NO  
ATO DE SEU ENCERRAMENTO, PELO PRE-  
SIDENTE,**

*Senador Auro Soares Moura Andrade*

**SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA  
BRASÍLIA — D.F.**

SENADO FEDERAL

RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA

referente aos trabalhos da 1ª sessão legislativa ordinária da 6ª legislatura, de 1º de março a 30 de novembro de 1967, apresentado no ato de seu encerramento, pelo Presidente,

Senador Auro Moura Andrade

# SUMÁRIO

## S U M Á R I O

### 1 - PARTE EXPOSITIVA

#### I - Palavras iniciais.

#### II - O Senado Federal na Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Sexta Legislatura.

##### A - Trabalhos Preliminares:

A.1 - Reuniões Preparatórias.

A.2 - Constituição da Mesa.

##### B - Instalação da Sessão Legislativa.

##### C - Trabalhos de Organização.

C.1 - Bancadas.

C.2 - Lideranças.

C.3 - Comissões:

C.3.1 - Comissões Permanentes.

C.3.1.1 - Composição

C.3.1.2 - Direção

C.3.2 - Comissões Especiais

C.3.2.1 - Comissões Especiais Internas:

C.3.2.2 - Comissões Especiais Externas.

C.3.3. - Comissões Parlamentares de Inquérito.

##### D - O Senado em sua Composição:

D.1 - Composição inicial.

D.2 - Licenças

D.3 - Afastamento para o exercício de outras funções.

D.4 - Substituições.

##### E - O Senado em Funcionamento.

E.1 - Plenário

E.1.1 - Sessões realizadas.

E.1.2 - Sessões não realizadas.

E.1.3 - Homenagens.

E.1.3.1 - Sessões comemorativas.

E.1.3.2 - Comemorações levadas a efeito da tribuna.

E.1.3.3 - Votos de congratulações e aplauso.

E.1.3.4 - Homenagens de pesar.

E.1.3.5 - Isaac Brown

E.1.3.6 - Registros de pesar.

E.2 - Funcionamento das Comissões.

E.3 - Serviços Auxiliares.

E.3.1 - Direção-Geral da Secretaria.

E.3.2 - Secretaria-Geral da Presidência.

E.3.3 - Vice-Diretorias Gerais:

E.3.3.1 - Administrativa

E.3.3.2 - Legislativa.

E.3.4 - Diretorias:

E.3.4.1 - Arquivo

E.3.4.2 - Assessoria

E.3.4.3 - Ata

E.3.4.4 - Biblioteca

E.3.4.5 - Comissões

E.3.4.6 - Contabilidade

E.3.4.7 - Expediente

E.3.4.8 - Informação Legislativa

E.3.4.9 - Patrimônio

E.3.4.10 - Pessoal

E.3.4.11 - Publicações

E.3.4.12 - Taquigrafia

## E.3.5 - Serviços:

E.3.5.1 - Gráfico.

E.3.5.2 - Radiofusão.

E.3.5.3 - Seleção de Pessoal e Assistência Social.

E.3.5.4 - Médico.

E.3.5.5 - Telex.

F - Trabalho realizadoF.1 - Trabalhos Legislativo Ordinário.F.1.1 - Trabalho Legislativo Ordinário de Iniciativa do Senado (O Senado como Casa iniciadora de leis).

F.1.1.1 - Projetos de Lei do Senado apresentados.

F.1.1.2 - Projetos de Lei do Senado apreciados:

F.1.1.2.1 - Aprovados;

F.1.1.2.2 - Rejeitados;

F.1.1.2.3 - Retirados;

F.1.1.2.4 - Prejudicadas.

F.1.1.3 - Projetos de Lei do Senado que permanecem em estudo no próprio Senado.

F.1.1.4 - Projetos de Lei do Senado apreciados pela Câmara dos Deputados.

F.1.1.5 - Pronunciamento do Senado sobre emendas da Câmara dos Deputados.

F.1.1.6 - Projetos de Lei do Senado que aguardam pronunciamento da Câmara dos Deputados.

F.1.2 - Trabalho Legislativo Ordinário de Iniciativa da Câmara dos Deputados. (O Senado como Casa revisora de Leis).

F.1.2.1 - Projetos de Lei recebidos da Câmara para revisão.

F.1.2.2 - Projetos de Lei da Câmara apreciados pelo Senado.

F.1.2.2.1 - aprovados;

F.1.2.2.2 - emendados e devolvidos à Câmara;

F.1.2.2.3 - rejeitados;

F.1.2.2.4 - prejudicados;

F.1.2.2.5 - sobrestados

F.1.2.3 - Projetos de Lei da Câmara que permanecem em estudo no Senado.

F.1.2.4 - Emendas do Senado apreciadas pela Câmara.

F.1.2.5 - Emendas do Senado que aguardam pronunciamento da Câmara.

F.1.3 - Trabalho Legislativo submetido à colaboração presidencial.

F.1.3.1 - Projetos de lei encaminhados à sanção.

F.1.3.1.1 - Projetos de lei totalmente sancionados.

F.1.3.1.2 - Projetos de lei totalmente vetados.

F.1.3.1.3 - Projetos de lei sancionados e vetados em parte.

F.1.3.2 - Principais leis ultimadas.

F.1.4 - Notas sobre a elaboração orçamentária.

- G - Tarefa normativa e deliberativa referente ao próprio Senado
  - G.1 - Projatos de Resolução
    - G.1.1 - apresentados
    - G.1.2 - ultimados
      - G.1.2.1 - aprovados
      - G.1.2.2 - rejeitados
    - G.1.3 - Projatos de Resolução que permanecem em estudo
  - G.2 - Resoluções promulgadas
- H - Indicações
- I - Requerimentos
- J - Trabalho referente ao campo da competência privativa do Senado
  - J.1 - Pronunciamento do Senado sôbre escolha de autoridades
  - J.2 - Pedidos de autorização para empréstimos externos
  - J.3 - Suspensão de leis inconstitucionais
  - J.4 - Novas atribuições dadas ao Senado
- K - Matéria Administrativa
  - K.1 - Administração Interna
  - K.2 - Atos referentes a funcionários
    - K.2.1 - Atos do Senado (Resoluções)
      - K.2.1.1 - Nomeações
      - K.2.1.2 - Aposentadorias
      - K.2.1.3 - Exonerações
      - K.2.1.4 - Autorização para prestar serviços a outros órgãos
      - K.2.1.5 - Anulação de Nomeações
    - K.2.2 - Atos da Comissão Diretora
      - K.2.2.1 - Promoções
- L - Ação fiscalizadora do Senado
  - L.1 - Requerimentos de informações
    - L.1.1 - Requerimentos de informações formulados
    - L.1.2 - Requerimentos de informações respondidos
      - (desta sessão legislativa e
      - de sessões legislativas anteriores)
    - L.1.3 - Requerimentos de informações sem resposta no Senado
- M - O Senado em suas relações com outros órgãos
  - M.1 - Correspondência
  - M.2 - Elementos de ligação
  - M.3 - Jornalistas credenciados
  - M.4 - Convites
  - M.5 - Visitantes
- N - Assuntos pertinentes aos Senadores
  - N.1 - Participação nos trabalhos da Casa
  - N.2 - Missões externas
    - N.2.1 - Designações para acompanhar na Câmara o estudo de emendas do Senado
    - N.2.2 - Missões de representação
      - N.2.2.1 - do Executivo
      - N.2.2.2 - do Congresso

- III - O Congresso Nacional no trabalho em conjunto de suas duas Casas e no desempenho de suas atribuições privativas
  - O - Atos realizados em conjunto pelas duas Casas
    - O.1 - Sessões conjuntas
    - O.2 - Proposições com tramitação em conjunto
      - O.2.1 - Projetos de Lei
      - O.2.2 - Vetos presidenciais
      - O.2.3 - Projetos de Resolução
      - O.2.4 - Projetos de emenda à Constituição
  - P - Atos da competência privativa do Congresso Nacional estudados separadamente pelas duas Casas.
    - P.1 - Projetos de Decreto Legislativo
    - P.2 - Decretos Legislativos promulgados
  - Q - Comissões Mistas
    - Q.1 - Comissões Mistas constituídas nesta sessão legislativa
    - Q.2 - Comissões Mistas que, designadas na sessão legislativa anterior, desempenharam suas funções nesta sessão
    - Q.3 - Pareceres proferidos pelas Comissões Mistas
    - Q.4 - Relatórios de Comissões Mistas sobre vetos presidenciais
  - R - Posse do Presidente e Vice-Presidente da República
  - S - Trabalho legislativo feito sem a colaboração do Congresso Nacional (Decretos-leis baixados pelo Presidente da República de 25.1.67 até 15 de março de 1967)
- IV - Palavras Finais

## A N E X O S

### I = REFERENTES AO SENADO FEDERAL

- 1 - Lista de Senadores
- 2 - Lista de Suplentes
- 3 - Bancadas
- 4 - Comissões:
  - 4.1 - Comissões Permanentes
  - 4.2 - Comissões Especiais
  - 4.3 - Comissões Mistas (ver anexo nº 55)
  - 4.4 - Comissões Parlamentares de Inquerito
- 5 - Sessões do Senado:
  - 5.1 - Realizadas
  - 5.2 - Não realizadas
  - 5.3 - comemorativas
  - 5.4 - Extraordinárias
  - 5.5 - Secretas
- 6 - Projetos de Lei apresentados
  - 6.1 - Por ordem numérica
  - 6.2 - Classificação segundo os autores
- 7 - Projetos de Lei do Senado aprovados e remetidos à Câmara
- 8 - Projetos de Lei do Senado rejeitados
- 9 - Projetos de Lei do Senado retirados
- 10 - Projetos de Lei do Senado sobrestados
- 11 - Projetos de Lei do Senado prejudicados
- 12 - Projetos de Lei do Senado que permanecem em estudo
- 13 - Projetos de Lei do Senado apreciados pela Câmara
  - 13.1 - Aprovados
  - 13.2 - Rejeitados
  - 13.3 - Devolvidos com emendas
- 14 - Pronunciamento do Senado sobre emendas da Câmara
- 15 - Projetos de Lei do Senado que aguardam pronunciamento da Câmara
- 16 - Projetos de Lei da Câmara recebidos
- 17 - Projetos de Lei da Câmara aprovados
- 18 - Projetos de Lei da Câmara devolvidos com emendas
- 19 - Projetos de Lei da Câmara rejeitados
- 20 - Projetos de Lei da Câmara sobrestados
- 21 - Projetos de Lei da Câmara prejudicados
- 22 - Projetos de Lei da Câmara que permanecem em estudo no Senado
- 23 - Projetos de Lei da Câmara que aguardam pronunciamento da Casa de origem sobre emendas do Senado.
- 24 - Emendas do Senado apreciadas pela Câmara
- 25 - Projetos de Lei de iniciativa do Presidente da República apreciados em separado pelas duas Casas
- 26 - Leis sancionadas e promulgadas
- 27 - Projetos de Resolução apresentados
- 28 - Projetos de Resolução aprovados
- 29 - Projetos de Resolução rejeitados
- 30 - Projetos de Resolução prejudicados
- 31 - Projetos de Resolução retirados
- 32 - Projetos de Resolução que permanecem em estudo
- 33 - Resoluções promulgadas
- 34 - Requerimentos apresentados
  - 34.1 - Por ordem numérica
  - 34.2 - Classificados segundo os autores



- 35 - Requerimentos de informações respondidos
- 36 - Requerimentos de informações que permanecem sem resposta
- 37 - Pareceres proferidos:
  - 37.1 - Escritos
  - 37.2 - Oraís
- 38 - Pronunciamento do Senado sôbre matéria de sua competência privativa:
  - 38.1 - Escolha de autoridades
  - 38.2 - Autorização para empréstimos externos
  - 38.3 - Suspensão de atos inconstitucionais
- 39 - Documentos transcritos nos Anais
- 40 - Falas da Presidência do Senado
- 41 - Discursos proferidos
- 42 - Mensagens recebidas

## II - REFERENTES AO CONGRESSO NACIONAL

- 43 - Sessões conjuntas realizadas
- 44 - Projetos de Emenda a Constituição
- 45 - Projetos de Lei de iniciativa do Presidente da República apreciados em conjunto pelas duas Casas
- 46 - Vetos presidenciais:
  - 46.1 - Apreciados
  - 46.2 - Remanescentes
- 47 - Projetos de Decreto Legislativo apresentados
  - 47.1 - na Câmara dos Deputados
  - 47.2 - no Senado
- 48 - Projetos de Decreto Legislativo aprovados pela Câmara e remetidos ao Senado
- 49 - Projetos de Decreto Legislativo apreciados pelo Senado:
  - 49.1 - Aprovados
  - 49.2 - Emendados e devolvidos à Câmara
  - 49.3 - Rejeitados
- 50 - Projetos de Decreto Legislativo que permanecem em estudo no Senado
- 51 - Emendas do Senado a Projetos de Decreto Legislativo apreciadas pela Câmara
- 52 - Decretos Legislativos promulgados
- 53 - Projetos de Resolução do Congresso Nacional
- 54 - Resoluções do Congresso Nacional promulgadas
- 55 - Comissões Mistas
  - 55.1 - Para opinar sôbre Projetos de Lei de iniciativa do Presidente da República
  - 55.2 - Para relatar vetos presidenciais:
    - 55.2.1 - Desta sessão legislativa
    - 55.2.2 - De sessões legislativas anteriores
- 56 - Pareceres de Comissões Mistas
- 57 - Relatórios de Comissões Mistas sôbre vetos presidenciais
- 58 - Falas da Presidência em sessões conjuntas do Congresso Nacional.

# PARTE EXPOSITIVA

<

# I — PALAVRAS INICIAIS

## I - PALAVRAS INICIAIS

Esta é a prestação de contas, que a Presidência do Senado Federal apresenta para conhecimento dos Srs. Senadores do País, do trabalho realizado pelo Senado no desempenho de suas atribuições e pelas duas Casas do Congresso, quando reunidas em conjunto, na primeira sessão legislativa ordinária da sexta legislatura, compreendendo o período entre 1º de março e 30 de novembro de 1967.

## II — O SENADO FEDERAL

NA PRIMEIRA SESSÃO  
LEGISLATIVA ORDINÁRIA  
DA SEXTA LEGISLATURA

## **TRABALHOS PRELIMINARES**

Reuniões Preparatórias

Mesa – Constituição e alterações

A. - TRABALHOS PRELIMINARESA. 1 - REUNIÕES PREPARATÓRIAS

Três reuniões preparatórias foram levadas a efeito, nos dias 1º e 2º de fevereiro.

A primeira reunião, realizada no dia 1º de fevereiro, às 14 horas e 30 minutos, destinou-se a posse dos seguintes Senadores, eleitos no pleito de 15 de novembro de 1966:

ACRE

Adalberto Corrêa Sena

ESPÍRITO SANTO

Carlos Fernando Monteiro Lindenberg

AMAZONAS

Álvaro Botelho Maia

RIO DE JANEIRO

Paulo Francisco Torres

PARÁ

Jarbas Gonçalves Passarinho

GUANABARA

Mário de Souza Martins

MARANHÃO

Clodomir Teixeira Milet

MINAS GERAIS

Milton Soares de Campos

PIAUI

Petrônio Portela Nunes

SÃO PAULO

Carlos Alberto A. de Carvalho Pinto

CEARÁFrancisco Menezes Pimentel  
Paulo Sarasate Ferreira LopesGOIÁS

João Abrahão Sobrinho

RIO GRANDE DO NORTE

Francisco Duarte Filho

MATO GROSSO

Fernando Corrêa da Costa

PARAÍBA

Ruy Carneiro

PARANÁ

Ney Amintas de Barros Braga

PERNAMBUCO

João Cleofas de Oliveira

SANTA CATARINA

Celso Ramos

ALAGOAS

Teotônio Brandão Vilela

RIO GRANDE DO SUL

Guido Mondim

SERGIPE

Leandro Maynard Maciel

BAHIA

Aloysio de Carvalho Filho

Na Segunda reunião, realizada no dia 2 de fevereiro, às 14 horas e 30 minutos, procedeu-se a escolha do Presidente do Senado e na terceira, realizada às 15 horas e 40 minutos do mesmo dia, a dos demais membros da Mesa.

A.2 - CONSTITUIÇÃO DA MESA

Foi eleita para dirigir a Casa nesta sessão, legislativa, a seguinte Mesa:

Presidente - Senador Auro Soares Moura Andrade (ARENA-SP), pela sexta vez (56 votos em 59 votantes);

1º Vice-Presidente - Senador Camillo Nogueira da Gama (MDB-MG), pela quinta vez (por 52 votos, em 57 votantes);

- 2º Vice-Presidente - Senador Gilberto Marinho (ARENA-GB , por 52 votos em 57 votantes);
- 1º Secretário - Senador Dinarte de Medeiros Mariz (ARENA-RN), pela quarta vez (por 49 votos em 56 votantes);
- 2º Secretário - Senador Victorino Freire (ARENA-MA , por 47 votos em 56 votantes);
- 3º Secretário - Senador Edmundo Levi (MDB-AM, por 50 votos em 53 votantes);
- 4º Secretário - Senador Edward Cattete Pinheiro (ARENA-PA), pela quinta vez (por 49 votos em 53 votantes);
- 1º Suplente - Senador Eurico Rezende (ARENA-ES) , por 46 votos em 53 votantes);
- 2º Suplente - Senador Guido Mondin (ARENA-RS), pela quinta vez (por 47 votos em 53 votantes);
- 3º Suplente - Senador Sebastião Archer da Silva (MDB-MA), pela segunda vez (por 48 votos em 53 votantes);
- 4º Suplente - Senador Raul Giuberti (ARENA-ES), pela terceira vez, (por 48 votos em 53 votantes).

No dia 2.3.67 o Senhor Senador Eurico Rezende renunciou à primeira suplência, tendo sido eleito, para ocupar a vaga, o Senhor Senador Atílio Fontana, (ARENA-SC) no dia 8.3.67, com 50 votos em 51 votantes.



**INSTALAÇÃO DA SESSÃO LEGISLATIVA**

## B - INSTALAÇÃO DA SESSÃO LEGISLATIVA

Em sessão solene, às quinze horas do dia 1º de março, a que estiveram presentes altas autoridades civis e militares e membros do Corpo Diplomático, instalou-se a sessão legislativa, sob a presidência do Presidente do Senado Federal, que teve ensejo de proferir as seguintes palavras:

"Senhores Congressistas:

Reúne-se o Congresso Nacional para inaugurar a Primeira Sessão Legislativa da Sexta Legislatura.

É, pois, outro começo, e deve ser praticado com esperanças.

No Congresso que hoje se instala, não se distingue entre novos e velhos Congressistas: todos hoje começam, e de todos se deve esperar que possam e que saibam realizar a sua tarefa, cumprindo a Legislatura e bem realizando os seus deveres durante quatro anos.

Muitos, e entre eles eu me encontro, iniciaram cinco legislaturas, e para terminá-las precisaram instalar vinte sessões legislativas, sem contar as convocações extraordinárias que os acontecimentos exigiram.

Foi um longo perpassar de fatos, um trabalho ingente, nunca suficientemente avaliado, cheio de preocupações, de ansiedades, de decepções, de esperanças malogradas. A vida da democracia em nosso País nem sempre esteve em nossas mãos, mas, pela graça de Deus, em nossas mãos esteve evitar que ela se extinguísse.

Não pudemos fazer livres homens que nasceram para ser submissos; mas pudemos muitas vezes libertar aqueles que nasceram para ser livres.

Aqui dentro, mesmo, entre os eleitos do povo, durante vinte anos, estivemos a construir dia a dia, e a reconstruir, ano a ano, o princípio da independência deste Poder, sempre atingido, ora pela força dos que estão fora, ora pela fraqueza dos que se acham aqui dentro.

Mas, o saldo de serviços prestados à Nação, o saldo de deveres cívicos cumpridos, o saldo de coragem, de consciência nacional, de sentimentos de liberdade, de vocação pública, de fidelidade à democracia, é imenso em favor do Congresso Brasileiro, e o Congresso que hoje se instala torna-se depositário e responsável por esses saldos, que só não são maiores do que as fadigas e as lutas para conquistá-los.

É do hábito nacional criticar o Congresso, o que não traz consequências a quem o faz; e como e sem perigos fazem-no, pois se trata de um Poder desarmado. De outro lado, injustamente se costumam debitar ao Congresso os defeitos e falhas de alguns, mas nunca a ele se creditam as virtudes de todos.

Já não é sem riscos criticar o Poder Executivo, particularmente no regime presidencialista. Então, em muitas das críticas que desabonam o Congresso há, na verdade, um desabono aos próprios críticos. Porque se eles existem não é porque haja tantas falhas nossas e sim porque nêles há pouca coragem. A maior parte das vezes há, nas impiedosas censuras que sofre

mos, apenas o desabafo de quem, querendo criticar o Governo, por falta de coragem e audácia, dá vazão aos seus complexos, atingindo o Poder que não o atinge. Assim se considera o crítico mais forte que um Poder, ele que se estava sentindo fraco diante do Poder.

A autoridade, no Poder Executivo, emana de um; a autoridade, no Poder Legislativo, emana de todos.

Lá, todos se conduzem conforme presida o Presidente; aqui, o Presidente preside conforme todos se conduzem.

Somos quatrocentos e setenta e cinco representantes do povo, todos no mesmo nível hierárquico. Nenhum é superior aos demais, dependendo de cada um não se tornar inferior aos demais. Aqui, nenhum vale mais do que o outro e só por culpa própria é que poderá valer menos. Todos chegam unguídos pela mesma igualdade, integrantes da mesma estrutura, constituindo as células vitais deste Poder, que será tanto mais válido, tanto mais se prolongará no tempo e na História, quanto mais se mantenha íntegras essas células.

Por isto o vigor do Congresso se confunde com o vigor da Nação. A sua independência como Poder é uma afirmação de vitalidade democrática muito mais que um axioma constitucional.

Não basta que a Constituição diga que este Poder é independente; é preciso que ele se sinta capaz de exercer essa independência.

Não basta que a Constituição diga que este Poder também deve ser harmônico com os demais Poderes. Essa harmonia desaparece quando se confunde o exercício da independência com a prática de abusos e desmandos; ou quando, a princípio alguns e depois muitos, se curvem ante os demais Poderes, da mesma forma que quando a princípio alguns e depois muitos se levantam injustamente contra os demais Poderes.

Durante vinte anos ouvimos falar em crise do Poder Legislativo, quando, na verdade, o que existia era a crise do regime. Embora assim, o Poder Legislativo ainda teve forças para salvar o regime nos momentos supremos.

Quais as grandes crises deste País, senão as que tiveram fulcro no Poder Executivo: o suicídio de um Presidente em 1954, a deposição de dois Presidentes em 1955, a renúncia de um Presidente em 1961 e a deposição de outro Presidente em 1964?

Em todas essas ocasiões, teve o Congresso que corrigir os efeitos das crises, e o fez com segurança, habilidade e estoicismo, recuperando a ordem jurídica e restabelecendo tanto quanto possível a normalidade da vida nacional.

Uma nova Constituição vigorará a 15 de março, fruto desses fatos, realizada para corrigi-los, votada dentro deles, mas, ainda assim, discutida, emendada, modificada e promulgada vencendo a crise e para vencer as crises.

Ela pode não ser a Carta Magna que todos desejariam. Mas nela há uma expressão de vontade parlamentar que nem todos queriam. O estado de fato revolucionário cessou com ela, e nela a Revolução viu construído o Estado de Direito.

Daqui por diante os Partidos deverão colocar-se entre governantes e governados, cumprindo a missão de instrumentos do povo na formação dos governos e mantendo-se como forças representativas da vontade popular, procurando tornar-se síntese

se dessa opinião.

Aqui dentro pode afirmar esta Presidência, sem constrangimentos, que cuidou de estabelecer, sem prevenções e em favor do regime democrático, o direito das minorias.

A afirmação da vontade da Maioria é objetivo e razão do regime. A democracia deve ser a expressão da vontade do maior numero, racionalizada nos debates, consubstanciada nos programas, realizada na soma de convicções livres.

Para isso, o direito das minorias deve ser assegurado, pois assim se evita a tirania das maiorias, que pode comprometer o equilíbrio nacional, ou impedir durante longo tempo reformulações políticas do Estado. Tornando-se surdas as minorias, acabam as maiorias por se tornar dogmáticas.

Mas, por igual, cuidou a Presidência de, ao tempo em que assegurava direitos minoritários, exigir a Minoria o cumprimento de seus deveres, também em relação a Maioria. Do contrário, do mesmo modo que uma se torna dogmática, a outra se torna negativista.

Em outras palavras: a Maioria tudo pode, porque é maioria, menos esmagar a Minoria; a Minoria a tudo tem direito, por ser minoria, menos negar-se a contribuir para a formação da vontade parlamentar, que tem de se manifestar pelo pronunciamento do voto, até que ele se haja somado em maioria.

Tanto essas considerações são verdadeiras, e é certa essa conduta, que todos a experimentaram, sentiram-na e a ela estiveram sujeitos: a Minoria de ontem, que se tornou Maioria hoje; a Maioria de ontem, que se tornou Minoria hoje. Uns e outros, como Minoria, tiveram garantidos os seus direitos; como Maioria, exerceram com segurança e tranqüilidade os seus poderes.

Isto foi bem compreendido e bem praticado nas legislaturas passadas, e foram muitas as vezes em que a Minoria se retirou do Plenário para exigir a presença da Maioria, mas nele reingressou para não paralisar o processo legislativo. Ainda na elaboração constitucional, ausente a Minoria, a Maioria tomou a seu cargo votar emendas postuladas pela Minoria. Cito estes fatos para enaltecer uma e outra facção, pois nelles estão belas lições parlamentares que devem ser seguidas nesta Legislatura.

Espero estar anunciando um período de fecundos trabalhos do Congresso Nacional, em busca de soluções sinceras e reais no campo político, econômico e social da Nação.

Os problemas do povo deverão estar permanentemente em pauta nesta Casa, e aqui receberem o estudo, a interpretação e as afirmações democráticas que as liberdades e autorizações do regime permitam na sua maior amplitude.

Ficaremos dentro da Constituição, nela haurindo as nossas forças, manteremos a independência e a autoridade do Poder Legislativo e realizaremos convívio harmônico com os demais Poderes.

O Presidente da República encontrará no Congresso toda a compreensão, todo o apoio e toda a solidariedade que solicite, dentro do que determina a Constituição do Brasil e do que nos exige a consciência de homens públicos.

Estamos dispostos ao mais amplo entendimento com o Poder Executivo, com finalidades inadiáveis, no esforço co-

num de reorganizar a Nação, de criar elementos de riqueza, de justiça coletiva, de produção e de trabalho.

É mister esclarecer ao povo que nada existe acima da Constituição, pois todos a ela estão sujeitos: o Presidente da República, o Congresso, o Poder Judiciário, as Forças Armadas, e o próprio povo.

Eis as razões por que o advento de uma Constituição é sempre saudado com esperança pelas Nações.

O Governo não deve, assim, por si próprio, tornar mais difícil e mais complexa a sua tarefa de governar. Isso pode sempre ocorrer, quando os governantes abandonam a simplicidade das normas de conduta de vida consubstanciadas nas constituições, construídas após tantos anseios e sacrifícios, onde todos os direitos e aspirações dos povos ficam transferidos aos Podêres, para serem respeitados, defendidos e realizados dentro do Estado em favor da Nação.

Os povos que já perderam a sua liberdade sabem que o processo usurpatório da democracia começa pela usurpação da consciência e da coragem moral dos homens. Essa consciência e essa coragem moral, fontes da autenticidade da democracia, precisam encontrar, dentro deste Congresso, diuturnamente, a mais límpida e indômita expressão.

Creio que já disse o suficiente daquilo que fomos, daquilo que somos e sobre aquilo que devemos ser. Por isto, como Presidente do Congresso Nacional, a todos dou as minhas boas-vindas; congratulo-me pelas vitórias alcançadas em seus Estados; faço votos de que realizem um convívio de compreensão, de respeito recíproco, de amizade leal e desinteressada. Desejo ardentemente possam cumprir os seus deveres e realizar uma vida pública fecunda, útil aos seus Estados, benéfica à Nação, em que afirmem e reafirmem as suas qualidades de inteligência, de cultura, de coragem, de perseverança, de uma incansável teimosia em bem servir.

Todos nós queremos que os dias de amanhã sejam mais fáceis do que os dias de ontem. Mas todos nos devemos estar preparados como se fôssemos enfrentar dias mais difíceis, porque assim os dias difíceis se tornarão mais fáceis e os dias fáceis se tornarão imensamente jubilosos.

Eu os saúdo, Senhores Deputados e Senhores Senhores. Declaro instalados os trabalhos da Sexta Legislatura do Congresso Nacional, e inaugurada a sua Primeira Sessão Legislativa."

Na oportunidade compareceu o Sr. Luiz Vianna Filho, Ministro Extraordinário para os assuntos do Gabinete Civil, que fez entrega da Mensagem pela qual o Presidente da República dava conhecimento ao Congresso dos principais fatos da sua administração no ano anterior.

## **TRABALHOS DE ORGANIZAÇÃO**

**Bancadas**

**Lideranças**

**Comissões**

**BANCADAS**

C - TRABALHOS DE ORGANIZAÇÃOC.1 - BANCADASALIANÇA RENOVADORA NACIONALSenadores

- 1 - José Guionard
- 2 - Álvaro Maia
- 3 - Cattete Pinheiro
- 4 - Lobão da Silveira
- 5 - Jarbas Passarinho
- 6 - Victorino Freire
- 7 - José Cândido
- 8 - Sigefredo Pacheco
- 9 - Petrônio Portela
- 10 - Menezes Pimentel
- 11 - Wilson Gonçalves
- 12 - Paulo Sarasate
- 13 - Dinarte Mariz
- 14 - Manoel Vilaça
- 15 - Duarte Filho
- 16 - Domício Gondim
- 17 - João Cleofas
- 18 - Arnon de Melo
- 19 - Rui Palmeira
- 20 - Teotônio Vilela
- 21 - José Leite
- 22 - Julio Leite
- 23 - Leandro Maciel
- 24 - Aloysio de Carvalho
- 25 - Eurico Rezende
- 26 - Raul Giuberti
- 27 - Carlos Lindenberg
- 28 - Vasconcellos Tôrres
- 29 - Paulo Tôrres
- 30 - Gilberto Marinho
- 31 - Benedito Valladares
- 32 - Milton Campos
- 33 - Moura Andrade
- 34 - Carvalho Pinto
- 35 - José Feliciano
- 36 - Filinto Müller
- 37 - Fernando Corrêa
- 38 - Adolpho Franco
- 39 - Mello Braga
- 40 - Ney Braga
- 41 - Antônio Carlos
- 42 - Attilio Fontana
- 43 - Celso Ramos
- 44 - Daniel Krieger
- 45 - Mem de Sá
- 46 - Guido Mondin

Estados

- Acre  
 Amazonas  
 Pará  
 Pará  
 Pará  
 Maranhão  
 Piauí  
 Piauí  
 Piauí  
 Ceará  
 Ceará  
 Ceará  
 R.G. Norte  
 R.G. Norte  
 R.G. Norte  
 Paraíba  
 Pernambuco  
 Alagoas  
 Alagoas  
 Alagoas  
 Sergipe  
 Sergipe  
 Sergipe  
 Bahia  
 Espírito Santo  
 Espírito Santo  
 Espírito Santo  
 Rio de Janeiro  
 Rio de Janeiro  
 Guanabara  
 Minas Gerais  
 Minas Gerais  
 São Paulo  
 São Paulo  
 Goiás  
 Mato Grosso  
 Mato Grosso  
 Paraná  
 Paraná  
 Paraná  
 Santa Catarina  
 Santa Catarina  
 Santa Catarina  
 R.G. Sul  
 R.G. Sul  
 R.G. Sul



MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIROSenadores

- 1 - Oscar Passos
- 2 - Adalberto Sena
- 3 - Arthur Virgílio
- 4 - Edmundo Levi
- 5 - Sebastião Archer
- 6 - Clodomir Milet
- 7 - Argeniro de Figueiredo
- 8 - Ruy Carneiro
- 9 - Pessoa de Queiroz
- 10 - José Ermírio
- 11 - Antônio Balbino
- 12 - Josaphat Marinho
- 13 - Aarão Steinbruch
- 14 - Aurélio Vianna
- 15 - Mário Martins
- 16 - Nogueira da Gama
- 17 - Lino de Matos
- 18 - Pedro Ludovico
- 19 - João Abrahão
- 20 - Bezerra Neto

Estados

- Acre  
 Acre  
 Amazonas  
 Amazonas  
 Maranhão  
 Maranhão  
 Paraíba  
 Paraíba  
 Pernambuco  
 Pernambuco  
 Bahia  
 Bahia  
 Rio de Janeiro  
 Guanabara  
 Guanabara  
 Minas Gerais  
 São Paulo  
 Goiás  
 Goiás  
 Mato Grosso

R E S U M O

Aliança Renovadora Nacional	-	46
Movimento Democrático Brasileiro	-	20
TOTAL	-	<u>66</u>

**LIDERANÇAS**

C.2 - LIDERANÇAS

Mereceram a escolha dos seus companheiros de bancada para as lideranças:

- o Sr. Senador Filinto Müller, da ARENA;
- o Sr. Senador Aurélio Vianna, do M D B.

Para as Vice-lideranças foram feitas as seguintes indicações:

<u>Partido</u>	<u>Senadores</u>	<u>Data</u>
ARENA	Rui Palmeira	)
	Manoel Villaça	) 2.3.67
	Wilson Gonçalves	)
	Antônio Carlos	)
	Vasconcellos Tôrres	)
M D B	Bezerra Neto	)
	Adalberto Sena	) 2.3.67
	Lino de Mattos	)

**COMISSÕES**

## C.3 - COMISSÕES

## C.3.1 - COMISSÕES PERMANENTES

## C.3.1.1 - DIREÇÃO

Na sessão de 2 de março as Lideranças entregaram à Mesa, na forma do disposto no art. 78, § 3º, do Regimento Interno, as listas dos membros das respectivas bancadas escolhidos para representá-las nas Comissões Permanentes, como Titulares e suplentes (Anexo nº 4.1).

C.3.1.2 - DIREÇÃO

Pelo sufrágio dos seus pares, foram escolhidos para os postos de direção das Comissões Permanentes, os Senadores a seguir indicados:

<u>Comissão</u>	<u>Presidente</u>	<u>Vice-Presidente</u>
Agricultura	José Ermírio	Júlio Leite
Constituição e Justiça	Milton Campos	Antônio Carlos
Distrito Federal	João Abrahão	Eurico Rezende
Economia	Carvalho Pinto	Mário Martins
Educação e Cultura	Menezes Pimentel	Alvaro Maia
Finanças	Argemiro Figueiredo	Paulo Sarasate
Indústria e Comércio	Ney Braga	Antônio Balbino
Legislação Social	Petrônio Portela	José Cândido
Minas e Energia	Josaphat Marinho	Domício Gondin
Polígono das Sêcas	Rui Carneiro	Duarte Filho
Projetos do Executivo	Wilson Gonçalves	Carlos Lindenberg
Redação	José Feliciano	Teotônio Vilela
Relações Exteriores	Benedicto Valladares	Pessoa de Queiroz
Saúde	Sigefredo Pacheco	Mancel Villaça
Segurança Nacional	Paulo Torres	Oscar Passos
Serviço Público Civil	Vasconcelos Torres	Arnon de Melo
Transportes, Comunicações e Obras Públicas	José Leite	Lino de Matos
Valorização da Amazônia	José Guimard	Clodomir Millet

### C.3.2 - COMISSÕES ESPECIAIS

#### C.3.2.1 - COMISSÕES ESPECIAIS INTERNAS

Teve o seu prazo de funcionamento prorrogado até o fim da sessão legislativa ordinária de 1967 (em virtude do Requerimento nº 413/66, do Sr. Senador Heribaldo Vieira, aprovado em 14.12.66) a

Comissão especial para proceder ao estudo e à Coordenação de medidas tendentes ao controle de preços da exportação de matérias-primas, minerais e produtos agro-pecuários nacionais.

Na sessão legislativa a que se refere este Relatório, foram constituídas as seguintes:

Comissão especial para verificar in loco a extensão da calamidade na Região da Bacia Amazônica e sugerir medidas suscetíveis de minimizar os prejuízos sofridos por jucicultores, e industriais e de fomentar a produção da próxima safra.

### C.3.2.2. - COMISSÕES ESPECIAIS EXTERNAS

Houve designação das seguintes:

- Para visitar o Senador Sigefredo Pacheco, que se encontra no Hospital dos Servidores do Estado (Comissão designada em 2 de fevereiro de 1967, em virtude da aprovação de Requerimento oral, do Sr. Senador Ruy Carneiro e constituída dos Srs. Senadores:

Ruy Carneiro  
Victorino Freire  
Vasconcelos Tôres  
José Cândido  
Oscar Passos).

- Para representar o Senado na Feira Agropecuária e Feira de Amostras, a instalar-se no dia 21 do corrente, em Campo Grande, Mato Grosso (Comissão designada em 14 de abril, em virtude de aprovação do Requerimento nº 253/67 do Sr. Senador Fernando Corrêa, e constituída dos Srs. Senadores:

Fernando Corrêa  
Arthur Virgílio  
Bezerra Neto).

- Para representar o Senado na XVIIª Exposição de Animais e produtos Derivados, a inaugurar-se no dia 6 de maio do corrente, na cidade de Barretos, Estado de São Paulo (Comissão designada em virtude da aprovação do Requerimento nº 307/67 do Sr. Senador José Ermírio, e constituída dos Srs. Senadores:

José Ermírio  
Attilio Fontana  
Fernando Corrêa  
Aurelio Vianna  
Armando Storni).

- Para representar o Senado nas comemorações, a serem realizadas em Corumbá, a partir de 13 do corrente mês, da passagem do centenário da retomada da cidade de Corumbá, na Guerra do Paraguai (Comissão designada em virtude da aprovação do Requerimento nº 346/67 do Sr. Senador Bezerra Neto, e constituída dos Srs. Senadores:

Filinto Müller  
Fernando Corrêa  
Bezerra Neto).

- Para representar o Senado na XXª Exposição de Animais do Brasil Central, a realizar-se de 27 a 31 do corrente mês, no Parque de Exposição Anhanguera, na cidade de Goiânia, capital do Estado de Goiás (Comissão designada em virtude da aprovação do Requerimento nº 454/67, do Sr. Senador Pedro Ludovico, e constituída dos Srs. Senadores:

João Abrahão  
Wilson Gonçalves  
Attilio Fontana  
Aurelio Vianna  
Fernando Corrêa  
Cattete Pinheiro).

- Para representar o Senado no VII Congresso Nacional de Municípios que se reunirá no dia 12 de julho proximo em Manaus, Amazonas e dias depois em Belém (Comissão designada em virtude da aprovação do Ofício de 19 de junho do Presidente da Associação Brasileira dos Municípios, constituída dos Srs. Senadores Paulo Tôres, Clodomir Millet, Edmundo Levi, Desire Guarani, Mário Martins e Cattete Pinheiro).

- Para comparecer a Aparecida do Norte durante as cerimônias de outorga da Rosa de Ouro à Basílica de Nossa Senhora da Aparecida, cerimônia que será realizada no dia 15 de agosto (Comissão designada pelo Sr. Presidente do Senado Federal, em 10 de agosto, e constituída dos Srs. Senadores:

Carvalho Pinto  
Carlos Lindemberg  
Oscar Passos).

- Para representar o Senado Federal nas solenidades da Grande Exposição Pecuária que será inaugurada a 26 de agosto, em Porto Alegre (Comissão designada em virtude do Requerimento nº 721/67, do Sr. Senador Daniel Krieger, e constituída dos Srs. Senadores:

Daniel Krieger  
Guido Mondin  
Fernando Correa  
Aurelio Vianna  
Carlos Lindemberg  
Wilson Gonçalves  
Celso Ramos  
Domício Gondin  
João Cleofas  
José Ermírio).

- Para participar, em nome do Senado, do "V Congresso Brasileiro de Assembleias Legislativas", a se instalar na cidade do Recife, no dia 11 de setembro de 1967 (Comissão designada em virtude da aprovação do Requerimento nº 739/67, do Sr. Senador Aarão Steinbruch, e constituída dos Srs. Senadores:

Victorino Freire  
João Cleofas  
José Ermírio  
Pessoa de Queiroz  
Cattete Pinheiro  
Manoel Villaza  
Bezerra Neto).

- Para participarem como observadores, dos trabalhos da XXII Reunião do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento e Fundo Monetário Internacional a se instalar no Rio de Janeiro, no dia 25 de setembro. (Comissão designada em virtude da aprovação do Requerimento nº 777/67, do Sr. Senador Lino de Mattos, e constituída dos Srs. Senadores:

Gouveia Vieira  
Adolpho Franco  
Desire Guarani).

- Para participar das solenidades comemorativas do Sesqui-Centenário da emancipação política do Estado de Alagoas (Comissão designada em virtude de telegrama do Governo de Alagoas, e constituída dos Srs. Senadores:

Arnon de Mello  
Teotônio Vilella  
Rui Palmeira).



- Para comparecer à 26a. Exposição Agro-Pecuária de Sergipe e Primeira Regional, compreendendo Bahia-Sergipe - Alagoas e Pernambuco, a realizar-se em Aracaju de 29 de outubro a 5 de novembro.

Argemiro de Figueiredo  
 Domicio Gondim  
 Wilson Gonçalves  
 Aurélio Vianna  
 Leandro Maciel

- Para comporem a representação do Senado às comemorações do transcurso do 90º aniversário do Chanceler Raul Fernandes a realizar-se no Rio de Janeiro a 24 do mês em curso.

Daniel Krieger  
 Filinto Müller  
 Aurélio Vianna  
 Milton Campos  
 Benedito Valadares  
 Gilberto Marinho

- Para atender ao convite dirigido a esta Casa pelo Presidente da Associação de Criadores de São José do Rio Preto e do Departamento de Produção Animal da Secretaria de Agricultura à VII Exposição de Animais e Produtos derivados a realizar-se sob o patrocínio daquela entidade associativa e daquele Departamento do Governo do Estado de São Paulo, entre 22 e 29 do mês de outubro de 1967.

Flávio Brito  
 Correa da Costa  
 José Feliciano  
 Bezerra Neto

- Para atender ao convite do Presidente da Comissão Executiva da Terceira Exposição Agropecuária, Sr. Augusto Reichou, para a inauguração da citada Exposição, a realizar-se em Blumenau, S. Catarina, no dia 11 do corrente.

Celso Ramos  
 Atílio Fontana  
 Antônio Carlos

- Para atender ao convite da Prefeitura Municipal de Ubá, Estado de Minas Gerais, na solenidade de inauguração no dia 19 de novembro de 1967 da herma do ex-Senador Levindo Coelho que foi constituinte federal de 1934 a 1945.

Nogueira da Gama  
 Benedito Valadares  
 Milton Campos

C.3.3.- COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

Nesta sessão legislativa foram constituídas as seguintes Comissões Parlamentares de Inquérito:

destinada a apurar irregularidades no Banco do Brasil ( criada em virtude da Resolução nº 49, de 1967, assinada pelo Sr. Senador José Ermírio e outros Senadores)

**O SENADO EM SUA COMPOSIÇÃO**

## **COMPONENTES**

Composição Inicial

Licenças

Afastamento para o exercício de outras  
funções

Substituições

D - O SENADO EM SUA COMPOSIÇÃO

D.1 - COMPOSIÇÃO INICIAL

Ao serem iniciados os trabalhos desta sessão legislativa achavam-se preenchidos todos os lugares das representações dos diversos Estados, não havendo nenhum Senador afastado de sua cadeira.

D.2 - LICENÇAS

Foram concedidas as seguintes, para tratamento de saúde :

- ao Sr. Senador Adalberto Sena, por 124 dias, de 26 de abril a 27 de agosto, em virtude do Requerimento n. 290/67, aprovado em 20 de abril (reassumiu em 28.8);

- ao Sr. Senador Aarão Steinbruch, por 50 dias, de 16 de maio a 4 de julho, em virtude do Requerimento n. 377/67, aprovado em 15 de maio (reassumiu em 20.6);

- ao Sr. Senador José Cândido, por 35 dias, de 25 de maio a 29 de junho, em virtude do Requerimento n. 455/67, aprovado em 24 de maio;

- ao Sr. Senador Atilio Fontana, por 60 dias, de 5 de junho a 3 de agosto, em virtude do Requerimento n. 437/67, aprovado em 31 de maio;

- ao Sr. Senador Vasconcelos Tôrres, por 125 dias, de 15 de junho a 17 de outubro, em virtude do Requerimento n. 566/67, aprovado em 13 de junho;

- ao Sr. Senador Arthur Virgílio, por 125 dias, de 16 de junho a 18 de outubro, em virtude do Requerimento n. 595/67, aprovado em 14 de junho;

- ao Sr. Senador Lobão da Silveira, por 200 dias, de 16 de junho a 31 de dezembro, em virtude dos Requerimentos n.ºs 600 e 876/67, aprovados em 20 de junho e 19 de outubro;

- ao Sr. Senador Sigefredo Pacheco, por 100 dias, de 23 de março a 30 de junho, em virtude dos Requerimentos n.ºs 605, 606 e 607, de 1967, aprovados em 20 de junho;

- ao Sr. Senador Álvaro Maia, por 125 dias, de 23 de junho a 25 de outubro, em virtude do Requerimento n. 613/67, aprovado em 21 de junho;

- ao Sr. Senador José Cândido, por 18 dias, de 1º de setembro a 18 do mesmo mês, em virtude do Requerimento número, aprovado em 19 de setembro;

- ao Sr. Senador José Guilomard, por 18 dias, de 1º de setembro a 18 do mesmo mês, em virtude do Requerimento n.º 812/67, aprovado em 22 de setembro;

- ao Sr. Senador Paulo Sarasate, por 20 dias, de 1<sup>ª</sup> a 20 de setembro, em virtude do Requerimento nº 845/67, aprovado em 5 de setembro;

Alvaro Maia, por 90 dias, de 17 de outubro a 17 de janeiro, em virtude do Requerimento nº 900/67, aprovado em 19 de outubro.

D.3 - AFASTAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE OUTRAS FUNÇÕES

Está afastado do exercício do mandato de Senador pelo Estado do Pará o Sr. Senador Jarbas Passarinho, no desempenho do cargo de Ministro do Trabalho e Previdência Social, a partir do dia 15 de março, data em que foi empossado no referido cargo.

D.4 - SUBSTITUIÇÕES

Durante a sessão legislativa, foram convocados e entraram em exercício os seguintes Suplentes:

- Milton Blanco de Abrunhosa Trindade, em substituição ao Sr. Senador Jarbas Passarinho, no período em que o mesmo exerceu a função de Ministro do Trabalho e Previdência Social;
- Armando Storni, em substituição ao Sr. Senador José Feliciano (de 12 de abril até 9 de agosto);
- Clóvis de Azevedo Maia, em substituição ao Sr. Senador Adalberto Senna (de 27 de abril até 28 de agosto);
- Renato Ramos da Silva, em substituição ao Sr. Senador Attílio Fontana (de 20 de junho até 7 de outubro);
- João Pedro Gouvêa de Carvalho Vieira, em substituição ao Sr. Senador Vasconcelos Torres (de 15 de junho até 17 de outubro);
- Desiré Guarani e Silva, em substituição ao Sr. Senador Arthur Virgílio (de 22 de junho até 18 de outubro);
- Pedro Moura Palha, em substituição ao Sr. Senador Lobão da Silveira (de 21 de junho até 31 de dezembro);
- Flávio da Costa Brito, em substituição ao Sr. Senador Álvaro Maia (de 26 de junho até 25 de outubro);
- Marcello de Alencar, em substituição ao Sr. Senador Mário Martins (de 5 de setembro de 1967 até 30 de dezembro).

Dêstes, os Srs. Milton Trindade, Clóvis Maia, Renato / Silva, Desiré Guarani e Moura Palha eram da ARENA e os restantes do M.D.B.



**O SENADO EM FUNCIONAMENTO**

**PLENÁRIO**

Sessões

Homenagens

E - O SENADO EM FUNCIONAMENTOE.1 - PLENÁRIOE.1.1- SESSÕES REALIZADAS

Realizaram-se 229 sessões, sendo

149 ordinárias,

77 extraordinárias, e

3 preparatórias.

Transformaram-se em secretas 40 sessões.

Foi levantada uma sessão, em virtude do falecimento do Deputado Walter Bezerra de Sá.

E.1.2- SESSÕES NÃO REALIZADAS

Deixaram de realizar-se 17 sessões, sendo:

12 em virtude de requerimentos (dias santificados);

1 por coincidência com sessões do Congresso;

1 por causa do falecimento do Secretário-Geral da Presidência, Dr. Isaac Brown, e

3 por falta de número.

E.1.3- HOMENAGENSE.1.3.1 - SESSÕES COMEMORATIVAS

Transformaram-se em sessão especial, as sessões dos seguintes dias:

- 2 de agosto, por iniciativa do Sr. Senador Ney Braga e outros Srs. Senadores, para reverenciar a memória do extinto Presidente da República, Humberto de Alencar Castello Branco;

- de 3 de agosto, por iniciativa do Sr. Senador Aurélio Vianna e outros Srs. Senadores, para reverenciar a memória do falecido Ministro Álvaro Moutinho Ribeiro da Costa, ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal.

E 1.3.2. - CELEBRAÇÕES LEV. DAS A EFEITO DA TRIBUNA

Há que se registrar as seguintes:

Transcurso do 7º aniversário da fundação de Brasília - (Discurso dos Srs. Senadores Guido Mondin, Álvaro Maia e João Abrahão, na sessão de 20/4/67);

Comemoração do "Dia da Vitória" - (Discurso do sr. Senador Paulo Torres, na sessão de 8/5/67);

Centenário da retomada de Corumbá - (Discursos dos Srs. Senadores Bezerra Neto e Guido Mondin, nas sessões de 29/5/67 e 13/6/67, respectivamente);

Aniversário de nascimento do Marechal Luiz Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias - (Discurso dos Srs. Senadores Paulo Torres e Aurélio Vianna, na sessão de 25/8/67);

Centenário da fundação de Cachoeiro de Itapemirim - (Discurso do Sr. Senador Carlos Lindenberg, na sessão de 28/3/67);

Transcurso do 3º aniversário do Movimento Revolucionário de 31 de março - (Discurso do Sr. Senador Dinarte Mariz, na sessão de 31/3/67);

Transcurso do 66º aniversário de fundação do "Jornal do Brasil" - (Discurso dos Srs. Senadores Vasconcellos Tôrres e Gilberto Marinho, nas sessões de 5/4/67 e 14/4/67, respectivamente);

Aniversário natalício do ex-Presidente Getúlio Vargas - (Discurso dos Srs. Senadores Edmundo Levi, Nogueira da Gama e Gilberto Marinho, na sessão de 19/4/67);

Exalta a passagem do "Dia do Trabalho" - (Discurso do Sr. Senador Aurélio Vianna, na sessão de 28/4/67);

Centenário da Retirada da Laguna - (Discurso do Sr. Senador Lino de Mattos, na sessão de 16/5/67);

Aniversário de nascimento do Sr. Marechal Eurico Gaspar Dutra - (Discurso do Sr. Senador Victorina Freire, na sessão de 18/5/67);

Transcurso do 350º aniversário de fundação da cidade de São Pedro d'Aldeia - (Discurso do Sr. Senador Vasconcellos Tôrres, na sessão de 22/5/67);

Congratulações pela inauguração do Touring Club do Brasil em Brasília - (Discurso do Sr. Senador Lino de Mattos, na sessão de 30/5/67);

Centenário da retomada de Corumbá - (Discurso do Sr. Senador Filinto Müller, na sessão de 2/6/67);

Transcurso do 29º aniversário da fundação do "Lux Jornal" - (Discurso do Sr. Senador Edmundo Levi, na sessão de 2/6/67);

Centenário da retomada de Corumbá - (Discurso do Sr. Senador Fernando Corrêa, na sessão de 6/6/67);

Aniversário da Batalha do Riachuelo - (Discurso do Sr. Senador José Ermírio, na sessão de 12/6/67);

Aniversário de fundação do "Diário de Notícias" e "Última Hora" - (Discursos dos Srs. Senadores Cattete Pinheiro, Eurico Rezende e Aurélio Vianna, na sessão de 12/6/67);

Centenário da retomada de Corumbá - (Discurso do Sr. Senador Guido Mondim, na sessão de 13/6/67);

Aniversário do Correio Aéreo Nacional, do "Diário de Notícias" e "Última Hora" - Discurso do Sr. Senador Gilberto Marinho, na sessão de 13/6/67);

Transcurso do 37º aniversário do "Diário de Notícias" - (Discurso do Sr. Senador Arnon de Melo, na sessão de 14/6/67);

Aniversário do "Diário de Notícias" e de "Última Hora" - (Discurso dos Srs. Senadores Mário Martins e Gilberto Marinho, na sessão de 14/6/67);

Transcurso do 66º aniversário do Correio da Manhã - (Discurso do Sr. Senador Mário Martins, na sessão de 15/6/67);

5º aniversário da elevação do Território do Acre a Estado - (Discurso do Sr. Senador José Guionard, na sessão de 15/6/67);

48º aniversário de fundação de "O Jornal" - (Discurso do Sr. Senador Moura Palha, na sessão de 21/6/67);

Jubileu de Frata da Companhia Vale do Rio Doce - (Discurso do Sr. Senador Carlos Lindenberg, na sessão de 22/6/67);

Transcurso do 6º aniversário de fundação da Rádio Educadora de Brasília - (Discurso do Sr. Senador Guido Mondim, na sessão de 4/8/67)

Congratula-se com o "Jornal do Brasil" pelo editorial que produziu com o título "Educação menostrezada - (Discurso do Sr. Senador Marcello de Alencar, na sessão de 13/10/67);

Congratulações com os dirigentes do "Correio Brasiliense" pela nova apresentação daquele jornal, composto inteiramente a frio e impresso em "off-set". - (Discurso proferido pelo Sr. Senador Guido Mondim, na sessão de 17/10/67);

Pelo transcurso do "Jubileu de Trata da Cia. Vale do Rio Doce - (Discurso proferido pelo Sr. Senador Carlos Lindenberg, na sessão de 18/10/67);

Congratula-se com o Dr. Guimarães Lima, Procurador da Justiça do Distrito Federal pela edição de Portaria que encerra atendimento de revindicação do povo brasileiro - (Discurso proferido pelo Sr. Senador Eurico Rezende, na sessão de 20/10/67);

Presta homenagens à aviação brasileira - (Discursos proferidos pelos Srs. Senadores Eurico Rezende e Filinto Müller, na sessão de 23 de outubro de 1967);

Pelo transcurso do aniversário da Revolução Socialista na Rússia - (Discurso proferido pelo Sr. Senador Josaphat Marinho, na sessão do dia 7/11/67)

**E.1.5.3 - VOTOS DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS**

Foram aprovados os seguintes requerimentos de Co  
memorações:

Requerimento nº 341/67, do Senhor Senador Benedi  
cto Valadares, pelo transcurso do 80º aniversário de Gilberto A  
mado, que tanto tem elevado o nome do Brasil no exterior;

Requerimento nº 376/67, do Senhor Senador Vascon  
celos Torres, pelo transcurso, no dia 24 de março do corrente  
ano do 15º aniversário da criação da esquadilha da fumaça da  
FAB;

Requerimento nº 612/67, do Senhor Senador Moura  
Palha, pelo transcurso do quadragésimo oitavo aniversário do "O  
Jornal";

Requerimento nº 636/67, do Sr. Senador Carlos Lin  
demberg, aos dirigentes e funcionários da Cia. Vale do Rio Doce  
pelo transcurso do seu Jubileu de Prata;

Requerimento nº 919/67, do Sr. Senador Vasconce  
los Tôrres, pelo transcurso do 90º aniversário do Embaixador Ra  
ul Fernandes;

Requerimento nº 636/67, do Sr. Senador Carlos  
Lindenberg, aos dirigentes e funcionários da Companhia Vale do  
Rio Doce, pelo transcurso do seu Jubileu de Prata;

Requerimento nº 919/67, do Sr. Senador Vasconcel  
los Tôrres, pelo transcurso do 90º aniversário do Embaixador Raül  
Fernandes.

E.1.3.4 - HOMENAGENS DE PESAR

Foram levadas a efeito as seguintes homenagens de pesar:

- pelo falecimento do Dr. Linneu Gomes, Suplente do Senador Lino de Matos, na sessão do dia 2 de março (discurso do Sr. Senador Lino de Matos);
- pelo falecimento do Embaixador Lourival Fontes, ex-Senador pelo Estado de Sergipe, nas sessões dos dias 7, 8 e 14 de março (discursos dos Srs. Senadores Rui Palmeira, Argeniro de Figueiredo, Mário Martins, Nogueira da Gama, Arnon de Melo, José Leite e Leandro Maciel);
- pelo falecimento, em 19 de abril, do Chanceler Konrad Adnaauer, na sessão do dia 24 de abril;
- pelo falecimento do Professor Miguel Calmon du Pin e Almeida Sobrinho, ex-Deputado pelo Estado da Bahia e ex-Ministro da Fazenda, na sessão do dia 8 de maio (discurso do Sr. Senador Josaphat Marinho);
- pelo falecimento do Dr. Walter Geraldo de Azevedo Ataíde, Suplente do Senador Nogueira da Gama e ex-Deputado Federal, em várias legislaturas pelo Estado de Minas Gerais, na sessão de 11 de maio
- pelo falecimento, em 10 de maio, do jornalista José Eduardo de Macedo Soares, ex-Senador, na sessão do dia 12 de maio (discursos dos Srs. Senadores Bezerra Neto, Júlio Leite, Aloysio de Carvalho e Gilberto Marinho);
- pelo falecimento do Dr. Walter Bezerra de Sá, Deputado Federal pelo Estado do Ceará, na sessão do dia 18 de maio (discursos dos Srs. Senadores Wilson Gonçalves e Bezerra Neto);
- pelo falecimento do Dr. Waldemar Pedrosa, ex-Senador pelo Estado do Amazonas, na sessão de 14 de junho (discursos dos Srs. Senadores Edmundo Levi, Álvaro Maia e Arthur Virgílio);
- pelo falecimento do Professor Olímpio de Melo, ex-Senador, na sessão do dia 26 de junho (discurso do Sr. Senador Petrónio Portela);
- pelo falecimento do ex-Presidente da República Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, em 18 de julho, na sessão de 19 de agosto (discursos dos Srs. Senadores Ney Braga, Milton Campos, Clodomir Millet, Guido Mondin, Antônio Carlos, Mem de Sá, Petrónio Portela, Victorino Freire, João Cleofas, Carvalho Pinto, Carlos Lindemberg, Aloysio de Carvalho e Daniel Krieger);
- pelo falecimento do Ministro Álvaro Moutinho Ribeiro da Costa, ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, na sessão do dia 2 de agosto (discursos dos Srs. Senadores Aurélio Vianna, Josaphat Marinho, José Ermírio, Antônio Carlos e Gilberto Marinho);
- pelo falecimento do Cônego Cícero de Vasconcelos, ex-Senador pelo Estado de Alagoas nas legislaturas de 1946 a 1954, na sessão do dia 4 de agosto (discurso do Sr. Senador Teotônio Vilela);
- pela tragédia que atingiu na madrugada de 14 de agosto, o cruzador "Barroso", na sessão do dia 17 de agosto;



- pelo falecimento, em 23 de agosto, em Brasília, do ilustre Secretario Geral da Presidência do Senado Federal, Dr. Isaac Brown, que o reconhecimento coletivo e o aplauso geral consagraram servidor e exemplar, na sessão do dia 24 de agosto (discursos dos Srs. Senadores José Ermírio, Argeniro de Figueiredo, Mem de Sá, Victorino Freire, Eurico Rezende e Moura Andrade - Presidente do Senado em nome da Mesa Diretora);
- pelo falecimento do ex-Senador Carlos Alfredo Simch, pelo Estado do Rio Grande do Sul, na sessão do dia 25 de agosto (discurso do Sr. Senador Mem de Sá);
- pelo falecimento do ex-Senador Euclides Vieira, pelo Estado de São Paulo, na sessão do dia 12 de setembro (discurso do Sr. Senador Lino de Mattos);
- pelo falecimento do Dr. Carlos de Lima Cavalcanti, ex-Governador do Estado de Pernambuco, na sessão do dia 20 de setembro (discurso do Sr. Senador João Cleofas);
- pelo falecimento do ex-Senador e Ministro de Estado, Napoleão de Alencastro Guimarães, pela Guanabara, na sessão do dia 22 de setembro (discurso proferido pelo Sr. Senador Gilberto Marinho)

E.1.3.5 - DR. ISAAC BROWN

Na madrugada do dia 23 de agosto, os meios parlamentares da Capital da República foram abalados com a triste e inesperada notícia do falecimento do Dr. Isaac Brown, Secretário Geral da Presidência do Senado.

As altas funções, que exercia há mais de 20 anos com extrema dedicação e inexcedível competência, deram-lhe, embora sua modestia inata, a sua quase humildade, posição de relêvo na vida pública do País.

A maneira por que organizara os serviços da Secretaria fez com que esse órgão do Senado se constituísse, merecidamente, em modelo de ordem e trabalho, onde poderiam todos, sobretudo os Senhores Senadores, encontrar magnífico e seguro respaldo para as atividades legislativas.

Mas era obra toda pessoal, fruto de sua total integração ao serviço. Dias, horas e minutos eram todos oferecidos pelo Dr. Isaac Brown em holocausto àquilo que ele desejava que fosse o Senado Federal, instituição por ele amada com toda a força e a expressão do seu idealismo democrático. Ninguém o excedia nesse amor e nessa submissão ao ideal que se impusera.

E realizou algo imorredouro para todos nós. E nos deixou, a todos quantos mourejamos nesta Casa e a quantos ainda aqui venham prosseguir nessa tarefa, os exemplos mais edificantes de amor ao trabalho, de sacrifício, de desambição, de desprendimento, de marcante espírito público.

Sua morte, que a todos consternou, vem privar o Senado de um servidor inigualável, pois, na sua figura humana, concentrava-se toda a afirmação de um valor incontrastável.

NOTAS BIOGRÁFICAS

O Dr. Isaac Brown nasceu no Rio de Janeiro a 15 de abril de 1900. Era filho de Jorge Brown e Amélia de Medeiros Brown. Após os seus estudos primários e secundários, ingresou na Faculdade Nacional de Medicina, onde colou grau em 1931.

Iniciou sua carreira pública como Amanuense da Prefeitura do antigo Distrito Federal, por concurso, em 1926. Foi Datilógrafo, por concurso, da Câmara dos Deputados, em 1926. Segundo-Taquígrafo, por concurso, da Câmara dos Deputados, em 17.6.1929. Promovido a Primeiro-Taquígrafo, da Câmara dos Deputados, em 23.8.1934. Promovido a Taquígrafo-Revisor, da Câmara dos Deputados, em 7.3.1939. Oficial de Gabinete dos Ministros da Justiça, Francisco Campos, Marcondes Filho Agamenon Magalhães, Sampaio Dória e Carlos Luz, de novembro de 1941 a setembro de 1946. Nomeado Secretário-Geral da Presidência do Senado Federal, em 12.1.1946.

Missões no Exterior

Participou da Delegação do Brasil à posse do Presidente do Chile, Sr. Gabriel Gonzalez Videla, chefiada pelo Vice-Presidente da República, Dr. Nereu Ramos, em 1946.

Acompanhou, como Secretário, o Vice-Presidente do Senado Federal, Senador Marcondes Filho, em viagem oficial à Europa, para estudar a organização e o funcionamento dos Parlamentos da França, Inglaterra, Portugal, Espanha, Itália e Bélgica, em abril de 1952.

### Títulos Científicos

Diplomado em Medicina pela Faculdade Nacional de Medicina, em 1931, foi laureado com o Prêmio de Medicina de 1933, da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro.

Ex-interno da cadeira de Clínica Propedêutica Médica, da Faculdade Nacional de Medicina, a cargo do Professor Rocha Vaz, em 1931.

Ex-assistente extranumerário da mesma cadeira, de 1932 a 1935.

Ex-assistente extranumerário da 1ª cadeira de Clínica Médica, da Faculdade Nacional de Medicina, a cargo do Professor Rocha Vaz.

Ex-assistente do Serviço de Clínica Médica, da Policlínica de Copacabana.

Ex-Chefe dos Serviços de Doenças do Aparelho Respiratório e de Clínica Médica, da mesma Policlínica.

Ex-Diretor da referida Policlínica.

Ex-assistente da cadeira de Clínica Propedêutica Médica, da Faculdade Nacional de Medicina (curso regido pelo Professor Fioravanti Di Piero, em 1937).

Ex-assistente dos cursos equiparados de Clínica Médica, lecionados, na Faculdade Nacional de Medicina, pelo docente Waldemar Bernardino, nos anos de 1932 a 1933.

Membro de bancas examinadoras na cadeira de Clínica Propedêutica, da Escola de Medicina e Cirurgia, em 1937.

Ex-Secretário da revista médica "O Hospital".

Livre Docente da cadeira de Clínica Propedêutica Médica, da Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro.

Professor interino da cadeira de Clínica Propedêutica Médica, da mesma Escola, em 1938.

### Obras Publicadas

"O Normotipo Brasileiro", in "Biblioteca de Cultura Científica", dirigida pelo Professor Afrânio Peixoto, em 1934.

"Semiótica Clínica do Aparelho Genital", in "Biblioteca Universitária Brasileira", dirigida pelo Professor Helion Póvoa, em 1934.

"As Classificações Biotipológicas de Viola e Barbara", 1938.

### Condecorações

Ordem Nacional do Mérito (Grande Oficial), Ordem do Mérito Militar (Comendador), Ordem do Mérito Tamandaré, Ordem do Mérito Santos Dumont, Cruz Vermelha Brasileira (Cruz do Mérito) e Ordem de Rio Branco (Comendador).

.....

Instalada a Assembléia Constituinte em 1946, foi o Dr. Isaac Brown servir como Secretário de sua Presidência, então exercida pelo Dr. Mello Vianna.

Tão logo concluídos os trabalhos constituintes, foi o Dr. Isaac Brown nomeado Secretário Geral da Presidência do Senado Federal.

Desde a primeira legislatura, o ilustre morto serviu aos seguintes Presidentes do Senado:

- de 1946 a 1950 - Nereu Ramos (Vice-Pres.Rep. e Pres. do Senado)  
Melo Vianna (Vice-Presidente do Senado)
- de 1951 a 1954 - Café Filho (Vice-Pres.Rep. e Pres. do Senado)  
Marcondes Filho (Vice-Presidente do Senado)
- 1955 - Nereu Ramos (Vice-Presidente, exercendo a Presidência)
- de 1956 a 1958 - João Goulart (Vice-Pre.Rep. e Pres. do Senado)  
Apolônio Salles (Vice-Presidente do Senado)
- de 1959 a 1960 - João Goulart (Vice-Pres.Rep. e Pres. do Senado)  
Filinto Müller (Vice-Presidente do Senado)
- de 1961 até setembro - João Goulart (Vice-Pres.Rep. e Pres. do Senado)  
Moura Andrade (Vice-Presidente do Senado)
- de 1961(setembro)  
até 1967 (agosto) Moura Andrade (Presidente do Senado Federal)

### HOMENAGEM DO SENADO

Em homenagem à memória do Dr. Isaac Brown, o Senado não realizou a sua sessão ordinária do dia 23 de agosto, tendo dedicado a do dia seguinte à exaltação de sua personalidade, atendendo ao seguinte Requerimento:

"Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal:

Faleceu, ontem, nesta Capital, o Dr. Isaac Brown, ilustre Secretário-Geral da Presidência do Senado Federal, que o reconhecimento coletivo e o aplauso geral o consagraram servidor público modelar.

A Casa, por certo, vai cumprir o dever de homenagear a sua pranteada memória.

Em consequência, requeremos:

1) Seja o período destinado ao expediente da presente sessão, dedicado ao preito de exaltação da vida e do destino do honrado extinto, constando dos anásum voto de profundo pesar.

2) Seja dada ciência da manifestação do Senado à digna família enlutada.

Brasília, 24 de agosto de 1967.

aa) Eurico Rezende, Pedro Ludovico, Benedicto Valladares, Milton Campos, Ruy Carneiro, José Guimard, José Ermírio, Cattete Pinheiro, Moura Andrade, Camillo Nogueira da Gama, Guido Mondin, Victorino Freire, Josaphat Marinho, Lino de Mattos, Desiré Guarany, Edmundo Levi, João Cleofas, Flávio Brito, Petrônio Portela, Renato Silva, Moura Palha, José Rotemberg, Menezes Pimentel, Adolfo Franco, Mem de Sá, Mário Martins, Fernando Corrêa, Wilson Gonçalves, Antônio Balbino, Bezerra Neto, Rui Palmeira, Dinarte Mariz, Argemiro Figueiredo, Domício Gondin, Mello Braga, Raul Giuberti, Duarte Filho, Daniel Krieger, Pessoa de Queiroz e Carvalho Pinto."

Falaram, na ocasião, destacando os méritos do Dr. Isaac Brown, os Senhores Senadores José Ermírio, Argemiro de Figueiredo, Ruy Carneiro, Eurico Rezende, Mem de Sá e Victorino Freire, além de manifestações, em apartes, de outros parlamentares.

Associando-se à manifestação de pesar, o Senhor Presidente Moura Andrade pronunciou a seguinte oração:

"Senhores Senadores, desde o instante em que recebemos a notícia do falecimento do Doutor Isaac Brown, que procuro medir, sem consegui-lo, a extensão da perda que sofremos. É inavaliável.

Ontem, como hoje, senti o profundo desalento que atingiu o funcionalismo em todos os seus graus, assim numa terrível impressão de que com êle se tivesse extinguido uma fonte inspiradora de puros e fecundos exemplos de trabalho.

À beira de seu túmulo, nenhum funcionário se sentiu com forças bastantes para a oração de despedida, nem o Diretor-Geral, tomado como todos, de imensa dor, nem ninguém entre êles, que a dor era a mesma de todos.

Mesmo entre nós, os membros da Mesa, nenhum se sentia capaz de fazê-lo, e a cruciante incumbência que demos ao Senador Guido Mondin, foi por êle cumprida, em comovente oração em que as palavras eram tão tristes quanto as lágrimas e davam a soma da tristeza de nossas almas.

Os discursos de hoje, a saudade que ocupa o lugar deixado vazio, fazem ver que todos os corações estão emocionados com o desaparecimento daquele homem raro, que soube transformar as mais altas e mais nobres virtudes humanas, em atos cotidianos de naturalidade correntia.

A sua cultura, a sua probidade moral e intelectual, a energia, a inexgotável capacidade de trabalho, a inteligência superior, a lealdade, a dedicação ao Senado e ao Poder Legislativo, - tudo quanto nêle havia enfim, compondo uma singular personalidade de homem perfeito, - estavam pro

tecidos pela sua modéstia, e de tudo fêz, durante quarenta e sete anos, instrumento de deveres, recusando honrarias, privilégios e agradecimentos. Não gozou, em todo esse tempo, um único período de férias.

Ao Senado dedicou tôdas as suas horas, não tôdas as suas horas de trabalho, mas as horas tôdas de sua vida, e aqui morreu em pleno labor.

Então, justamente porque aqui viveu e morreu, ao serviço do Estado e da Nação, afixo aos funcionários da Casa que não desapareceu, porém mais viva ficou, a sua força inspiradora.

A Ordem do Dia, o Expediente, os Avisos, Ofícios, Avulsos e Publicações, que constituem objeto de nossa sessão de hoje, foram todos realizados por ele, que conseguiu completá-los pouco antes de falecer.

Para os que aqui trabalham, o seu exemplo vivo de ontem, deve constituir um símbolo, que distinga os nossos colaboradores, que os edifique nas suas tarefas, como dignos discípulos daquele grande homem.

Em vida, quisemos honrar ainda mais ao Doutor Isaac Brown, apresentando um Projeto de Resolução com o nº 44-1963, que dava o seu nome ao Edifício onde construiria uma de suas melhores obras. Lido o Projeto, sem o seu conhecimento prévio, cumpria-lhe encaminhá-lo à publicação para que tivesse curso. Nunca foi publicado. Os seus auxiliares não puderam encontrá-lo.

A Comissão Diretora autorizou hoje a reconstituição do Projeto. Era êsse o homem.

Oficiei à Câmara dos Senhores Deputados, agradecendo, em nome do Senado Federal, as homenagens que aquela Casa tributou ao Dr. Isaac Brown, durante a cerimônia de seu sepultamento, através da palavra de seu ilustre Vice-Presidente José Bonifácio.

Na sessão do Congresso Nacional, de ontem usaram da palavra, exaltando o saudoso Secretário da Presidência do Senado Federal, os Senhores Deputados Geraldo Freire e Mário Covas e os Senhores Senadores Daniel Krieger e Bezerra Neto. Nos termos regimentais, esta Presidência determinou a transcrição desses discursos nos Anais do Senado Federal.

Jamais esqueceremos Isaac Brown. Talvez nunca encontremos outro Isaac Brown. Nem Kipling imaginou um homem assim. O nosso, ultrapassou o poema.

A Mesa do Senado Federal, comovida, se associa às homenagens que o Plenário lho acaba de prestar".

#### NO CONGRESSO NACIONAL

Na sessão do Congresso do dia 23, homenageando o Dr. Isaac Brown, falaram os seguintes parlamentares: Geraldo Freire, pela ARENA (Câmara), Mário Covas, pelo MDB (Câmara), Daniel Krieger, pela ARENA (Senado) e Bezerra Neto, pelo MDB (Senado).

Associação-se a Mesa do Congresso, sob a Presidência do Sr. Pedro Aleixo, às homenagens.

#### NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Na sessão do mesmo dia do Congresso Nacional, foi apresentado Requerimento pelo Deputado Medeiros Neto solicitando a consignação orçato de voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. Isaac Brown.

A homenagem prestada pelo Deputado Medeiros Neto em nome da Casa, associou-se a Mesa.

OUTRAS MANIFESTAÇÕES DE PESAR

"Senador Auro Moura Andrade - Presidente do Senado Federal

De Brasília

Apresento nobre Senador condolências desaparecimento eminente homem público Dr. Isaac Brown.

Cordiais Saudações

a) CARLOS FURTADO DE SIMAS  
Ministro das Comunicações"

"Exmo. Senador Auro Moura Andrade - Digníssimo Presidente do Senado Federal

De São Paulo

Apresento V.Excia. e Senado Federal sentimentos meu profundo pesar pelo falecimento do Secretário Dr. Isaac Brown. Perda incomensurável funcionário modelar dando admirável desempenho seu cargo dedicou sua vida ao Serviço dessa nobre Casa do Congresso e a honrou pelo seu elevado espírito público, cultura, inteligência, fidelidade, dedicação extraordinária e capacidade ilimitada de sacrifício. Seu nome ilustre ficará como um dos mais altos exemplos dignidade e civismo no quadro dos funcionários públicos do Brasil. Associe-me, com emoção, às homenagens prestadas sua memória.

Cordiais Saudações

a) Alexandre Marcondes Filho"

"Nº GAB. 357

Em 1º de setembro de 1967

Senhor Presidente,

Cumpr-me comunicar a Vossa Excelência que a ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA GUANABARA inseriu na Ata dos seus trabalhos um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Isaac Brown, dedicado e antigo funcionário dessa Casa Legislativa.

A proposição, de autoria do Deputado Carvalho Netto, foi unânimemente aprovada, na sessão do dia 29 de agosto p. findo.

Com as minhas condolências pessoais, aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

a) GERALDO RAÚJO  
1º Secretário"

"Senador Auro Moura Andrade - Senado Federal

De Brasília

A Prefeitura do Distrito Federal se associa ao luto dessa Casa pelo passamento do Dr. Isaac Brown, cuja vida foi uma dedicação permanente às pessoas e às coisas do Congresso Nacional e um exemplo incomum de trabalho aos servidores públicos do Brasil. Solicitamos a Vossa Excelência transmitir à família do Dr. Isaac Brown nosso profundo pesar.

a) WADJÔ DA COSTA GOMIDE  
Prefeito do Distrito Federal"

"Senador Auro Moura Andrade - Senado Federal

De Manaus

Associe-me todas homenagens prestadas ilustre Doutor Isaac Brown, que tantos serviços prestou Parlamento nosso País.

Saudações Atenciosas

a) ALVARO MAIA

"Senador Auro Moura Andrade -  
Presidente Senado Federal

De Brasília

Apresento essa Casa através ilustre Presidente meu pesar virtude falecimento Dr. Isaac Brown, exemplo dedicação e zelo funcional. Rogo transmitir a família enlutada meus sentimentos.

Cordialmente

a) JARBAS PASSARINHO"

"Presidente Senado Federal

De Rio de Janeiro - GB

Rogo Receber sentido pesar transmitir Senado Família ilustre morto, amigo Doutor Isaac Brown, exemplar servidor público.

Atenciosamente

a) RUBENS PORTO

Diretor Estatística do Ministério da Justiça

Exmo. Sr. Senador Moura Andrade  
D.D. Presidente do Senado Federal

A Comissão dos aposentados da Central do Brasil, com muita gratidão e profundo respeito, apresenta a Vossa Excelência pêsames pelo falecimento do Dr. Isaac Brown, ex-Secretário Geral da Mesa do Senado Federal.

Respeitosamente, pela Comissão

a) LOURIVAL VEIGA  
Aposentado

E. 1.3.5. - REGISTROS DE PESAR foram feitos da tribuna pelo falecimento de outras personalidades de relêvo:

- Sr. Mário Mattos, de Minas Gerais (discurso do Sr. Senador Benedito Valladares, na sessão de 2.3.67);
- Dom Marcelino Dantas, Arcebispo de Natal, Rio Grande do Norte (discurso do Sr. Senador Dinarte Mariz, na sessão de 12.4.67);
- Sr. Viriato Corrêa, do Rio de Janeiro (discurso do Sr. Senador Clodomir Millet, na sessão de 12.4.67);
- Sr. Ministro Eduardo Espínola, da Bahia (discurso do Sr. Senador Josaphat Marinho, na sessão de 5.5.67);
- Desembargador Ayres Xavier da Penha, do Espírito Santo (discurso do Sr. Senador Eurico Rezehde, na sessão de 30.6.67);
- Jornalista Newton Menezes, da Guanabara (discurso do Sr. Senador Moura Andrade, na sessão de 18.8.67);
- Dr. Isaac Brown, da Guanabara (discurso do Sr. Senador Carlos Lindemberg, na sessão de 30.8.67);
- Dr. Júlio Barbosa de Matos Correa, do Recife (discurso do Sr. Senador Carlos Lindemberg, na sessão de 30.8.67).
- Professor José Baeta Vianna, de Minas Gerais (discurso do Sr. Senador Milton Campos, na sessão de 5.10.67);
- Dr. Paulo Watzl, ex-Secretário-Geral da Presidência da Câmara dos Deputados (discurso do Sr. Senador Catete Pinheiro, na sessão de 11.10.67);
- Dr. José Wanderley de Araújo Pinho, da Bahia (discurso do Sr. Senador Aloysio de Carvalho, na sessão de 16.10.67);
- Sr. Gildo Amado, ex-Deputado Federal (discurso do Sr. Senador Gilberto Marinho, na sessão de 8.11.67);
-



**COMISSÕES**

E.2 - FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES

Os dados estatísticos a seguir mostram a intensidade que tiveram os trabalhos das Comissões :

<u>Comissões</u>	<u>Reuniões</u>		<u>Pareceres</u>		<u>Correspondência</u>							
	<u>Ord.</u>	<u>Ext.</u>	<u>Escritos</u>	<u>Orais</u>	<u>Expedida</u>			<u>Recebida</u>				
					<u>of.</u>	<u>c.</u>	<u>tel.</u>	<u>of.</u>	<u>c.</u>	<u>tel.</u>		
<u>I - PERMANENTES</u>												
Agricultura	5	7	5		16			12				
Constituição e Justiça	18	41	175		29			1				
Distrito Federal	3	8	3		1			2				
Economia	7	6	13		47			18				
Educação e Cultura	13	9	17		16			2				
Finanças	65	-	181		56			37				
Indústria e Comércio	2	6	11		-			-				
Legislação Social	8	1	15		2			1				
Minas e Energia	1	1	22		-			-				
Polígono das Sêcas	5	1	3		9			7				
Projetos do Executivo	9	10	26		-			-				
Redação	12	60	134		1			-				
Relações Exteriores	16	-	21		3			3				
Saúde	4	1	7		-			-				
Segurança Nacional	8	3	9		1			1				
Serviço Público Civil	4	8	22		5			6				
Transportes, Comunicações e Obras Públicas	8	-	14		1			-				
Valorização Econômica da Amazônia	2	1	1		-			-				

355 192 163 619

Discriminação quanto às proposições

<u>Comissões Permanentes</u>	<u>Projetos</u>		<u>Emendas</u>	<u>Subemendas</u>	<u>Substitut.</u>
	<u>Relatados</u>	<u>Apresentados</u>			
Agricultura	17	-	2	-	1
Constituição e Justiça	310	22	22	3	5
Distrito Federal	2	-	-	-	-
Economia	23	-	9	12	1
Educação e Cultura	26	-	13	1	-
Finanças	-	8	3	487	5
Indústria e Comércio	12	-	2	1	-
Legislação Social	22	-	1	4	1
Minas e Energia	1	-	-	1	1
Polígono das Sêcas	6	-	-	-	-
Projetos do Executivo	41	-	-	13	4
Redação	159	-	-	-	2
Relações Exteriores	22	-	-	-	-
Saúde	4	-	-	-	-
Segurança Nacional	14	-	2	-	-
Serviço Público Civil	25	-	2	3	1
Transportes, Comunicações e Obras Públicas	10	-	-	5	-
Valorização Econômica da Amazônia	1	-	-	1	-

**SERVIÇOS AUXILIARES**

E.3 - FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS AUXILIARES

Intensa foi a atividade dos Serviços Auxiliares, como o evidenciam os dados estatísticos que a seguir se reproduzem:

E.3.1 - DIREÇÃO GERAL DA SECRETARIAE.3.1.1 - GABINETE DO DIRETOR GERAL

	EXPEDIENTE	
	<u>RECEBIDO</u>	<u>ELABORADO</u>
Ofícios	235	350
Telegramas		156
Cartas		38
Declarações		89
Diversos	1 856	120
Serviços Dactilográficos		985

E.3.1.2 - DADOS REFERENTES À SECRETARIA DA COMISSÃO DIRETORA

Reuniões	9
Atas	
dactilografadas	9
publicadas	9
Projetos de Resolução	59
Redações finais de Projetos de Resolução	59
Portarias	7
Atos da Comissão Diretora	4

E.3.2 - SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA

	EXPEDIENTE	
	<u>RECEBIDO</u>	<u>ELABORADO</u>
Mensagens	18	219
Ofícios	604	174
Cartas	350	
Telegramas	452	1082
Memorandos	-	126

E.3.3 - VICE-DIRETORIAS GERAISE.3.3.1 - VICE-DIRETORIA GERAL ADMINISTRATIVA

Ofícios e Comunicações expedidos .....	147
Fichas dactilografadas .....	328
Serviços dactilografados .....	68
Ofícios e Comunicações recebidos.....	198
Documentos arquivados .....	413
Diversos .....	308

E.3.3.2 - VICE-DIRETORIA GERAL LEGISLATIVA

Ofícios e outros documentos recebidos ...	26
Ofícios expedidos.....	39
Encaminhamento de documentos .....	42
Comunicações ...1.....	66
Trabalhos encomendados por Senadores ....	20

E.3.4 - DIRETORIASE.3.4.1 - ARQUIVODOCUMENTOS ARQUIVADOS

De órgãos oficiais .....	12	860	exemplares
Avulsos diversos .....	18	500	exemplares
Projetos .....		399	exemplares
Requerimentos .....		636	exemplares
Autuações .....		44	exemplares
Ofícios .....	9	866	exemplares
Avisos .....		16	exemplares
Autógrafos .....		5	exemplares
Livros .....		20	exemplares
Documentos diversos .....	1	826	exemplares

REQUISICÕES ATENDIDAS:

De órgãos oficiais .....	6	728
Avulsos diversos .....	5	600
Projetos .....		20
Requerimentos .....		10
Ofícios .....		3

OFÍCIOS EXPEDIDOS ..... 23

BIOGRAFIAS DOS SENHORES SENADORES:

Pastas organizadas .....	45
Atualizadas .....	41
Em pesquisa .....	8

DOCUMENTOS DO ARQUIVO HISTÓRICO:

Arquivados .....	250
Classificados .....	286
Requisitados .....	7
Em pesquisa .....	206
Fichas classificadas .....	-

E.3.4.2 - ASSESSORIA LEGISLATIVA

36

Projetos estudados.....	746
Pareceres.....	781
Estudos e subsídios para a elaboração de anteprojetos.....	174
Estudos, consultas e pesquisas diversas.....	1 294
Relatórios sobre indicações .....	183
Relatórios a vetos.....	39

E.3.4.3 - ATA

Atas dactilografadas do Senado.....	218
Atas impressas do Senado.....	218
Atas dactilografadas do Congresso.....	83
Atas impressas do Congresso.....	83

NÚMERO DE AVULSOS PREPARADOS

Projetos de Lei da Câmara.....	134
Projetos de Lei do Senado.....	74
Projetos de Decreto-Legislativo.....	61
Projetos de Resolução.....	96
Projetos de Lei do Congresso Nacional.....	18
Mensagens .....	557
Pareceres do Congresso Nacional .....	27
Pareceres.....	917
Requerimentos.....	1 117
Vetos presidenciais.....	48
Indicações .....	2

E.3.4.4 - BIBLIOTECA

SEÇÃO DE REFERÊNCIA LEGISLATIVA

Fichas

Ementas.....	2 309
Assunto.....	4 040
Retificadas.....	1 009
Conferidas e arquivadas.....	7 358
Cabeçalhos de assunto.....	4 040

Contrôle de Diários

Registrados.....	7 606
Distribuídos.....	3 309
Separados para Encadernação.....	1 499
Separados para Manuseio.....	1 863

Empréstimos

Diários.....	1 300
--------------	-------

Leis do Brasil.....	37
Pesquisas de Leis, Decretos, Resoluções, etc.....	370
Bibliografias.....	3 079
	36

3522  
1300  
4828

SEÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO E CATALOGAÇÃO

Livros e folhetos

Obras classificadas e catalogadas.....	1 151
Fichas desdobradas por assunto, autor e título.....	5 755
Fichas topográficas.....	1 151
Fichas para o Boletim Bibliográfico...	1 151
Etiquetas.....	1 950

Periódicos

Títulos novos.....	20
Fascículos registrados no Kardex.....	1 010
Volumes registrados no Livro de Registro.....	118
Periódicos catalogados e classificados.....	40
Fichas .....	1 901

<u>Traduções e versões</u> .....	6
----------------------------------	---

Serviço de empréstimo

Cartões de livros e de leitores.....	2 550
Papeletas de datas.....	1 250
Bolsos de livros.....	1 250
Inscrições de novos leitores.....	92
Bibliografias .....	4
Consultas na Biblioteca.....	4 240
Empréstimos de livros e periódicos a domicílio.....	3 891
Pesquisas bibliográficas.....	30

SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

<u>Aquisições</u>	<u>Por compra</u>	<u>Por doação</u>
Livros	615	381
Folhetos	9	233



Expediente

Livros e folhetos registrados.....	1238
Fichas de aquisição de livros e folhetos.....	3316
Cartas, Ofícios, Ordens de serviço, Faturas, notas de Livrarias (recebidos).....	672
Cartas, Ofícios, Listas, Cartões, Faturas, etc.(expedidos).....	1605
Fichas elaboradas.....(de pessoal, periódicos, editores).....	973

E.3.4.5 - COMISSÕESADMINISTRAÇÃOCOMISSÃO DE AGRICULTURA:

Reuniões ordinárias.....	5
Reuniões extraordinárias.....	7
Projetos relatados.....	17
Projetos em diligência .....	2
Ofícios expedidos .....	16
Ofícios recebidos .....	12
Emendas apresentadas .....	2
Substitutivos apresentados .....	1
Votos em separado .....	-
Pedidos de vista .....	1

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA:

Projetos Distribuídos .....	387
Reuniões ordinárias.....	18
Reuniões extraordinárias .....	41
Projetos relatados .....	310
Projetos em diligência .....	22
Ofícios expedidos .....	29
Ofícios recebidos .....	7
Emendas apresentadas e Subemendas .....	19
Substitutivos apresentados .....	5
Votos em separado .....	38
Pedidos de vista .....	17
Projetos de Resolução apresentados .....	19
Projetos de Decreto Legislativo apresentados .....	3

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL:

Reuniões ordinárias .....	3
Reuniões extraordinárias .....	8
Projetos relatados .....	2
Projetos em diligência .....	-
Ofícios expedidos .....	1

	39
Ofícios recebidos .....	2
Emendas apresentadas .....	12
Subemendas apresentadas .....	1
Votos em separado .....	-
Mensagens do Executivo .....	2

COMISSÃO DE ECONOMIA:

Reuniões ordinárias .....	7
Reuniões extraordinárias .....	6
Projetos relatados .....	23
Projetos em diligência .....	9
Ofícios expedidos .....	47
Ofícios recebidos .....	18
Emendas apresentadas .....	1
Substitutivos apresentados .....	-
Votos em separado .....	-
Pedidos de vista .....	-

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA:

Reuniões ordinárias .....	13
Reuniões extraordinárias .....	9
Projetos relatados .....	26
Projetos em diligência .....	13
Ofícios expedidos .....	16
Ofícios recebidos .....	2
Subemendas apresentadas .....	2
Substitutivos apresentados .....	1
Votos em separado .....	-
Pedidos de vista .....	-

COMISSÃO DE FINANÇAS:

Reuniões .....	43
Reuniões secretas .....	22
Pareceres proferidos .....	301
Projetos em diligência .....	3
Ofícios expedidos .....	56
Ofícios recebidos .....	37
Emendas apresentadas .....	487
Substitutivos apresentados .....	5
Votos em separado .....	3
Pedidos de vista .....	6
Projetos de Resolução apresentados .....	8

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO:

Reuniões ordinárias .....	2
Reuniões extraordinárias .....	6
Projetos relatados .....	12
Projetos distribuídos .....	14
Ofícios expedidos .....	-
Ofícios recebidos .....	-
Emendas apresentadas .....	1

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL:

Reuniões Ordinárias .....	8
Reuniões Extraordinárias .....	1
Projetos Relatados .....	22
Projetos em diligência .....	1
Ofícios expedidos .....	2
Ofícios recebidos .....	1
Emendas apresentadas .....	4
Substitutivos apresentados .....	1
Votos em separado .....	2

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA:

Reuniões Ordinárias .....	1
Reuniões Extraordinárias .....	1
Projetos relatados .....	1

COMISSÃO DO POLÍGONO DAS SECAS:

Reuniões Ordinárias .....	5
Reuniões Extraordinárias .....	1
Projetos relatados .....	6
Emendas apresentadas .....	1

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO:

Reuniões ordinárias .....	9
Reuniões extraordinárias .....	10
Projetos relatados .....	41
Pedições de vista .....	2
Ofícios expedidos .....	9
Ofícios recebidos .....	7
Emendas apresentadas .....	13
Subemendas apresentadas .....	4
Substitutivos apresentados .....	2
Votos em separado .....	1

COMISSÃO DE REDAÇÃO:

Reuniões ordinárias .....	12
Reuniões extraordinárias .....	60
Projetos distribuídos .....	159
Projetos relatados .....	159
Ofícios expedidos .....	1
Ofícios recebidos .....	-

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES:

Reuniões .....	16
Pareceres proferidos (mensagens) .....	23
Pareceres proferidos (projetos) .....	22
Ofícios recebidos .....	3
Ofícios expedidos .....	3

COMISSÃO DE SAÚDE:

Reuniões ordinárias .....	4
Reuniões extraordinárias .....	1
Projetos relatados .....	4

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL:

Reuniões ordinárias .....	8
Reuniões extraordinárias .....	3
Projetos relatados .....	14
Projetos em diligência .....	2
Ofícios expedidos .....	2
Ofícios recebidos .....	1
Substitutivos apresentados .....	1
Votos em separado .....	1

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL:

Reuniões ordinárias .....	4
Reuniões extraordinárias .....	8
Projetos relatados .....	25
Projetos em diligências .....	2
Ofícios expedidos .....	5
Ofícios recebidos .....	6
Emendas apresentadas .....	3
Subemendas apresentadas .....	1
Substitutivos apresentados .....	1

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS:

Reuniões ordinárias .....	8
Projetos relatados .....	10
Ofícios expedidos .....	1
Emendas apresentadas .....	5

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA:

Reuniões ordinárias .....	2
Reuniões extraordinárias .....	1
Projetos relatados .....	1
Emendas apresentadas .....	1

COMISSÕES MISTASPARA ESTUDOS DE PROJETOS DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL:

Reuniões realizadas .....	56
Projetos relatados .....	18
Emendas oferecidas .....	590
Emendas apresentadas pelos Senhores Relatores .....	40
Subemendas aprovadas na Comissão .....	64
Substitutivos apresentados .....	16
Pareceres proferidos .....	37
Ofícios expedidos .....	808
Avisos encaminhados aos membros da Comissão .....	733
Atas publicadas .....	49

PARA ESTUDOS DE PROJETOS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO:

Reuniões realizadas .....	3
Subemendas apresentadas .....	-
Pareceres elaborados .....	2
Projetos em exame .....	4
Ofícios expedidos.....	150
Avisos encaminhados aos membros da Comissão .....	150
Têrmos de reuniões publicados .....	12
Atas publicadas .....	3

MECANOGRAFIA

<u>COMISSÕES</u>	<u>PARCERES</u>	<u>Nº DE FLS</u>
Constituição e Justiça	156	566
Economia	11	99
Agricultura	5	27
Finanças	315	631
Educação e Cultura	18	60
Legislação Social	8	29
Relações Exteriores	35	99
Saúde	5	12
Segurança Nacional	10	32
Transportes, Comunicações e Obras Públicas	3	6
Serviço Público Civil	14	42
Projetos do Executivo	41	136
Polígono das Sêças	2	5
Indústria e Comércio	5	15
Minas e Energia	1	2
Distrito Federal	6	29
Mistas de Veto	49	324
Mistas de Emenda à Constituição	4	36
Mistas de Projetos do Congresso Nacional	31	345
<u>DIVERSOS</u>	<u>QUANT.</u>	<u>Nº DE FLS</u>
Discursos	50	800
Substitutivos	20	900
Requerimentos	40	150
Emendas	600	2000
Stencils	1540	-
Ofícios	180	390
Diversos	600	3500

E.3.4.6 - CONTABILIDADESECÃO DE CONTRÔLE

1 - <u>AVERBAÇÃO DE DESCONTOS EM FÔLHA</u> .....	
SENADORES .....	85
FUNCIONÁRIOS :	
Associação dos Servidores Civis do Brasil .....	56
IPASE (Empréstimo, Seguro-Privado e Hospital).....	35
Caixa Econômica Federal de Brasília .....	386
Caixa de Pecúlio dos Militares .....	19
Instituto de Previdência dos Congressistas (Con-	
tribuição e Empréstimo) .....	319
GBOEX .....	16
2 - <u>BOLETINS enviados à HOLLERITH</u> , decorrentes de "alterações"re-	
cebidas da Diretoria do Pessoal ou resultantes de aver-	
bação ou desaverbação de desconto em fôlha de pagamento:	
SENADORES .....	14
FUNCIONÁRIOS .....	32
APOSENTADOS .....	14
3 - <u>COMPARECIMENTO : MAPAS DE FREQUÊNCIA DE SENADORES</u> .....	18
4 - <u>FICHAS DE CONSIGNATÁRIOS, DACTILOGRAFADAS E ANOTADAS COM OS</u>	
<u>QUANTITATIVOS DOS PAGAMENTOS:</u>	
Fôlha de Senadores .....	8
Fôlha de Funcionários .....	37
Fôlha de Aposentados .....	22
5 - <u>FICHAS FINANCEIRAS INDIVIDUAIS</u> , dactilografadas e anotadas	
com os quantitativos dos pagamentos:	
FUNCIONÁRIOS .....	1.082
SENADORES .....	75
APOSENTADOS .....	151
PRO-LABORE .....	45
6 - <u>FÔLHAS DE PAGAMENTO</u>	
SENADORES:	
Ajuda de Custo (individuais) .....	15
Ajuda de Custo (coletivas) .....	2
Subsídios e sessões extraordinárias .....	12
FUNCIONÁRIOS:	
Fôlhas de pagamento mensais .....	24
Sessões extraordinárias .....	79
Pagamento por Pró-Labore ..... (até julho) .....	7
7 - <u>GUIAS DE RECOLHIMENTO NO TESOIRO</u> - <u>RESTITUIÇÕES</u> .....	5
8 - <u>INFORMAÇÕES E DECLARAÇÕES</u> :	
1 - para fins de empréstimo ou aquisição de casa própria .....	312
2 - declarações diversas .....	120
3 - informações para Senadores .....	71

9 - OFÍCIOS:

Expedidos .....	112
Recebidos .....	163

10 - <u>RELACÕES:ANALÍTICAS</u> de descontos, conferidas e arquivadas .....	12
11 - <u>ALTERAÇÕES DA DI RETORIA DO PESSOAL</u> , providenciadas ....	55
12 - <u>FICHAS FINANCEIRAS DE APOSENTADOS</u> e informações prestadas para instruir processos de aposentadoria em diligência .....	33
13 - LISTAGEM DE funcionários .....	2

SECÃO FINANCEIRABALANCETE MENSALReceita

janeiro	-	7	documentos
fevereiro	-	4	documentos
março	-	15	documentos
abril	-	30	documentos
maio	-	14	documentos
junho	-	9	documentos
julho	-	4	documentos
agosto	-	11	documentos
setembro	-	11	documentos
outubro	-	10	documentos
novembro	-	12	documentos

Despesa:

janeiro	-	73	documentos
fevereiro	-	119	documentos
março	-	205	documentos
abril	-	244	documentos
maio	-	185	documentos
junho	-	370	documento
julho	-	54	documentos
agosto	-	204	documentos
setembro	-	329	documentos
outubro	-	238	documentos
novembro	-	259	documentos

BALANCETE TRIMESTRAL:

1º trimestre	-	423	documentos
2º trimestre	-	852	documentos
3º trimestre	-	613	documentos

BALANCETE SEMESTRAL:

1º semestre	-	1275	documentos
-------------	---	------	------------

PARECER:

Balancete do 1º trimestre-	2	documentos
Balancete do 2º trimestre-	2	documentos
Balancete do 3º trimestre-	2	documentos

RELATÓRIO DAS DESPESAS:

janeiro	2 documentos
fevereiro	2 documentos
março	2 documentos
abril	2 documentos
maio	2 documentos
junho	2 documentos
julho	2 documentos
agosto	2 documentos
setembro	2 documentos
outubro	2 documentos
novembro	2 documentos

RELATÓRIO DOS SAÍDOS:

janeiro	2 documentos
fevereiro	2 documentos
março	2 documentos
abril	2 documentos
maio	2 documentos
junho	2 documentos
julho	2 documentos
agosto	2 documentos
setembro	2 documentos
outubro	2 documentos
novembro	2 documentos

VAUCHER:

janeiro	72 documentos
fevereiro	115 documentos
março	203 documentos
abril	257 documentos
maio	180 documentos
junho	343 documentos
julho	51 documentos
agosto	202 documentos
setembro	312 documentos
outubro	228 documentos
novembro	238 documentos

SERVICO DE CONFERENCIA:Fatura:

janeiro	128 documentos
fevereiro	215 documentos
março	301 documentos
abril	393 documentos
maio	290 documentos
junho	418 documentos
julho	119 documentos
agosto	297 documentos
setembro	528 documentos
outubro	426 documentos
novembro	396 documentos

Extrato de conta-corrente:

janeiro	2 documentos
fevereiro	2 documentos
março	2 documentos
abril	2 documentos
maio	2 documentos



junho	2	documentos
julho	2	documentos
agosto	2	documentos
setembro	2	documentos
outubro	2	documentos
novembro	2	documentos

Canhoto de cheques:

janeiro	80	documentos
fevereiro	110	documentos
março	160	documentos
abril	200	documentos
maio	150	documentos
junho	240	documentos
julho	40	documentos
agosto	130	documentos
setembro	210	documentos
outubro	190	documentos
novembro	180	documentos

ESCRITURAÇÃO DE FICHAS:

De artigos fornecidos	1.030	fichas
De fornecedores	820	fichas

VERIFICAÇÃO DE CONTAS:

D.T.U.I.	267	documentos
D.F.L.	19	documentos

LEVANTAMENTO DE DESPESAS:

Viagem Senadores	3	documentos
Elementos Econômicos	11	documentos

ESCRITURAÇÃO DO LIVRO-CAIXA:

janeiro	80	documentos
fevereiro	123	documentos
março	220	documentos
abril	274	documentos
maio	199	documentos
junho	379	documentos
julho	58	documentos
agosto	215	documentos
setembro	340	documentos
outubro	248	documentos
novembro	271	documentos

DOCUMENTOS:

Expedidos	151	documentos
Recebidos	2 918	documentos

GUIAS DE RECOLHIMENTO

Banco do Brasil S.A.	95	documentos
----------------------	----	------------

LANÇAMENTO NA FICHA FINANCEIRA:Receita:

janeiro	7	documentos
fevereiro	4	documentos
março	15	documentos
abril	30	documentos
maio	14	documentos

junho	9	documentos
julho	4	documentos
agosto	11	documentos
setembro	11	documentos
outubro	10	documentos
novembro	12	documentos

Despesas:

janeiro	73	documentos
fevereiro	119	documentos
março	205	documentos
abril	244	documentos
maio	185	documentos
junho	370	documentos
julho	54	documentos
agosto	204	documentos
setembro	329	documentos
outubro	238	documentos
novembro	259	documentos

E.3.4.7. - EXPEDIENTE

Mensagens expedidas .....	118
Ofícios expedidos .....	1.676
a) Pela Presidência .....	61
1 - Pelo Presidente .....	54
2 - Pelo 1º Vice-Presidente, no e-	
exercício da Presidência .....	7
b) Pela 1ª Secretaria .....	1.615
Autógrafos preparados .....	643
Requerimentos de Informações .....	1.040
Requerimentos de outro teor .....	6
Cópias Autenticadas .....	40
Total de Fôlhas Datilografadas .....	2.477

ATOS DA MESA  
PRESIDENTE

1 - Promulgação de: .....	
a) Decretos .....	33
b) Resoluções .....	60
2 - Expediente assinado: .....	
a) Autógrafos .....	557
b) Mensagens .....	97
c) Ofícios .....	54

1º VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA

1 - Promulgação de: .....	
a) Decretos Legislativos .....	4
b) Resoluções .....	6
2 - Expediente assinado: .....	
a) Autógrafos .....	70
b) Mensagens .....	17
c) Ofícios .....	7

2º VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA

1 - Promulgação de:		
a) Decretos Legislativos .....		-
b) Resoluções .....		1
2 - Expediente assinado :		
a) Autógrafos .....		16
b) Mensagens .....		4
c) Ofícios .....		-

1ª SECRETARIAOfícios Assinados

Pelo 1º <u>SECRETÁRIO</u> .....	1	135
Pelo 2º <u>SECRETÁRIO</u> (no exercício da 1ª. Secretaria) .....		58
Pelo 3º <u>SECRETÁRIO</u> (no exercício da 1ª. Secretaria) .....		82
Pelo 4º <u>SECRETÁRIO</u> (no exercício da 1ª. Secretaria) .....		55
Pelo 1º <u>SUPLENTE</u> (no exercício da 1ª. Secretaria) .....		-
Pelo 2º <u>SUPLENTE</u> (no exercício da 1ª. Secretaria) .....		285
Pelo 3º <u>SUPLENTE</u> (no exercício da 1ª. Secretaria) .....		-
Pelo 4º <u>SUPLENTE</u> (no exercício da 1ª. Secretaria) .....		-
Total .....	1	615

OFÍCIOS EXPEDIDOS

<u>A Ministros de Estado:</u>		
Aeronáutica .....		37
Agricultura .....		111
Comunicações .....		38
Exército .....		7
Educação e Cultura .....		116
Extraordinário para Assuntos do Gabinete Civil .....		26
Fazenda .....		128
Interior .....		79
Indústria e Comércio .....		91
Justiça .....		13
Marinha .....		4
Minas e Energia .....		105
Planejamento de Coordenação Geral .....		31
Relações Exteriores .....		82
Saúde .....		37
Transportes .....		221
Trabalho e Previdência Social .....		106
Total .....	1	232

Aos Tribunais:

Supremo Tribunal Federal .....		1
Tribunal Federal de Recursos .....		1
Tribunal Superior Eleitoral .....		1
Superior Tribunal Militar .....		1
Tribunal de Contas da União .....		16
Total .....		20

A Governadores de Estados:

Santa Catarina .....	6
Minas Gerais .....	5
Ceará .....	1
Rio Grande do Norte .....	2
São Paulo .....	9
Guanabara .....	5
Sergipe .....	2
Rio Grande do Sul .....	1
Rio de Janeiro .....	1
Goiás .....	1
Total .....	33

A Presidentes de Assembleias Legislativas Estaduais:

Rio Grande do Norte .....	1
Guanabara .....	2
Sergipe .....	1
São Paulo .....	1
Minas Gerais .....	1
Total .....	6

Outras Autoridades:

1º Secretário da Câmara dos Deputados .....	307
Chefe do Gabinete Militar .....	1
Prefeito do Distrito Federal .....	5
Prefeito de Niterói .....	1
Prefeito Municipal de Campinas .....	1
Juiz de Direito da 5ª Vara Criminal de São Paulo .....	1
Juiz Federal Substituto da 1ª Vara de Brasília .....	1
Presidente do BNDE .....	1
Presidente da Companhia Vale do Rio Doce .....	1
Presidente da CODEBRAS .....	4
Diretor do Serviço de Trânsito .....	1
Diretor Geral dos Correios e Telegrafos .....	2
Diretor do DOPS .....	3
Diretor do HSE .....	1
Diretor-Superintendente do "O JORNAL" .....	1
Superintendente da Companhia Telefônica Brasileira ..	1
Chefe do DTUI .....	1
Coordenador do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral .....	1
Brasal Brasília Serviço de Automotores SA .....	1
Disbrave .....	1
Volkswagen .....	1
Diretor do Departamento de Polícia Federal .....	6
Total .....	343

À Companhias de Aviação:

VASP .....	12
SADIA .....	1
VARIG .....	22
CRUZEIRO DO SUL .....	2
PONTE AÉREA .....	5
Total .....	42

Total de Ofícios Expedidos .... 1 676

PROTOCOLO GERAL

		50
PROJETOS DE LEI DO SENADO .....	Nº	76
PROJETOS DE LEI DA CÂMARA .....		134
PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO .....		59
PROJETOS DE RESOLUÇÃO .....		95
DECRETOS LEGISLATIVO .....		40
RESOLUÇÕES .....		86
REQUERIMENTOS .....	1	102
PARECERES .....		870
MENSAGENS .....		557
CONSULTA .....		1
INDICAÇÃO .....		2
OFÍCIOS .....		10
MINISTÉRIOS .....	<u>AVISOS</u>	<u>OFÍCIOS</u>
MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA .....	17	
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA .....	36	
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES .....	23	
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA .....	51	
MINISTÉRIO DO EXÉRCITO .....	4	
MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO P/ASS. DO GAB. CIVIL .....		10
MINISTÉRIO DA FAZENDA .....	123	
MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO .....	73	
MINISTÉRIO DO INTERIOR .....	67	
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA .....	3	
MINISTÉRIO DA MARINHA .....	3	
MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA .....	65	
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO .....	22	
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES .....		17
MINISTÉRIO DA SAÚDE .....	26	
MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREV. SOCIAL .....	61	
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL .....		15
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO .....		7
CÂMARA DOS DEPUTADOS .....		239
<u>INFORMAÇÕES</u> .....	3 598	

E. 3.4.8 - INFORMAÇÃO LEGISLATIVAI - PUBLICAÇÕESRevista de Informação Legislativa

- elaboração ..... Números 15 e 16
- elaboração e revisão ..... Números 13 e 14
- revisão ..... Números 11 e 12

Decretos-leis do Presidente Castello Branco e legislação correlata

- elaboração e revisão ..... Páginas impressas ..... 3 000

Anais da Constituição

- elaborados:
  - 1º volume ..... Páginas impressas ..... 420
  - 2º volume ..... Páginas impressas ..... 442
- em elaboração:
  - do 3º ao 10º volume.

II - FICHÁRIOS E DOCUMENTÁRIOS

## Organizados e atualizados sôbre:

- 1 - proposição em curso na Câmara dos Deputados
- 2 - Proposição em curso no Senado Federal
- 3 - proposição em tramitação conjunta no Congresso Nacional (contendo desdobramento de assunto; tramitação completa)
- 4 - legislação federal (cronológica e assunto)
- 5 - legislação estadual
- 6 - legislação do Distrito Federal
- 7 - jurisprudência dos Tribunais Superiores da União
- 8 - jurisprudência do DASP
- 9 - pareceres, avisos, circulares, ordens de serviço, resoluções etc., julgados de interesse à Diretoria
- 10 - artigos e trabalhos doutrinários publicados em livros, monografias, revistas e jornais pertencentes ao acêrvo da Diretoria
- 11 - discursos proferidos no Senado, na Câmara e em sessões conjuntas do Congresso (temas focalizados)
- 12 - anteprojetos de leis
- 13 - comentários de imprensa sôbre temas de interesse à elaboração legislativa ou ao conhecimento do Congresso Nacional

III - PESQUISAS E DOCUMENTAÇÃO PARA A REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

- 1 - "Integração regional do Distrito Federal"
- 2 - "Senado Federal - competência. Art. 64 da Constituição de 1946"
- 3 - "Associações de utilidade pública"

- 4 - "Federalismo"
- 5 - "Inquilinato"
- 6 - "Censura teatral e cinematográfica no país"
- 7 - "Aposentadoria"
- 8 - "Menor"
- 9 - "Imposto de circulação de mercadorias"
- 10 - "Mar territorial"
- 11 - "Organização sindical no Brasil"
- 12 - "Índios"

IV - PESQUISAS REALIZADAS A PEDIDO:

<u>Assunto</u>	<u>Solicitação d</u>
1 - "Recolhimento compulsório de depósitos bancários" (legislação, atos do Banco Central, noticiário de imprensa)	Senador Antônio Balbino
2 - "Presidência do Congresso" (na elaboração da Constituição de 1967)	Secretaria-Geral da Presidência
3 - "Inquilinato"	Senador Mário Martins
4 - "Concessionárias de serviços públicos"	Senador Mário Martins
5 - "Presidência do Congresso" (anteriores, noticiário da imprensa; pronunciamentos do Congresso Nacional)	Senador Antônio Balbino
6 - "Habitação" (ementário de legislação; projetos e tramitação; pareceres; resoluções; bibliografia)	Senador Antônio Balbino
7 - "Presidência do Congresso" (Regimento de Parlamentos estrangeiros)	Secretaria-Geral da Presidência
8 - "Menores" (legislação; projetos)	Senador Antônio Balbino
9 - "Bolsas de estudo" (Legislação; projetos; bibliografia; portarias)	Senador Antônio Balbino
10 - "Fundos de investimentos" (legislação)	Senador Antônio Balbino
11 - "Eleições diretas e indiretas" (legislação; histórico; anteprojeto e projeto da Constituição de 1967; elaboração da Constituição de 1967; discursos; decisões do T.S.E.; projeto de emenda constitucional; noticiário de imprensa)	Senador Carvalho Pinto
12 - "Desnacionalização de capital estrangeiro" (bibliografia e noticiário de imprensa)	Senador Carvalho Pinto
13 - "Desapropriação"	Senador Antonio Balbino
14 - "Atos internacionais; Convenções e Tratados" (pesquisa: conceitos)	Senador Antonio Balbino
15 - "Crédito rural, pecuário e industrial" (legislação)	Senador Nogueira da Gama

SECÃO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL

1 - Coleta de Preços enviada a 627 firmas: .....	181
material contra incêndio .....	1
" de conservação e reparos ...	15
" de encadernação .....	4
" de expediente .....	29
" de limpeza .....	12
" de marcenaria .....	17
" de radiodifusão .....	11
" de uso doméstico .....	10
" do serviço de pintura .....	3
" elétrico .....	16
" hidráulico .....	1
máquinas e ferramentas .....	22
medicamentos e produtos químicos ...	4
móveis (aço, madeira e ambiente) ....	16
peças para veículos automotores ....	10
roupas e uniformes .....	<u>10</u>
2 - Mapa de licitações .....	180
3 - Pedido de fornecimento de material .....	375
4 - Ficha de controle de artigos fornecidos .....	1.208
5 - Ficha de controle de notas fiscais e faturas .....	61
6 - Ficha de controle de expediente recebido .....	184
7 - Notas fiscais processadas e encaminhadas a Diretoria da Contabilidade .....	378
8 - Autorizações diversas .....	620
9 - Ficha de controle de Verba Orçamentária .....	195

SECÃO DE CONTRÔLE E TOMBAMENTO DE BENS

1 - Ofícios recebidos .....	182
2 - Ofícios expedidos .....	102
3 - Materiais tombados: .....	4.336
a) móveis .....	2.836
b) aparelhos elétricos e eletrônicos ..	500
c) diversos .....	<u>1.000</u>
4 - Fichas datilografadas .....	3.500
5 - Máquinas distribuídas: .....	131
a) Olivetti .....	27
b) Remington .....	98
c) IBM .....	4
d) Mimeógrafos .....	<u>2</u>
6 - Manutenção e consertos de máquinas de escrever ...	204
7 - Manutenção e consertos de mimeógrafos .....	6
8 - Manutenção e consertos de máquinas de calcular ...	14



ALMOXARIFADO

Requisições de material de expediente atendidas ....	1.014
- Senadores .....	604
- Diretorias .....	297
- Serviços auxiliares ...	<u>113</u>
Uniformes completos distribuídos .....	367

E.3.4.10 - PESSOALSERVICOS REALIZADOS NO EXERCÍCIO DE 1967

Requerimentos Protocolados .....	997
Declarações .....	839
Ofícios .....	478
Comunicações .....	348
Certidões .....	85
Títulos Apostilados .....	355
Títulos Copiados .....	728
Títulos Expedidos (nomeação) .....	427
Títulos Expedidos (aposentadoria) .....	41
Atos Publicados - Diretor Geral .....	48
Atos Publicados - 1º Secretário .....	10
Portarias - 1º Secretário .....	70
Portarias - Diretor Geral .....	140
Editais de Convocação .....	2
Comissões de Sindicância .....	18
Comissões de Inquerito .....	2
Fichas de tempo de serviço (aposentadoria) .....	54
Informações em processos .....	939
Cartões de ponto fornecidos .....	4.500
Alterações encaminhadas a Contabilidade .....	71
Contagem Geral de Tempo de Serviço .....	2
Contagem de Tempo de Serviço de "Pro-labore" .....	300
Informações para Empréstimo .....	402
Mapas de Promoções .....	27
Boletins de Frequência .....	1.500
Pastas de Assentamentos Atualizadas .....	400
Atestados Médicos recebidos .....	1.570
Pastas de Documentos Confeccionadas .....	200
Pastas de Assentamentos Confeccionadas .....	200
Documentos diversos arquivados .....	1.500
Fichas de salário-Família Confeccionadas .....	90
Informações diversas .....	730
Boletins de Merceamento Confeccionados .....	800
Fichas de Endereço .....	146
Fichas de Proventos .....	54
Cartões de Identidade Funcional Confeccionados .....	251

Outros trabalhos realizados:

Revisão Geral dos processos de averbação de tempo de serviço , que aguardavam cumprimento de diligências;  
 Confecção periódica dos "MAPAS" de Quadro dos funcionários do Senado;  
 Atualização de um fichário geral dos funcionários, por lotação e em ordem alfabética, com indicação de cargo, lotação e endereço;  
 Recorte da jurisprudência administrativa publicada no corrente ano, com índice analítico em fichário;  
 Confecção de lista de endereços dos funcionários da Secretaria, com as respectivas alterações;

Atualização do fichário de Resoluções e respectivo desdobramento;  
 Confecção de lista de endereços dos Senhores Senadores;  
 Confecção de fichas individuais dos Senhores Senadores.

E.3.4.11 - PUBLICAÇÕES

ANAIS DO SENADO:

Distribuídos ..... 2 Volumes  
 Em elaboração ..... 8 volumes

ORIGINAIS DE ATAS:

Completadas e revistas ..... 228

PROVAS CONFERIDAS E REVISADAS

Sessões ..... nº de páginas  
 305 ..... 13.835

Outros trabalhos legislativos revistos pelos Redatores:

PARECERES	29 unidades	79 páginas
PROJ.DE DEC.LEG.	1 unidade	1 página
PROJ.DE LEI SEN.	2 unidades	2 páginas
PROJ.DE LEI CÂM.	2 unidades	4 páginas
MENSAGEM	1 unidade	1 página
REQUERIMENTO	36 unidades	48 páginas

Adendos do Orçamento ..... 5 unidades

Vetos ..... 48 unidades e  
 512 páginas

E.3.4.12 - TAQUIGRAFIA

Pronunciamentos dos Senhores Senadores de 1º de março a 23 de novembro de 1967.

<u>SENADOR</u>	<u>SENADO FEDERAL</u>	<u>CONGRESSO NACIONAL</u>
Aarão Steinbruch	33	3
Adalberto Sena	4	-
Adolpho Franco	1	-
Aloysio de Carvalho	32	-
Álvaro Maia	7	-
Antônio Balbino	1	-
Antônio Carlos	38	-
Argemiro de Figueiredo	12	-
Arnon de Melo	9	-
Arthur Virgílio	15	-
Atílio Fontana	21	-
Aurélio Vianna	69	8
Benedicto Valladares	3	-
Bezerra Neto	23	1
Carlos Lindemberg	22	-
Carvalho Pinto	2	-
Cattete Pinheiro	27	2
Celso Ramos	1	-
Clodomir Millet	16	-
Clóvis Maia	1	-
Daniel Krieger	11	6
Desiré Guarani	30	3
Dinarte Mariz	8	-
Domício Gondim	2	-
Duarte Filho	2	-
Edmundo Levi	31	1
Eurico Rezende	72	-
Fernando Corrêa	8	-
Filinto Müller	13	1
Flávio Brito	4	-
Gilberto Marinho	32	-
Gouvea Vieira	2	-
Guido Mondin	23	-
Jarbas Passarinho	1	-
João Abrahão	4	-
João Cleofas	9	-
Josephat Marinho	40	7
José Ermírio	39	-
José Feliciano	1	-
José Guimard	8	-
José Leite	2	-
Júlio Leite	15	-
Leandro Maciel	4	-
Lino de Mattos	36	2
Manoel Villaça	3	-
Marcello de Alencar	15	1
Mario Martins	44	1
Mello Braga	7	-
Mem de Sá	14	2
Milton Campos	2	-

<u>SENADORES</u>	<u>SENADO FEDERAL</u>	<u>CONGRESSO NACIONAL</u>
Milton Trindade	2	-
Moura Palha	9	-
Ney Braga	3	-
Nogueira da Gama	6	-
Oscar Passos	10	1
Paulo Sarasate	7	-
Paulo Torres	5	-
Pedro Ludovico	1	-
Pessoa de Queiroz	1	-
Petrônio Portela	3	-
Raul Giuberti	4	-
Renato Silva	1	-
Ruy Carneiro	5	-
Rui Palmeira	10	1
Sebastião Archer	1	-
Teotônio Vilela	3	-
Vasconcelos Torres	41	1
Victorino Freire	12	-
Wilson Gonçalves	10	-

$$\begin{array}{r}
 134 \\
 850 \\
 \hline
 984 \\
 41 \\
 \hline
 1025
 \end{array}$$

E. 3. 5. - SERVICOSE. 3. 5. 1. - GRÁFICOTRABALHOS CONCLUÍDOSOBRAS:

17 - Publicações especiais .....	1.326.613	fls.
1 - Revista .....	882.660	"
53 - Separatas de discursos .....	1.111.932	"
2 - Livretos .....	25.566	"
3 - Folhetos .....	133.054	"
15 - Separatas de Revista .....	365.161	"
1 - Relatorio .....	64.320	"
3 - Livros .....	1.028.308	"
	4.937.614	"

TRABALHOS CONCLUÍDOS E ENTREGUESAVULSOS:

645 - Pareceres .....	1.285.800	"
773 - Requerimentos .....	123.800	"
95 - Projetos de Resoluções .....	350.000	"
22 - Ordens do Dia - S.F. ....	13.300	"
84 - Ordens do Dia - C.N. ....	59.100	"
80 - Projetos de Lei do Senado .....	182.000	"
56 - Projetos de Decreto Legislativo .....	100.300	"
179 - Projeto de Lei da Câmara .....	215.100	"
59 - Autografos .....	302.450	"
3 - Indicações .....	1.400	"
2 - Decretos Lei .....	3.000	"
1 - Emenda .....	1.400	"
8 - Resoluções .....	15.000	"
2 - Decretos Legislativos .....	1.200	"
1 - Projeto de Constituição .....	1.000	"
180 - Mensagens .....	154.700	"
3 - Portarias .....	1.000	"
1 - Anteprojeto de Resolução .....	6.700	"
4 - Proj. de emendas a Constituição .....	19.400	"
	2.886.650	"

DIRETORIASBIBLIOTECA:

Solicitações .....	6
Quantidade impressa .....	17.804

SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA:

Solicitações .....	84
Quantidade Impressa .....	98.590
Quantidade cortada (papel e ficha) .....	57.400

DIRETORIA DO PESSOAL:

Solicitações .....	10
Quantidade Impressa .....	54.290

DIRETORIA DA CONTABILIDADE:

Solicitações .....	2
Quantidade Impressa .....	3.000

DIRETOR-GERAL:

Solicitações .....	2
Quantidade Impressa .....	1.200

COMISSÕES:

Solicitações .....	2
Quantidade Impressa .....	2.000

TAQUIGRAFIA:

Solicitações .....	2
Quantidade Impressa .....	3.000
Quantidade cortada (papel e ficha) .....	500

PATRIMÔNIO:

Solicitações .....	170
Quantidade Impressa .....	675.348
Quantidade cortada (papel, ficha e cartão).....	1.710.315

VICE-DIRETORIA GERAL ADMINISTRATIVA:

Solicitações .....	2
Quantidade Impressa .....	1.000

SERVIÇOS AUXILIARES:SERVIÇO DE TRANSPORTES:

Solicitações .....	9
Quantidade Impressa .....	17.300

ADMINISTRAÇÃO DO SENADO FEDERAL:

Solicitações .....	10
Quantidade Impressa .....	28.000

SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO:

Solicitações .....	2
Quantidade Impressa .....	23.000

SERVIÇO MÉDICO:

Solicitações .....	17
Quantidade Impressa .....	49.060
Quantidade cortada (ficha) .....	30

GABINETE DA VICE-LIDERANÇA DO GOVERNO:

Solicitações .....	2
Quantidade Impressa .....	2.000

SERVIÇO GRÁFICO:

Solicitações .....	60
Quantidade Impressa .....	57.641
Quantidade cortada (papel e ficha).....	14.500

ATIVIDADES INTERNAS:EXPEDIÇÃO:

Matérias para órgãos do Senado .....	2.096
Volumes despachados pelo D.C.T. ....	249
Volumes despachados pelo caminhão .....	204
Volumes despachados pela camionete .....	165
Entregas feitas por protocolo (diversos) .....	231
Entregas de avulsos .....	2.198
Ordens de Serviço abertas .....	2.130
Entregas por guias de expedição .....	215
Relações anexas .....	30

SEÇÃO DO PESSOAL:

Lançamentos (fichas, declarações, contratos etc.)	682
Anotações em Carteiras Profissionais .....	69
Folhas de Pagamento .....	4
Envelopes de Pagamento .....	251

Coletas de Preços c/mapas .....	8
Correspondências expedidas .....	97
Recibos de Serviços Prestados .....	29
Prestação de contas (balancetes e demonstrativo)	4
Pagamentos mensais de empregados .....	4
Boletins (atos do Superintendente) .....	9

DEPARTAMENTO MÉDICO:

Consultas .....	81
Exames completos para admissão .....	40
Dispensas de trabalho .....	16
Encaminhamentos ao INPS .....	2
Pequenas cirurgias .....	3
Curativos cirurgicos .....	6

USINA DIESEL - ELÉTRICA:

Gerador I - Atendimentos a interrupções .....	13
Total de horas .....	7:30
Consumo de combustível .....	232
Gerador II - Atendimentos a interrupções .....	22
Total de horas .....	11:10
Consumo de combustível .....	320
Gerador III - Atendimentos a interrupções .....	182
Total de horas .....	157:15
Consumo de combustível .....	3.375
Gerador IV - Atendimentos a interrupções .....	128
Total de horas .....	373:75
Consumo de combustível .....	9.220
Óleo lubrificante .....	200

TRANSPORTE - CAMINHÃO:

Viagens - BSB-RIO-BSB-SP-BSB-BHZ .....	16
Quilômetros rodados .....	63.998
Total de óleo gasto (combustível) .....	10.897
Total de óleo gasto (lubrificante do motor)....	516
Pêso transportado .....	190.946
Despesas das viagens .....	2.927,61

EXPEDIENTE DA SUPERINTENDÊNCIA:

Memorandos .....	87
Requerimentos .....	20
Ofícios .....	97
Boletins de Frequência e Extraordinário .....	36
Relatórios .....	63
Coletas de preços .....	8
Boletins .....	9

ENCADERNAÇÃO:

Inteira de luxo em pelica .....	49
Inteira em pelica .....	70
Inteira de luxo em porco .....	9
1/2 com cantos em porco .....	41
1/2 com cantos de luxo em porco .....	2

RESUMO GERAL DAS ATIVIDADES DO SERVIÇO  
GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Quantidade impressa .....	1.035.526
Quantidade de folhas impressas .....	10.153.577
Quantidade encadernada .....	171
Quantidade expedida .....	5.359
Ordens de Serviço abertas .....	2.130
Ordens de Serviço expedidas .....	2.007
Geradores - consumo geral de combustível .....	18.147
Caminhão - quilômetros rodados .....	63.998
Camioneta - quilômetros rodados .....	76.686
Ônibus - quilômetros rodados .....	66.101



E.3.5.2 - IMPrensa E RADIODIFUSÃOSETOR DE SECRETARIA DOS SERVIÇOS

## I - Expedientes:

a) Ofício recebidos .....	9
b) Ofícios expedidos .....	263
c) Correspondência interna .....	42
d) Cartas recebidas dos Srs. Senadores .....	8
e) Cartas enviadas aos Srs. Senadores .....	76
f) Pastas para assentamentos relativos aos Senhores Senadores.....	132
g) Fichas para anotações sobre jornais e rádios .....	1220

SECÃO DE DIVULGAÇÃO

I - Noticiários das Sessões Plenárias redigidos e datilografados .....	397
II - Noticiários das Comissões, redigidos e datilografados .....	110
III - Noticiários do Recesso .....	66
IV - Noticiários para imprensa .....	36
V - Coletânea de Notícias .....	72
VI - Fichas informativas .....	64

SECÃO DE MANUTENÇÃO

a) Discos gravados .....	242
b) Fitas magnéticas montadas .....	951
c) Fitas montadas para Senador .....	40
d) Gravações da Hora do Brasil .....	149
e) Transmissão da Voz do Brasil .....	149
f) Gravações Sessões Plenárias 16º andar .....	311
g) Transmissão Radio Panamericana .....	44
h) Transmissão de boletins para o Rio .....	10
i) Recebimento de boletins do Rio .....	45
j) Entrevista dos Senhores Senadores.....	1
k) Boletins internos transmitidos .....	29
l) Gravações da Sessão Plenária Cabine .....	211
m) Consertos diversos setores da Casa .....	82
n) Ofícios expedidos pela sessão de Manutenção.	46
o) Projetos executados para melhoria .....	16

E.3.5.3 - SELEÇÃO DO PESSOAL E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Relatório das atividades deste Serviço, no período de março a 24 de novembro de 1967.

Orientação Vital .....	14	casos
Orientação Vocacional .....	6	"
Orientação Pré-Vocacional .....	7	"
Seleção para Auxiliar de Limpeza .....	28	"
Seleção para Auxiliar Legislativo .....	21	"
Seleção para Auxiliar de Secretaria ..l.....	15	"
Seleção para Motoristas .....	10	"
Seleção para Taquígrafos de Debates .....	8	"
Seleção para Telefonistas .....	6	"
Seleção para Pesquisador de Orçamento .....	7	"
Seleção para Vigia .....l.....	4	"
Seleção para Orientador de Pesquisas Legislativas .....	4	"
Seleção para Servente .....	4	"
Seleção para Ascensorista .....	5	"
Seleção para Chefia de Portaria .....	11	"
Seleção para Guarda de Segurança .....	1	"
Seleção para Oficial Arquivologista .....	1	"
Seleção para Mecânico de Elevador .....	2	"
Seleção para Redator de Anais e Documentos Par- lamentares .....	1	"
Seleção para Lavador de Automóvel.....	1	"
Seleção para Auxiliar de Lavador de Automóvel..	1	"
Seleção para Redator de Radiodifusão .....	1	"
Seleção para Auxiliar de Conservador de Documen- tos .....	1	"
Seleção para Oficial Auxiliar da Ata .....	1	"
Seleção para Pintor .....	1	"
Seleção para Ajudante de Almoxarife .....	1	"
Seleção para Marceneiro .....l.....	1	"
Seleção para Operador de Telex .l.....	1	"
Seleção para Contínuo .....	2	"
Seleção para Assessor Legislativo .....	2	"
Revisão de Processos .....	31	"
A pedido do Serviço Médico .....	3	"
Motoristas Concursados em 1967 .....	171	"
TOTAL .....	374	casos

E.3.5.4 - MÉDICOATIVIDADES DOS SENHORES MÉDICOS

Consultas nos gabinetes .....	4	680
Consultas domiciliares .....	1	560
Atestados fornecidos a funcionários .....		776
Atestados fornecidos a estudantes .....		315
Eletrocardiogramas .....		312
Pequenas cirurgias .....		104

ATIVIDADES DO SERVIÇO DE ENFERMAGEM

Atendimentos no serviço .....	9	630
Atendimentos domiciliares .....	1	248
Injeções intramusculares .....	7	488
Injeções endovenosas .....	1	560
Curativos .....		936
Injeções intradérmicas .....		624
Atendimentos diversos .....	1	102

ATIVIDADE DA FISIOTERAPIA

Massagens .....		184
Exercícios ativos .....		44
Exercícios passivos .....		94
Exercícios ativos resistidos .....		8
Tração cervical .....		38
Infra-vermelho .....		69
Manipulação .....		8

ATIVIDADE DA FARMÁCIA

Medicamentos via oral (comprimidos e soluções) .....	38	307
Injeções intramusculares .....	1	750
Injeções endovenosas .....		110
Drogas tópicas .....		134
Outros .....		827

E.3.5.5 - TELEX

Mensagens Nacionais expedidas .....	1	546
Mensagens Nacionais recebidas .....	1	876
Mensagens Internacionais expedidas .....		18
Mensagens Internacionais recebidas .....		12

**TRABALHO REALIZADO**

**TRABALHO LEGISLATIVO ORDINÁRIO**

## **O SENADO COMO CASA INICIADORA DE LEIS**

### **PROJETOS DE LEI DO SENADO**

Apresentados

Ultimados

Retirados

Sobrestados

Remanescentes no Senado

Apreciados pela Câmara

Remanescentes na Câmara

Pronunciamento do Senado

sobre emendas da Câmara

F. - TRABALHO REALIZADO

F.1. - TRABALHO LEGISLATIVO ORDINÁRIO

F.1.1 - TRABALHO LEGISLATIVO ORDINÁRIO DE  
INICIATIVA DO SENADO

F.1.1.1. - PROJETOS DE LEI APRESENTADOS

Foram apresentados no Senado 77 Projetos de Lei (Anexo n. 6.1), de ns. 3 a 79.

F.1.1.2 - PROJETOS DE LEI APRECIADOS

F.1.1.2.1 - PROJETOS DE LEI DO SENADO  
APROVADOS

Aprovados em definitivo, foram remetidos à revisão da Câmara dos Deputados 31 Projetos de Lei do Senado (Anexo n. 7 ), sendo:

23 desta sessão legislativa (ns. 7, 8, 9, 12, 13, 15, 16, 20, 27, 29, 33, 34, 36, 38, 41, 49, 50, 52, 55, 62, 64, 66 e 79).

8 de sessões legislativas anteriores (ns. 136/63; 46, 52 e 62/64; 49/65; 2, 24 e 28/66).

F.1.1.2.2 - PROJETOS DE LEI DO SENADO  
REJEITADOS

Foram rejeitados 24 Projetos de Lei do Senado (Anexo n. 8 ),  
sendo:

12 desta sessão legislativa: (ns. 3, 4, 6, 14, 18, 19, 24, 26,  
30, 45, 51 e 56)

12 de sessões legislativas anteriores: (ns. 170/63; 53 e 83/64;  
21, 55 e 58/65; 10, 19, 23, 25 e 31/66; 1/67).



F.1.1.2.3 - PROJETOS DE LEI DO SENADO RETIRADOS

Foi retirado pelo seu autor, Sr. Senador Arnon de Melo, o Projeto de Lei do Senado nº 22, de 1967 (Anexo nº 9)

F.1.1.2.4 - PROJETOS DE LEI DO SENADO PREJUDICADOS

Foram prejudicados 3 Projetos de Lei do Senado (Anexo nº 11)

1 desta sessão legislativa (nº 25/67) e

2 de sessões legislativas anteriores (ns. 8 e 27/66)

F.1.1.3. - PROJETO DE LEI DO SENADO QUE PERMANECEM  
EM ESTUDOS NO PRÓPRIO SENADO

Permanecem em estudo no Senado 106 Projetos de Lei (Anexo nº 12), sendo:

41 desta sessão legislativa (ns. 5, 10, 11, 17, 21, 23, 28, 31, 32, 35, 37, 39, 40, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 53, 54, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77 e 78).

65 de sessões legislativas anteriores (ns. 49/47; 28/51; 2, 30, 35, 37/52; 7 e 26/55; 48/56; 41/57; 22/58; 14/59; 1, 4 e 15/60; 24/61; 44, 47, 51, 54 e 61/62; 7, 12, 29, 30, 35, 39, 43, 48, 89, 90, 96, 105, 113, 125, 133, 148 e 181/63; 6, 26, 30, 63, 73 e 76/64; 5, 7, 29, 37, 39, 48, 54 e 64/65; 3, 5, 6, 11, 13, 16, 20, 22, 26, 33 e 34/66; 2/67).

F.1.1.4 - PROJETOS DE LEI DO SENADO APRECIADOS PELA  
CÂMARA DOS DEPUTADOS

Foram 6 os Projetos de Lei do Senado apreciados pela Câmara dos Deputados (Anexo n. 13 ), conforme vai abaixo discriminado:

<u>Pronunciamento da Câmara</u>	<u>Desta sessão</u>	<u>De sessões anteriores</u>
Aprovados	-	3
Rejeitados	-	-
Devolvidos com emendas	1	2

F.1.1.5 - PRONUNCIAMENTO DO SENADO SOBRE EMENDAS DA  
CÂMARA

As emendas recebidas da Câmara a projetos do Senado tiveram nesta Casa o seguinte pronunciamento (Anexo n.14 ):

<u>Resultados</u>	<u>Desta sessão</u>	<u>De sessões anteriores</u>
Projetos emendados	1	1
Emendas recebidas	Substitutivo	1
Emendas aprovadas ( total mente ou em parte)	1	1

F.1.1.6 - PROJETOS DE LEI DO SENADO QUE AGUARDAM  
PRONUNCIAMENTO DA CÂMARA

Aguardam pronunciamento da Câmara dos Deputados 195 Projetos de Lei do Senado (Anexo n. 15 ), sendo

10 desta sessão legislativa (ns. 8, 9, 12, 27, 29, 34, 38, 41, 49 e 55).

185 de sessões legislativas anteriores (ns. 11, 15, 18, 20, 21, 25, 26, 46/47; 29, 47, 51/49; 3, 13, 15, 16, 37, 42/50; 18, 23, 25/51; 13, 15, 19/52; 8, 12, 25, 30, 31, 33/53; 6, 18, 22, 41, 46, 60, 61, 62, 67, 70, 71, 83/54; 3, 6, 8, 24, 26, 35/55; 1, 11, 25, 43/56; 2, 8, 12, 16, 33, 38/57; 4, 13, 25, 27/58; 2, 4, 11, 17, 21, 22, 29, 34, 35, 37/59; 2, 10, 18, 23, 27, 33, 40/60; 3, 7, 9, 12, 13, 14, 16, 17, 20, 21, 32, 33, 36, 37, 38, 42, 43, 44, 46/61; 2, 15, 17, 18, 19, 21, 26, 28, 35, 43, 45, 48, 50, 55, 56, 58/62; 2, 11, 20, 24, 45, 49, 50, 66, 72, 74, 76, 77, 82, 84, 91, 99, 104, 109, 114, 153, 154, 157, 158, 159, 169/63; 14, 18, 19, 21, 31, 33, 36, 39, 40, 41, 45, 46, 47, 52, 55, 62, 67, 72, 74, 75, 82/64; 1, 2, 3, 15, 25, 27, 30, 33, 35, 49, 51, 57, 60, 63, 66, 67/65; 1, 2, 7, 9, 17, 18, 24, 28, 29, 30/66).

**O SENADO COMO CASA REVISORA DE LEIS**  
**PROJETOS DE LEI DA CÂMARA**

Recebidos

Ultimados

Emendados

Prejudicados

Sobrestados

Pronunciamento da Câmara  
sôbre emendas do Senado

F.1.2 - TRABALHO LEGISLATIVO ORDINÁRIO

DE INICIATIVA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

F.1.2.1 - PROJETOS DE LEI RECEBIDOS DA CÂMARA  
PARA REVISÃO

Da Câmara dos Deputados recebeu o Senado, para revisão (Anexo n. 16 ), 126 Projetos de Lei, de ns. 10 a 135.

Dêsses projetos, eram de iniciativa do Presidente da República (Anexo n. 25 ) os de ns.

10 - 11 - 12 - 13 - 14 - 15 - 16 - 17 - 18 - 19 - 20 - 21 -  
22 - 24 - 25 - 26 - 28 - 30 - 49 - 51 - 52 - 53 - 54 - 55 -  
56 - 57 - 61 - 62 - 68 - 70 - 71 - 72 - 73 - 74 - 75 - 78 -  
83 - 84 - 85 - 86 - 87 - 88 - 89 - 90 - 100 - 101 - 102 -  
103 - 105 - 106 - 108 - 109 - 110 - 118 - 119 - 120 - 121 -  
122 - 123 - 124 - 126 - 127 - 131 - 133 - 134 - 135.

F.1.2.2 - PROJETOS DE LEI DA CÂMARA APRECIADOS PELO SENADO

F.1.2.2.1 - PROJETOS DE LEI DA CÂMARA APROVADOS

Tiveram pronunciamento favorável do Senado, sendo remetidos à sanção 85 Projetos de Lei da Câmara (Anexo nº 17):

75 desta sessão legislativa (ns. 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 36, 37, 39, 40, 42, 43, 45, 47, 49, 51, 52, 53, 54, 56, 58, 59, 60, 66, 68, 69, 71, 72, 74, 75, 78, 80, 82, 83, 85, 86, 88, 91, 92, 94, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 104, 108, 109, 110, 113, 114, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 128, 130 e 131).

10 de sessões legislativas anteriores (ns. 8/64, 121 e 330/65, 211, 262, 284, 288, 290, 315 e 324/66).

F.1.2.2.2 - PROJETOS DE LEI DA CÂMARA EMENDADOS E DEVOLVIDOS À CASA DE ORIGEM

Receberam emendas no Senado, sendo devolvidos à Casa de origem 30 Projetos de Lei (Anexo nº 18):

23 desta sessão legislativa (ns. 23, 30, 32, 33, 46, 50, 55, 57, 62, 73, 87, 89, 90, 93, 95, 98, 103, 105, 106, 107, 112, 116 e 126).

7 de sessões legislativas anteriores (ns. 102/63, 174/64, 78/66, 173/66, 292/66, 299/66 e 1/67).

F.1.2.2.3 - PROJETOS DE LEI DA CÂMARA REJEITADOS

Pela rejeição tiveram curso encerrado no Senado 21 Projetos de Lei da Câmara (Anexo nº 19):

14 desta sessão legislativa (ns. 31, 34, 35, 38, 41, 61, 64, 65, 67, 70, 77, 79, 81 e 84).

7 de sessões legislativas anteriores (ns. 125, 155, 221, 247, 286 e 297/66, 3/67).

F.1.2.2.4 - PROJETOS DE LEI DA CÂMARA PREJUDICADOS

Ficaram prejudicados 2 Projetos de Lei da Câmara (Anexo nº 20): 116/66 e 2/67.

F.1.2.3 - PROJETOS DE LEI DA CÂMARA QUE PERMANECEM EM ESTUDO NO SENADO

Permanecem em estudo no Senado 65 Projetos de lei da Câmara (Anexo nº 22):

14 desta sessão legislativa (ns. 44, 48, 63, 76, 111, 115, 124, 125, 127, 129, 132, 133, 134 e 135).

51 de sessões legislativas anteriores (ns. 198/50; - 27, 57, 62, 132, 133, 333/52; 140, 357/53; 1/54; 39, 246/55; 206, 333/56; 28, 65, 82, 135, 168, 212/58; 1, 74, 132, 168/59; 87, 161, 176/61, 67/62; 24, 120/63; 19, 33, 53, 130/64; 2, 4, 6, 106, 185, 242, 293, 322/65; 15, 106, 169, 190, 192, 287, 289, 291 e 300/66).

F.1.2.4 - EMENDAS DO SENADO APRECIADAS PELA CÂMARA

Teve a Câmara dos Deputados oportunidade de se pronunciar sobre emendas do Senado a 20 Projetos daquela Casa (Anexo nº 24)

Os resultados foram:

<u>Resultados</u>	<u>Desta Sessão</u>	<u>De sessões anteriores</u>
Nº de projetos emendados	11	9
Nº de emendas do Senado	32	11
aprovadas	26	7
rejeitadas	5	4
prejudicadas	1	-

F.1.2.5 - EMENDAS DO SENADO QUE AGUARDAM PRONUNCIAMENTO DA CÂMARA

Aguardam pronunciamento da Câmara dos Deputados sobre emendas do Senado 92 Projetos de Lei daquela Casa (Anexo nº 23):

devolvidos nesta sessão legislativa (ns. 1,23, 32, 33, 46,106 116/67)

devolvidos em sessões legislativas anteriores (ns. 229, 258/67, 313, 356, 489/48; 83, 124, 270/49; 10, 13, 26, 40, 158, 215/50; 4, 107, 263/52; 188/55; 83, 122, 310,338, 385, 399/56; 18, 31, 63, 239/57; 1, 21, 86, 115, 194/58; 3, 142, 160, 167, 175/59; 40, 126, 129, 137, 138/61; 29, 36, 47, 69, 74, 86, 152, 186/62; 7, 20, 21, 35, 44, 46, 48, 62, 71,79, 81, 102, 141/63; 12, 34, 39, 66, 124, 142, 150, 152, 158, 174, 316, 318/64; 127, 139, 157, 231, 299/65; 79, 88, 89, 267/66).

**TRABALHO LEGISLATIVO SUBMETIDO À SANÇÃO**

**PROJETOS DE LEI**

Encaminhados à sanção

Totalmente sancionados

Totalmente vetados

Sancionados e vetados em parte

F.1.3 - TRABALHO LEGISLATIVO SUBMETIDO À  
COLABORAÇÃO PRESIDENCIAL

F.1.3.1 - PROJETOS DE LEI ENCAMINHADOS À SANÇÃO

À sanção presidencial foram submetidos, pelas duas Casas, 131 projetos de Lei, sendo

21 pela Câmara dos Deputados,  
93 pelo Senado e  
17 pelo Congresso Nacional

F.1.3.1.1 - PROJETOS TOTALMENTE SANCIONADOS

Receberam a sanção presidencial 86 Projetos de Lei dos quais

13 encaminhados pela Câmara  
64 encaminhados pelo Senado e  
9 encaminhados pelo Congresso Nacional.



F.1.3.1.2 - PROJETOS TOTALMENTE VETADOS

Incidiu o veto total sobre 27 Projetos de Lei:

Número		ORIGEM	Ementa
S.F.	C.D.		
141/66	3 070-B/65	C.D.	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário - Tribunal Regional Eleitoral de Goiás - o crédito suplementar de R\$ ..... 116 946 200, para reforço das Subconsignações que menciona.
188/66	2 721-B/61	C.D.	Revalida a transferência gratuita, à Fundação Darcy Vargas, do terreno de acréscimo de marinha descrito no Decreto-lei nº 5 440, de 30 de abril de 1943.
196/66	2 676-B/61	C.D.	Autoriza a Rede Ferroviária Federal S.A. a ceder terreno à Sociedade de Pediatria de Pernambuco, sediada em Recife, para construção de sua sede própria.
92/64	3 000-B/61	C.D.	Reconhece a profissão de Sociólogo, e dá outras providências.
212/66	3 231-B/65	C.D.	Altera a denominação do Curso de Museus, do Museu Histórico Nacional, para Escola Nacional de Museologia Gustavo Barroso.
136/65	50-E/63	C.D.	Dispõe sobre a profissão de Nutricionista, regula o seu exercício e dá outras providências.
146/66	2 153-A/64	C.D.	Dispõe sobre o procedimento sumário para os crimes sujeitos à pena de multa ou de detenção até um ano e dá outras providências.
21/57	2 590-B/61	S.F.	Regula a prestação de alimentos provisionais às vítimas de acidentes pessoais de transporte e a seus beneficiários e dá outras providências.
321/65	1 022-F/63	C.D.	Dispõe sobre o salário mínimo do menor e dá outras providências.
266/66	3 906 /66	C.D.	Dispõe sobre o Estatuto da Pesca.
285/66	3 957 /66	C.D.	Dispõe sobre a aplicação da correção monetária, prevista na Lei nº 4 686, de 21.6.65, a todas as avaliações de que possa resultar a venda forçada de bens.
270/66	3 976-A/66	C.D.	Altera sem aumento de despesas, dotações do Poder Legislativo - Câmara dos Deputados - consignadas na Lei nº 4 900, de 10.12.65.
322/66	4 002-A/66	C.D.	Reorganiza o Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região e dá outras providências.

Número		Origem	Ementa
S.P.	C.D.		
7/67	3 879-B/66	C.D.	Retifica, sem ônus para a União, a Lei número 4 900, de 10 de dezembro de 1965, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 1966.
6/67	3 876-B/66	C.D.	Autoriza a abertura de crédito suplementar, no valor de R\$ 442 486 900, ao Poder Judiciário - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - destinado a atender, no corrente exercício, a dotações orçamentárias que especifica, consideradas insuficientes.
4/67	3 861 /66	C.D.	Abre, ao Poder Judiciário - Justiça do Trabalho - Tribunal Regional do Trabalho, 1ª Região - o crédito suplementar de R\$ 3446 000, para atender ao pagamento de vantagens incorporadas a Juizes e funcionários aposentados do seu quadro de pessoal.
5/67	3 862-B/66	C.D.	Autoriza a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 2 000 000 ao Poder Judiciário - Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, para atender a despesa com o pagamento de salário-família a juizes e funcionários aposentados daquele Tribunal.
152/66	3 451 /66	C.D.	Amplia o quadro do Pessoal da Justiça do Trabalho da 8ª Região e dá outras providências.
121/65	1 773-B/52	C.D.	Dispõe sobre a fixação dos limites na área do Polígono das Sêcas nos Estados da Bahia, Pernambuco e Minas Gerais.
36/67	3 567-B/66	C.D.	Altera a redação do parágrafo único do art. 6º da Lei nº 1 283, de 18 de dezembro de... 1950.
69/67	2 156-C/64	C.D.	Dispõe sobre a concessão da prorrogação de prazos pelos estabelecimentos oficiais de crédito a devedores do Nordeste e estabelece outras providências.
324/66	1 847-B/64	C.D.	Cria Juntas de Conciliação e Julgamento na 6ª Região da Justiça do Trabalho e dá outras providências.
62/67	72/67	C.D.	Isenta de impostos e taxas federais e aumento de capital, realizado até 31 de dezembro de 1970, resultante da incorporação de reservas ou lucros suspensos, pelas empresas industriais ou agrícolas localizadas na área de atuação da SUDENE ou SUDAM.
72/67	155-B/67	C.D.	Acresce de um item o art. 7º da Lei nº 4502, de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o imposto de consumo e reorganiza a Diretoria de Rendas Internas, alterado pelo Decreto-lei nº 34, de 18 de novembro de 1966.

Número		Origem	Ementa
S.F.	C.D.		
58/67	1 438-C/60	C.D.	Concede, pelo prazo de um ano, isenção dos impostos de importação e sobre produtos industrializados, para material destinado à fabricação, no País, de centrais telefônicas automáticas.
7/67	18/67	S.F.	Regula a execução do disposto no art. 16 , § 2º da Constituição Federal.
150/65	4 052-B/62	C.D.	Fixa o grau mínimo para aprovação de candidatos ao serviço público federal.

F. 1.3.1.3 - PROJETOS SANCIONADOS EM PARTEE VETADOS EM PARTE

Parcialmente vetados foram 21 Projetos de Lei:

<u>Número</u>		<u>Origem</u>	<u>Ementa</u>
<u>S.F.</u>	<u>C.D.</u>		
19/60	2083/64	S.F.	Regula o exercício da Odontologia.
238/65	2259/60	C.D.	Institui o Código Nacional de Trânsito.
138/66	3634/66	C.D.	Dispõe sobre isenção de tributos para aparelhos e equipamentos médico-hospitalares.
13/66		C.N.	Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas de direito tributário aplicáveis a União, Estados e Municípios.
19/66		C.N.	Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA); cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAN) e dá outras providências.
148/66	3663/66	C.D.	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade do Maranhão e dá outras providências.
18/66		C.N.	Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais em favor da Região Amazônica e dá outras providências.
23/63	3171/57	C.D.	Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro Agrônomo e dá outras providências.
132/64	4769/62	C.D.	Promove ao posto imediato o militar que em pleno serviço ativo vier a falecer em consequência de ferimentos recebidos em campanha ou manutenção da ordem pública.
253/66	3859/66	C.D.	Dispõe sobre a política econômica da borracha, regula sua execução e dá outras providências.

<u>Número</u>		<u>Origem</u>	<u>Ementa</u>
<u>S.F.</u>	<u>C.D.</u>		
184/66	4811/62	C.D.	Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 700 000 000 para instalação, organização e funcionamento do Estado do Acre e dá outras providências.
23/66		C.N.	Regula a liberdade de manifestação de pensamento e de informação.
25/67	3 804/66	C.D.	Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de NC\$... 60 924,21 (sessenta mil novecentos e vinte e quatro cruzeiros novos e vinte e um centavos) para atender ao pagamento de despesas com a participação do Brasil na IV Feira Internacional de Nova York.
30/67	4081/67	C.D.	Corrige desigualdade de situação entre servidores do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.
10/67	4066/66	C.D.	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de NC\$ .... 3.500 000,00 (três milhões e quinhentos mil cruzeiros novos), destinados à Fundação Universidade de Brasília.
11/67	4068/66	C.D.	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Justiça, o crédito especial de NCR\$ 3.291.576,93 (três milhões duzentos e noventa e um mil, quinhentos e setenta e seis cruzeiros novos e noventa e três centavos) destinados a atender despesas decorrentes do pagamento de gratificação de função policial inscrita pela Lei n. 4 878, de 3 de dezembro de 1965.
109/64	4866/62		Cria na Justiça do Trabalho da 3a. Região uma Junta de Conciliação e Julgamento, com sede em Montes Claros, Minas Gerais e dá outras providências.
	6/67	C.N.	Integra o seguro de acidentes do trabalho na previdência social e dá outras providências.

<u>Número</u>		<u>Origem</u>	<u>Ementa</u>
<u>S.F.</u>	<u>C.D.</u>		
97/67	434-B/67	C.D.	Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de R\$15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros novos) para atendimento do disposto no § 2º do art. 2º do Decreto-lei nº 280, de 28 de fevereiro de 1967.
86/67	343-B/67	C.D.	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional de Material Escolar.
9/67		C.N.	Dispõe sobre o leilão de mercadorias realizado pelas repartições aduaneiras.

**PRINCIPAIS LEIS ULTIMADAS**

F. 1.3.2. - PRINCIPAIS LEIS ULTIMADAS

Merecem especial menção as seguintes leis publicadas no decorrer desta sessão legislativa:

<u>Nº</u>	<u>DATA</u>	<u>EMENTA</u>
5.256	6.4.67	Dispõe sobre a pensão especial.
5.257	7.4.67	Dispõe sobre as Tomadas de Contas em atraso dos Exatores federais.
5.258	10.4.67	Dispõe sobre medidas aplicáveis aos menores de 18 anos pela prática de fatos definidos como infrações penais e dá outras providências.
5.275	24.4.67	Dispõe sobre o salário-mínimo de menores e dá outras providências.
5.280	27.4.67	Proíbe a entrada no País de máquinas e maquinismos sem os dispositivos de proteção e segurança do trabalho exigidos pela C.L.T. e dá outras providências.
5.291	31.5.67	Corrige desigualdade de situação entre servidores do Ministério da Fazenda e dá outras providências.
5.298	22.6.67	Cria uma Junta de Conciliação e Julgamento em Santo André, Estado de São Paulo, e dá outras providências.
5.299	23.6.67	Dispõe sobre a contratação de pessoal técnico especializado de nível médio e superior pela Comissão Nacional de Energia Nuclear e dá outras providências.
5.300	29.6.67	Dispõe sobre o Conselho de Justificação, estabelece normas para o seu funcionamento e dá outras providências.
5.303	3.7.67	Dispõe sobre o recolhimento de taxa de fiscalização criada pela Lei nº 5070, de 7.7.1966, que cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações e dá outras providências.
5.304	3.7.67	Dispensa do despacho consular os documentos exigidos, para a entrada, no Brasil, de aeronaves das empresas de transporte aéreo, nacionais e estrangeiras, que operam serviços regulares.
5.306	5.7.67	Fixa datas para a realização das convenções para eleição do Diretório Nacional e dos Diretórios Regionais e Municipais dos Partidos Políticos e dá outras providências.



<u>Nº</u>	<u>DATA</u>	<u>EMENTA</u>
5.310	18.8.67	Cria na Justiça do Trabalho da Terceira Região, uma Junta de Conciliação e Julgamento, com sede em Montes Claros, Minas Gerais, e da outras providências.
5.314	11.9.67	Estabelece normas sôbre a fiscalização de mercadorias estrangeiras e da outras providências.
5.315	12.9.67	Regulamenta o Art. 178 da Constituição do Brasil, que dispõe sôbre os ex-combatentes da 2ª Guerra Mundial.
5.316	14.9.67	Integra o seguro de acidentes do trabalho na previdência social, e da outras providências.
5.318	26.9.67	Institui a Política Nacional de Saneamento e cria o Conselho Nacional de Saneamento.
5.325	2.10.67	Institui a Duplicata Fiscal.
5.327	2.10.67	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional de Material Escolar.
5.332	11.10.67	Dispõe sôbre o arrendamento de áreas aeroportuárias as empresas e pessoas físicas ou jurídicas ligadas as atividades aeronáuticas.
5.346	3.11.67	Altera dispositivos do Código Penal, visando a proteger serviços de Utilidade Pública.
5.349	3.11.67	Dá nova redação ao cap. III do Título IX do Código de Processo Penal.

**NOTAS SÔBRE A ELABORAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

F.1.4 - NOTAS SÔBRE A ELABORAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O ORÇAMENTO DA UNIÃO E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Em sessão de 17 de agosto, o Senhor Senador Josaphat Marinho suscitou questão de ordem em que sustentou não poder o Projeto de Orçamento para o exercício de 1968, elaborado pelo Poder Executivo, tramitar no Congresso Nacional em virtude de contrariar dispositivos da Constituição. E pediu Sua Excelência que a Presidência, isoladamente ou em entendimento com a Presidência da Câmara dos Deputados, decidisse "sobre como pode o Congresso Nacional admitir o curso da proposta orçamentária e como, no exame dela, devem ser preservadas as competências da Câmara dos Deputados e do Senado da República".

O Presidente do Senado submeteu a matéria à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça, que assim se pronunciou:

"O nobre representante pela Bahia, Senhor Senador Josaphat, na sessão de 17 de agosto do corrente ano, sob a forma de questão de ordem, impugnou o curso e o exame, no Congresso, da proposta orçamentária para o exercício de 1968, face ao que, sobre a matéria, dispõe a Constituição do Brasil,

Dita questão de ordem, arguida em longa, minuciosa e brilhante fala, conclui:

"Assim, Sr. Presidente, e na forma do Regimento, segundo o qual cabe a Vossa Excelência zelar, a um tempo, pelo respeito à Constituição e pelas prerrogativas do Congresso, peço-lhe tome na devida consideração essas ponderações em forma de questão de ordem, para que decida, quando lhe parecer próprio, isoladamente ou em entendimento com o Presidente da Câmara dos Deputados, sobre como pode o Congresso Nacional admitir o curso da proposta orçamentária e como, no exame dela, devem ser preservadas as competências da Câmara dos Deputados e do Senado da República."

O Excelentíssimo Senhor Presidente Auro Moura Andrade, declarando, na oportunidade:

"A Presidência dará decisão a questão de ordem que acaba de ser levantada pelo Sr. Senador Josaphat Marinho, depois de haver analisado a exposição feita por S.Exa. em face do projeto de orçamento", deu o seguinte tratamento ao problema: levou-o ao conhecimento do Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, conforme se verifica da fala desse, na sessão daquela Casa de 15.9.67, ao decidir questão idêntica submetida à sua apreciação pelo nobre Deputado Sr. João Borges e, concomitantemente, submeteu-o, em 21 de agosto, a esta Comissão.

Distribuído o processo, a 24 do mesmo mês ao nobre Senhor Senador Ruy Palmeira, foi a 5 de setembro, redistribuído ao nobre Sr. Senador Eurico Rezende, e, finalmente, a mim despachado a 11 do corrente.

5. Em síntese, foi esta Comissão chamada a opinar sobre duas questões:

a) em face dos termos da exposição de motivos do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, que encaminhou a proposta orçamentária, bem como, em virtude do que dispõe os artigos 5º e 7º do projeto que rezam:

"Art. 5º. A aplicação dos recursos discriminados no artigo anterior far-se-á de acordo com os Programas estabelecidos para as unidades orçamentárias e para as entidades da Administração Indireta";

"Art. 7º. No decorrer do exercício, os recursos destinados aos programas, subprogramas, projetos e atividades poderão ser alterados por Decreto do Poder Executivo, respeitado o total da despesa dos Órgãos ou Ministérios constante dos Anexos 3 a 5, e obedecidos os limites máximos para cada elemento da despesa",

a proposição fere, ou não, o § 4º do artigo 65, da Constituição?

b) À vista da Constituição, artigo 46, nº III que diz:

"Ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, cabe dispor, mediante lei, sobre todas as matérias de competência da União, especialmente:

.....  
 III. Planos e programas nacionais, regionais e orçamentos plurianuais", poderá o Congresso aceitar o projeto?

6. Preliminarmente, cumpre ressaltar que os dispositivos relativos ao Orçamento, constantes da seção VI, Capítulo VI, Título I, da Constituição, devem ser objeto de interpretação conjunta e harmônica, de modo a que, na sua aplicação, não se verifiquem choques ou contradições.

7. Fiel a essa orientação, examinamos a questão.

8. Vejamos a primeira impugnação.

O parágrafo único do artigo 63 da Constituição estabelece:

"As despesas de Capital obedecerão ainda, a orçamentos plurianuais de investimentos, na forma prevista em lei complementar".

Este o mandamento básico do elenco de disposições sobre os orçamentos plurianuais. No artigo 65, a Constituição consagrou normas sobre o Orçamento anual, definindo-o, regulando-o e disciplinando a elaboração da proposta na esfera do Executivo, e sua tramitação no Legislativo. Entre tais normas incluem-se as consagradas no seu § 4º, que diz:

"Nenhum projeto, programa, obra ou despesa, cuja execução se prolongue além de um exercício financeiro, poderá ter verba consignada no orçamento anual, nem ser iniciado ou contratado, sem prévia inclusão no orçamento plurianual de investimento, ou sem prévia lei que o autorize e fixe o montante das verbas que anualmente constarão do orçamento, durante todo o prazo de sua execução".

Para, todavia, dar-se cumprimento ao que determina este parágrafo, é indispensável que:

a) exista a lei complementar prevista no parágrafo único do artigo 63;

b) que exista ou existam os Orçamentos plurianuais;

Nem se alegue que, ao final do dispositivo, referênciahá a prévia lei que autorize a obra, projeto, programa ou despesa e fixe o montante das verbas que anualmente constarão do orçamento, durante todo o prazo de sua execução.

Se, todavia, a tanto se estendesse a interpretação, estar-se-ia negando o sistema instituído pela Constituição. De fato, o dispositivo só pode e deve ser interpretado, considerando-se que, implantado o regime salutar dos orçamentos plurianuais - o que ainda não se efetivou pela absoluta carência de tempo (a proposta orçamentária começou a ser elaborada no início do exercício e a Constituição entrou em vigor a 15 de março) - ter-se-á que obedecer a alternativa:

"inclusão do projeto, programa, obra ou despesa no orçamento plurianual ou prévia lei que o autorize e fixe o montante das verbas que anualmente constarão do orçamento, durante todo o prazo de sua execução".

Tal é o entendimento construtivo - capaz de, sem invalidar as nobres intenções e as justas preocupações do eminente representante pela Bahia, permitir não se comprometa o trabalho do Congresso nesta fase inicial de vigência da Carta Magna.

9. Passemos à segunda parte da questão, que diz respeito ao cumprimento do Artigo 46 nº III, em boa hora incorporado à Constituição, graças a iniciativa e aos esforços do nobre Senador Jasaphat Marinho.

10. A indagação, no caso, é uma só: os "planos e programas" referidos na exposição de motivos e no projeto podem ser considerados como aqueles objeto do disposto no artigo 46, nº III?

11. Para uma resposta que não possa, nem de longe, parecer o desejo de elidir uma competência do Poder Legislativo das mais importantes que o novo Estatuto básico lhe atribuiu, examinemos o texto da proposta.

O Projeto de Lei da Câmara nº 500, de 1 967, estabelece em seu Art. 4º:

"a despesa será realizada segundo a discriminação constante do Anexo 2, que apresenta a programação setorial do Governo, e dos Anexos 3 a 5, que detalham a composição da despesa pelos Poderes da União", alinhando, em seguida, os valores constantes de tais anexos, discriminando-os por setor de atividade e por unidade administrativa.

O artigo 5º estabelece:

"A aplicação dos recursos discriminados no artigo anterior far-se-á de acordo com os Programas estabelecidos para as unidades orçamentárias e para as entidades da Administração Indireta".

E o artigo 6º:

"As unidades orçamentárias da Administração Diretora or

ganizarão, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da publicação desta lei, quadros de detalhamento dos projetos e atividades segundo o esquema da despesa, os quais deverão ser publicados, obrigatoriamente, no Diário Oficial.

Parágrafo único - Se necessário, os quadros referidos neste artigo poderão ser alterados, até 31 de outubro de 1968, respeitados os limites máximos para cada elemento de despesa".

12. Da leitura dessas disposições ressalta que "planos e quadros" a que se refere o projeto não podem ser confundidos com aqueles objeto do artigo 46, nº III.

13. A justificação da emenda ao projeto de Constituição, de autoria do nobre Senador pela Bahia, é extremamente elucidativa.

Diz ela:

"O projeto refere-se à "planos" diversos - de viação, de educação e saúde (art. 8º, X e XIII)-, de âmbito nacional, assim como alude a "diretrizes" econômicas e financeiras estabelecidas pela União (art. 10, V, c) e a "orçamento plurianual de investimento" (art. 64, § 4º), sem precisar nem prever, em qualquer dessas hipóteses, a elaboração de lei.

Ora, a importância social, econômica e financeira dessas medidas impõe que não sejam adotadas a revelia do Poder Legislativo. É em lei, aliás, que elas se consubstanciam em França (Constituição, 1958, art. 34), e mesmo nos regimes socialistas (Constituição da Jugoslávia, art. 164, nº 3), como salientamos, já na justificação de outra emenda.

No caso brasileiro, a exigência de lei é tanto mais imprescindível quanto o projeto prevê que a divergência entre planos econômicos e financeiros dos Estados e os da União podem justificar a grave medida da intervenção federal (art. 10, V, c).

Daí a necessidade de traduzir em lei os planos e programas e os orçamentos plurianuais".

14. Assim, os instrumentos de planificação ou programação das atividades do Poder Executivo, nos diversos campos de suas atividades, aos níveis nacional ou regionais, não se podem equiparar aos programas estabelecidos, para as unidades orçamentárias e para as entidades da Administração Indireta aplicarem os recursos discriminados no Orçamento, para 1968.

O artigo 46, nº III, trata de planos e programas nacionais e regionais que englobem um estudo completo do setor de atividade a que se destinem, a fixação dos objetivos a serem alcançados, os meios de ação de que se lançará mão, as fontes e os volumes dos recursos a aplicar, a previsão dos prazos consignados para sua execução.

O projeto, porém, trata, tão somente, da aplicação de dotações do Orçamento Anual para 1968, a base de programas que de fato, conforme se pode deduzir dos seus artigos 5º e 6º, se constituem em meros planos de aplicação.

15. Se, porventura, outro fôsse o entendimento, uma razão de ordem pública estaria a aconselhar a sua não aceitação.

A Câmara dos Deputados, à qual foi a proposta encaminhada pelo Poder Executivo, acolheu-a e já concluiu, numa primeira fase, seu exame, discussão e votação.

No Senado, já se esgotou o prazo para apresentação de emendas - únicos instrumentos válidos para alterar o projeto e tirar-lhe a feição de orçamento-programa que o nobre autor da questão de ordem julgou de seu dever apontar - e vários dos anexos já foram examinados e votados pela Comissão de Finanças.

16. Sem dúvida alguma, essa realidade levou as duas Casas do Congresso a elaborarem normas para a discussão e votação da proposta orçamentária, que, sem ferirem dispositivos da Constituição, no que toca ao Orçamento, como sejam os estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 67, refugiaram de regular o cumprimento daqueles outros que reclamam legislação complementar ou regulamentar. E, ainda neste passo, vale a ressalva de que tais dispositivos (§§ 1º e 2º do art. 67) só poderiam figurar nas normas, se os demais preceitos, objeto da questão de ordem, pudessem ser cumpridos.

17. Não há como ou por que fugir, ainda à leal constatação de que o tempo de vigência da Constituição não permitiu que tal legislação pudesse ser elaborada, estar em vigor.

18. De outra parte, não há como se admitir que os planos e programas nacionais ou regionais, em execução, antes de em vigor a atual Constituição, para serem contemplados com dotações orçamentárias destinadas ao seu prosseguimento ou conclusão, necessitem de vir ao Congresso, para mediante lei, serem aprovados.

Seria, não só recuar a vigência da Constituição, como, também, promover a decretação da paralização de uma série interminável de atividades e tarefas de interesse público e proferir a sentença inapelável do fracasso da administração.

Em conclusão, sem embargo do respeito e consideração pelas inspirações que levaram o nobre Senador Josaphat Marinho a suscitar a questão de ordem, objeto da Consulta da Presidência da Casa, através do Ofício nº SP/224, de 21 de agosto de 1967, que vale, e muito, como uma advertência ao Poder Executivo para, em breve tempo, promover a elaboração da legislação de sua exclusiva iniciativa, capaz de dar ao Congresso a justa e indispensável contrapartida prevista na Constituição, a Comissão de Constituição e Justiça opina por que a proposta orçamentária para 1968, encaminhada pelo Poder Executivo, seja acolhida, e tenha, nesta Casa, curso, na forma regimental.

Sala das Comissões, em 12 de outubro de 1967

Milton Campos, Presidente  
 Antônio Carlos, Relator  
 Antônio Balbino  
 Bezerra Neto  
 Wilson Gonçalves  
 Carlos Lindemberg  
 Voto em separado do Senador Josaphat  
 Marinho

ATO DO PRESIDENTE DO SENADO

Com a nova Constituição, modificou-se profundamente o calendário para a elaboração do Orçamento, tendo o Senado, apenas, o mês de outubro para realizar toda a sua tarefa (art. 68, § 2º da Constituição Federal).

Assim sendo, e não havendo, ainda, se adaptado o Regimento Interno ao novo texto constitucional, o Sr. Presidente do Senado Federal baixou o seguinte Ato:

"O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, tendo em vista que o art. 68, § 2º, da Constituição Federal estabelece que o Senado Federal deverá pronunciar-se sobre o projeto de lei orçamentária dentro em trinta dias, findos os quais o Projeto voltará à Câmara dos Deputados, mesmo não concluída a revisão, e

Considerando que a Constituição determina, no § 1º do mesmo art. 68 que, findo o prazo da Câmara dos Deputados, que é de 60 dias, e embora não concluída a votação, o Projeto será imediatamente remetido ao Senado Federal;

Considerando, ainda, que, por imperativo constitucional, a matéria estará sob a apreciação do Senado no mês de outubro, por trinta dias improrrogáveis.

## RESOLVE:

Até que o Regimento Interno seja adaptado ao texto constitucional, aplicar para a tramitação da Lei de Meios no Senado, durante o mês de outubro, as disposições contidas no art. 339, letra i, da Resolução nº 6, de 1964.

Brasília, em 21 de setembro de 1967.

AURO MOURA ANDRADE"



**TAREFA NORMATIVA E DELIBERATIVA REFERENTE AO  
PRÓPRIO SENADO**

## **PROJETOS DE RESOLUÇÃO**

Apresentados

Ultimados

Retirados

Remanescentes

Prejudicados

G - TAREFA NORMATIVA E DELIBERATIVA REFERENTE AO PRÓPRIO SENADO

G.1 - PROJETOS DE RESOLUÇÃO

G.1.1 - PROJETOS DE RESOLUÇÃO APRESENTADOS  
Somaram 84 os Projetos de Resolução apresentados (Anexo nº27 ), de ns. 17 a 100

Procederam:

- 9 da iniciativa individual de Senadores;
- 75 de Comissões.

Os de iniciativa individual de Senadores foram:

- 1 do Sr. Senador Carvalho Pinto (nº 66 )
- 4 do Sr. Senador José Ermírio (ns. 41 - 42 - 43 - 51 )
- 3 do Sr. Senador Júlio Leite (ns. 70 - 71 - 72 )
- 1 do Sr. Senador Adalberto Sena (nº. 76 )

Os de Comissões tiveram origem:

- na Comissão Diretora (ns. 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 34, 36, 37, 38, 39, 45, 46, 55, 56, 57, 58, 60, 63, 64, 65, 67, 73, 74, 77, 78, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 90, 93, 94, 95, 98, 99, 100).
- na Comissão de Constituição e Justiça (ns. 33, 35, 40, 44, 48, 49, 52, 53, 54, 61, 62, 68, 69, 75, 79, 80, 91, 92)
- na Comissão de Finanças (ns. 25, 31, 32, 47, 50, 59, 88, 96, 97)

Quanto à finalidade, disseram respeito:

- a alteração no Regimento Interno (ns. 41, 42, 43)
- a anulação de nomeação de funcionários (ns. 39, 57, 73, 77, 98 )
- a aposentadoria de funcionários (ns. 26, 28, 34, 37, 45, 43, 56, 60, 65, 74, 81, 85, 95, 100 )
- a autorização de empréstimos ou financiamentos externos (ns. 25, 31, 47, 50, 59, 88, 96, 97)
- a autorização para prestação de serviços a órgãos estranhos ao Senado (nº. 36)
- a criação de comissão de inquérito (nº. 51 )
- a comissões permanentes (ns. 70, 71, 76 )
- a criação de comissão especial de regulamentação da Constituição (nº. 72 )
- a exoneração de funcionários (ns. 55, 64, 82, 84, 86, 90, 93, 99 )

- a nomeação de funcionários (ns. 19, 20, 21, 22, 23, 29, 30, 38, 58, 63, 67, 78, 94 )
- a prorrogação de licença para prestação de serviços a outros órgãos estranhos ao Senado (ns. 17, 18, 24, 27)
- a prorrogação de prazo de Comissão Parlamentar de Inquérito (nº. 66 )
- a revigoração de resolução (ns. 44
- a retificação de resolução que concede empréstimo (nº. 32 )
- a suspensão de leis inconstitucionais (ns. 33, 35, 40, 48, 49, 52, 53, 54, 61, 62, 68, 69, 75, 79, 80, 91, 92)
- a doação (nº. 83)
- a criação de cargo (nº. 87 )
- a readmissão de funcionários (nº. 89 )

G.1.2 - PROJETOS DE RESOLUÇÃO ULTIMADOSG.1.2.1 - PROJETOS DE RESOLUÇÃO APROVADOS

Receberam aprovação do Senado 82 Projetos de Resolução (Anexo nº 28), sendo

77 - desta sessão legislativa e

5 - de sessões legislativas anteriores.

G.1.2.2 - PROJETOS DE RESOLUÇÃO REJEITADOS

Tiveram o curso encerrado pela rejeição 4 Projetos de Resolução (Anexo nº 29), de ns. 103/65, 29/66, 79/66 e 43/67.

G.1.3 - PROJETOS DE RESOLUÇÃO QUE PERMANECEM EMESTUDO

Permanecem em estudo 27 Projetos de Resolução (Anexo nº 32), de ns.

5 de 1959;  
 12 de 1961;  
 5, 6, 7, 14, 16, 21, 23, 32, 40 e 44 de 1963;  
 16 e 44 de 1964;  
 35, 85, e 96 de 1965;  
 4, 26, 28 e 32, de 1966;  
 41, 42, 60, 70, 71 e 72 de 1967.

**RESOLUÇÕES PROMULGADAS**

G.2 - RESOLUÇÕES PROMULGADAS

76 Resoluções foram promulgadas (Anexo nº 33 ).

Disseram respeito às seguintes matérias:

- 13 à aposentadoria de funcionários - (nºs 20-29 31/A-35-37-43-44-55-59-68-76-80-92)
- 19 à suspensão de leis e atos inconstitucionais (nºs 39-40-45-46-51-53-54-57-58-63-66/a-67 - 71-72-73-75-82-83-89).
- 9 à autorização para empréstimos e financiamentos no exterior (ns. 33-34-42-47-64-84-88-93-94).
- 14 à nomeação de funcionários (nºs 21-22-23-24-25-31-32-48-60-65-66-74-77-91).
- 5 à autorização para prestação de serviços a órgãos estrangeiros ao Senado (nºs 26-27-28-30-36).
- 1 à retificação de resoluções que concedem empréstimos (nºs 38-
- 4 à anulação de nomeações de funcionários (nºs 41-56-69-70).
- 6 à exoneração de funcionários (nºs 52-61-78 - 81-87-90):
  - 1 à doação (nº 79).
  - 1 à revigoração de Resolução (nºs 50).
  - 1 à readmissão de funcionários (nº 86).
  - 1 à criação de cargos (nº 85).
  - 1 à Comissões Permanentes (nº 88).

De acordo com o art. 149, § 1º do Regimento Interno, foi criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito, através da Resolução nº 49, que teve seu prazo prorrogado pela de nº 62.

## **INDICAÇÕES**



H - INDICAÇÕES

Recebeu a Mesa 2 indicações:

<u>Nº</u>	<u>Autor</u>	<u>Assunto</u>	<u>Apresentação</u>
1/67	Attilio Fontana	Sugere à Egrégia Comissão Diretora a criação de serviço confidencial para as informações que menciona.	19.5.67
2/67	Julio Leite	Consulta a Comissão Diretora da possibilidade de, em combinação com a Mesa da Câmara dos Deputados, instituir um curso anual de reportagem sobre o funcionamento do Congresso Nacional e de outras providências.	15.9.67

## **REQUERIMENTOS**

I - R E Q U E R I M E N T O S

Os 1079 requerimentos formulados versaram sôbre os seguintes assuntos:

- 41 de adiamento de discussão;
- 6 de adiamento de votação;
- 3 de alteração da Ordem do Dia;
- 1 de anexação de documento a processo referente a Projeto;
- 8 de audiência de Comissão;
- 9 de autorização para se ausentar do País;
- 5 de autorização para participar de Delegação;
- 2 de constituição de Comissão Especial Interna;
- 3 de constituição de Comissão Mista;
- 9 de constituição de Comissão Especial Externa;
- 1 de convocação de Autoridade;
- 6 de destaque para votação em separado;
- 3 de destaque para rejeição;
- 5 de destinação do Expediente para homenagem;
- 89 de dispensa de publicação;
- 1 de extinção de urgência;
- 2 de homenagem;
- 20 de homenagem de pesar;
- 767 de informações;
- 19 de licença;
- 8 de não realização de sessão;
- 1 de solicitação de ofício ao Senado Americano;
- 5 de preferência para votação de Projeto;
- 2 de prorrogação de sessão;
- 1 de solicitação de providência a fim de responsabilizar autoridade;
- 3 de reconstituição de processo referente a Projeto;
- 1 de retirada de Projeto da Ordem do Dia;
- 2 de retirada de emendas;
- 1 de retirada de Projeto;
- 4 de retirada de requerimento;
- 1 de realização de sessão comemorativa;
- 1 de projetos a serem submetidos a votação;
- 1 de tramitação em conjunto de projetos;
- 31 de transcrição de Documentos nos Anais;
- 15 de urgência;
- 1 de votação em globo;
- 7 de votos de congratulações.

**MATÉRIA DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO**

**ESCOLHA DE AUTORIDADES**

J. TRABALHO REFERENTE AO CAMPO DA COMPETÊNCIA  
PRIVATIVA DO SENADO

J. 1 - PRONUNCIAMENTO SÔBRE NOMES PARA CARGOS CUJO  
PROVIMENTO DEPENDE DE PRÉVIA AQUIESCÊNCIA DO  
SENADO QUANTO AOS ESCOLHIDOS;

Em 161 casos (Anexo n.381) teve o Senado ensejo de se pronun-  
ciar sôbre nomes escolhidos pelo Presidente da República para cargos  
cujo provimento depende de prévia aquiescência do Senado no tocante  
aos titulares a serem nomeados.

Tratava-se de

- 23 Chefes de Missões Diplomáticas
- 5 Ministro do Supremo Tribunal Federal
- 2 Ministros do Tribunal de Contas da União
- 4 Membros do Conselho Monetário Nacional
- 1 Membro do Conselho Deliberativo da Casa da Moeda
- 7 Membros do Conselho do Banco Nacional de Habitação
- 3 Membros do Conselho Administrativo da Defesa Econômica
- 1 Presidente do Banco da Amazônia
- 1 Presidente do Banco do Brasil
- 1 Presidente do Banco Nacional de Crédito Cooperativo
- 1 Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
- 1 Presidente do Banco do Nordeste do Brasil
- 1 Presidente do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
- 3 Diretores do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
- 1 Chefe do Serviço Nacional de Informações
- 2 Procurador Geral da República
- 1 Prefeito do Distrito Federal
- 49 Juizes Federais
- 49 Juizes Federais Substitutos
- 3 Governadores de Territórios
- 1 Diretor Geral do Departamento de Polícia Federal
- 1 Presidente do Conselho Superior das Caixas Econômicas  
Federais

**EMPRÉSTIMOS EXTERNOS**

J.2 - AUTORIZAÇÃO PARA EMPRÉSTIMOS EXTERNOS

Foram concedidas as seguintes:

<u>Estado</u>	<u>Resolução</u>	<u>Finalidade</u>	<u>Data</u>	<u>Publicação</u>
Ceará	33	Para ampliação do abastecimento d'água rural no Estado do Ceará.	16.3.67	17.3.67
Gov. Federal	34	Para aquisição de material hospitalar.	5.4.67	6.4.67
Guanabara	38	Para realização do Programa de Equipamento para Manutenção de Esgotos.	19.4.67	20.4.67
Minas Gerais	42		12.5.67	13.5.67
São Paulo	47	Para elaboração do Estudo Econômico-Financeiro e Pró-Projeto de Engenharia do Metrô da cidade de São Paulo.	1.6.67	2.6.67
Rio Grande do Sul	64	Para aquisição de um aparelho de Raios X e equipamentos hospitalares, para o Hospital São Camilo, de propriedade municipal.	11.9.67	12.9.67



**SUSPENSÃO DE LEIS INCONSTITUCIONAIS**

### J.3 - SUSPENSÃO DE LEIS INCONSTITUCIONAIS

Teve o Senado ensejo de suspender, totalmente, 5 leis e, parcialmente, 11, por motivo de inconstitucionalidade declarada pelo Supremo Tribunal Federal:

Tratava-se das seguintes:

<u>ORIGEM</u>	<u>DIPLOMAS LEGAIS</u>	<u>PARTE SUSPensa</u>	<u>RESOLUÇÃO</u>
São Paulo	Decreto nº 44 794, de 7.5.65.	Totalidade	5/67
" "	Lei nº 1, de 18.9.47.	Inciso VI do art. 40	39/67
" "	Lei nº 8 675, de .... 29.1.65.	Art. 4º e seus §§ 1º e 2º	51/67
" "	Constituição	Art. 107 (parte)	63/67
" "	Lei nº 7.687, de .... 14.1.63.	Art. 3º	67/67
" "	Lei nº 3 085, de .... 27.8.64 (Município de Campinas).	No que concerne à exigibilidade de tributação adicional c/ relação ao período anterior à sua vigência.	75/67
R.G.Norte	Lei nº 20, de ..... 27.10.67.	Totalidade	7/67
" "	Lei nº 326, de ..... 10.7.51.	Parte relativa à cobrança, no exercício de 1951, da parte majorada da taxa de Educação, Saúde e Assistência e do Imposto de Vendas e Consignações.	54/67
Sergipe	Constituição	Art.192	40/67
Guanabara	Lei nº 672, de ..... 9.12.64.	Arts. 178, 181, 188, 190 e seu § único.	45/67
"	Lei nº 817, de ..... 4.8.65	Totalidade	53/67
"	Lei nº 824, de ..... 30.8.65	Totalidade	58/67

<u>ORIGEM</u>	<u>DIPLOMAS LEGAIS</u>	<u>PARTE SUSPENSA</u>	<u>RESOLUÇÃO</u>
Minas Gerais	Constituição	Alínea "c" do item I do art. 104	46/67
" "	Lei nº 2 580, de ... 28.12.61	Totalidade	82/67
Santa Catarina	Lei nº 2 772, de ... 21.7.61	Art. II, inciso 7º, alínea "a"	57/67
" "	Lei nº 2 772, de ... 21.7.61	Art. 12 (em parte)	71/67
" "	Lei nº 2 772, de ... 21.7.61	Art. 11, item III, <u>b</u>	73/67
" "	Lei nº 959, de ..... 8.4.64	Totalidade	83/67

**NOVAS ATRIBUIÇÕES DADAS AO SENADO**

J.4 - NOVAS ATRIBUIÇÕES DADAS AO SENADO

A nova Constituição da República do Brasil, promulgada em 24 de janeiro de 1967, deu, em seu artigo 45, item III, novas atribuições ao Senado Federal, a saber:

Art. 45 - Compete, ainda, privativamente ao Senado:

- I - .....
- II - ..1.....
- III - legislar sobre o Distrito Federal, na forma do art. 17, § 1º, e, com o auxílio do respectivo Tribunal de Contas, nele exercer as atribuições mencionadas no artigo 71.

Os artigos 17 e 71 da Constituição vigente estabelecem:

Art. 17 - .....

§ 1º - Caberá ao Senado discutir e votar projetos de lei sobre matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração do Distrito Federal.

§ 2º - O Prefeito do Distrito Federal e os Governadores dos Territórios serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado.

§ 3º - .....

Art. 71 - A fiscalização financeira e orçamentária da União será exercida pelo Congresso Nacional através de controle externo, e dos sistemas de controle interno do Poder Executivo, instituídos por lei.

§ 1º - O controle externo do Congresso Nacional será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas e compreenderá a apreciação das contas do Presidente da República, o desempenho das funções de auditoria financeira e orçamentária, e o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos;

§ 2º - O Tribunal de Contas dará parecer prévio, em sessenta dias, sobre as contas que o Presidente da República prestar anualmente. Não sendo estas enviadas dentro do prazo, o fato será comunicado ao Congresso Nacional, para os fins de direito, devendo o Tribunal, em qualquer caso, apresentar minucioso relatório do exercício financeiro encerrado.

§ 3º - .....

§ 4º - .....

§ 5º - .....

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA**

**ADMINISTRAÇÃO INTERNA**

K - TRABALHO ADMINISTRATIVO

K.1 - ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Cabe, também, nesta oportunidade, assinalar os trabalhos administrativos desta Casa, levados a cabo durante a sessão legislativa que ora se encerra.

Sob a direção competente e dedicada do Dr. Evandro Mendes Vianna, digno e ilustre Diretor-Geral da Secretaria, coadjuvado pelo brilhante corpo de colaboradores, constituído pelos Vice-Diretores-Gerais e Diretores de Serviço, pôde o dedicado corpo de servidores do Senado cumprir com exação as tarefas cometidas.

Por quanto realizaram, pois, cabe, aqui, o registro especial dessa atuação, com os elogios que ora formulamos.

Não é de esquecer-se, também, a preciosa colaboração do pessoal do Quadro Anexo, no atendimento aos Senhores Senadores quando presentes na cidade do Rio de Janeiro.



**ASSUNTOS REFERENTES A FUNCIONÁRIOS**

K.2 - ACTOS REFERENTES A FUNCIONÁRIOS

Neste capítulo há que assinalar a expedição dos seguintes atos

K.2.1.1 - NOMEACÃO

<u>Nome</u>	<u>Cargo</u>	<u>Padrão</u>	<u>Resol.</u>	<u>Data</u>	<u>Publ.</u>
Moisés Júlio Pereira	Aj. de Almoxarife	PL-7	21	8.3	9.3
Arthur Carvalho Calmon	Aj. de Conservador de Documentos	PL-7	22	8.3	9.3
Heber de Macedo Godinho	Aj. de Almoxarife	PL-7	23	8.3.	9.3
Geraldo Gama de Azevedo	Conservador de Documentos	PL-6	24	8.3	9.3
Dyrno Jurandir Pires Ferreira	Assessor Legislativo	PL-2	25	8.3	9.3
José Soares de Oliveira Filho	Diretor	PL-1	31	16.3	17.3
Jose Diniz Neto	Aj. de Almoxarife	PL-7	32	16.3	17.3
Lourival Machado Rezende	Aux. Legislativo	PL-10	48	2.6	3.6
Marília Damasceno de Carvalho	"	"	"	"	"
Henrique Siqueira Tillmann	"	"	"	"	"
Carlos Alberto Villela Souto	"	"	"	"	"
Ayrea Machado	"	"	"	"	"
Marcia Toledo Amaral	"	"	"	"	"
Ruy Jorge Caldas Pereira	"	"	"	"	"
Kleber Souza	"	"	"	"	"
Frederico da Gama Cabral Filho	"	"	"	"	"
João Conrado Lafetá de Oliveira	"	"	"	"	"
Getúlio Ivan Carreira	"	"	"	"	"
Paula Frassinete Lopes	"	"	"	"	"
João Manandro da Silva Filho	"	"	"	"	"
Geraldo José de Sá	"	"	"	"	"
Walter Manoel Germano de Oliveira	"	"	"	"	"
Newton Araújo Silva	"	"	"	"	"
Nilson Avelar	"	"	"	"	"
Ângela Barbosa	"	"	"	"	"
Carlota Barrionuevo Martin	Taquigrafo de Debates	PL-4	60	31.8	1.9
Lionéa de Almeida Castro	"	"	"	"	"
Luciano de Paiva Diniz	"	"	"	"	"
Jorge Honda	"	"	"	"	"
Nerione Nunes Cardoso	Diretor	PL-1	65	13.9	14.9
Fernando Estevam Dantas	Aux. Legislativo	PL-10	66	14.9	15.9
Alfeu Magalhães Mendonça	"	"	"	"	"
Cândido Hippert	"	"	"	"	"

Nome	Cargo	Padrão	Resol.	Data	Publ
Maria Inilda Pessoa	Auxiliar Legislativo	PL-10	74	12.10	13.10
Maria Lúcia de Moraes e Silva Rodrigues	"	"	"	"	"
Helvécio de Lima Camargo	"	"	"	"	"
Célio Ribeiro Barbosa Silva	"	"	"	"	"
Abelardo Gomes Filho	"	"	"	"	"
Herculano Ruy Vaz Carneiro	Secretário-Geral da Presidência.	PL	77	24.10	25.10
Vera Lúcia Tollendal Pacheco	Taguigráfico de Debates	PL-4			
Alzira dos Santos Magalhães	"	"			
Paulo Luiz Bastos Serejo	"	"			
Maria Helena Taveira Dias	"	"			

K.2.1.2 - APOSENTADORIA

<u>Nome</u>	<u>Cargo</u>	<u>Padrão</u>	<u>Resol.</u>	<u>Data</u>	<u>Publ.</u>
Maria Tavares Barreto Coelho	Diretor	PL-1	20	2.3	9.3
Rubens Pinto Duarte	Diretor	PL-1	29	14.3	15.3
Julio Teixeira Netto	Aj. de Almo- xarife	PL-7	31/A	16.3	28.3
Anselmo Nogueira Macieira	Assessor Le- gislativo	PL-2	35	6.4	7.4
Sebastião Maia de Almeida	Controlador Gráfico	PL-6	37	19.4	20.4
Maria da Aparecida Jordão	Taquigrafa de Debates	PL-3	43	18.5	19.5
Aloysio Costa de Oliveira	Técnico de Ar Refrigerado	PL-11	44	18.5	19.5
Oscar Farinha Neto	Aux. de Secre taria	PL-11	55	30.6	1.7
Glória Fernandina Quintela	Diretor	PL-1	59	30.8	31.8
Leopoldina Ferreira Neves	Oficial Legis lativo	PL-3	68	26.9	27.9
José Martins de Moraes	Aux. Limpeza	PL-11	76	24.10	25.10
Dulce Barbosa da Cruz	Oficial Legis	PL-3	80	25.10	26.10
Martha dos Santos Crespo de Castro	Taq. Debates	PL-3			

K.2.1.3 - EXONERAÇÃO

Mauro Motta Burlamagui	Aux. Legisla- tivo	PL-9	52	28.6	29.6
Heliantho de Siqueira Lima	Oficial Legis lativo	PL-6	61	31.8	1.9
Miriam Gurjão Melo	Oficial Bibli	PL-5	78	24.10	25.10
Jorge Neves dos Santos	Motorista	PL-9	81	25.10	26.10
Jayme de Rezende Pacheco	Motorista	PL-10			

K.2.1.4 - AUTORIZAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A OUTROSÓRGÃOS

<u>Nome</u>	<u>Cargo</u>	<u>Órgão</u>	<u>Padrão</u>	<u>Resol.</u>	<u>Data</u>	<u>Publ.</u>
Sebastião Ruy Rollo Maciel	Oficial Legis lativo	BNH (pror.)	PL-6	26	8.3	30.3
Luiz Renato Vieira da Fonseca	Aux. Legisla- tivo	BNH (pror.)	PL-8	27	8.3	30.3
Moema Fernandes Tá- vora	Oficial Legis lativo	Estado do Ceará (pror.)	PL-6	28	14.3	15.3
Leonel Amaro de Me- deiros	Locutor de Ra- diodifusão	SUDENE (pror.)	PL-10	30	14.3	15.3
Sebastião Veiga	Oficial Legis lativo	Prefei- tura do DF	PL-5	36	19.4	20.4

K.2.1.5 - ANULAÇÃO DE NOMEAÇÕES

Marília Pacheco de Souza	Aux. Legisla- tivo	"	PL-10	41	12.5	13.5
Lêda do Nascimento	"	"				
Humberto Jorge da Rocha	"	"				
Marilisa Damasceno de Carva- lho	"	"		56	30.6	1.7
Geraldo José de Sá	"	"		69	26.9	27.9
Lourival Machado Rezende	"	"		70	26.10	7.10
Ângela Barbosa	"	"		70	6.10	7.10

K.2.2 - ATOS DA COMISSÃO DIRETORAK.2.2.1 - PROMOÇÕES

<u>DATA</u>	<u>NOME</u>	<u>PROMOÇÃO A</u>	<u>SÍMBOLO</u>
30.3.67	Sebastião Veiga	Oficial Legislativo	PL-5
30.3.67	José Ney Passos Dan- tas	Oficial Legislativo	PL-6
30.3.67	Eduardo Rui Barga	Auxiliar Legislativo	PL-7
30.3.67	Paulo Rubens Pinhei- re Guimarães	Auxiliar Legislativo	PL-8
30.3.67	Lourival Francisco Lopes	Auxiliar Legislativo	PL-9
30.3.67	Odenegus Gonçalves Leite	Oficial Legislativo	PL-3
30.3.67	Deolinda Maria Pei- xoto Braga	Oficial Legislativo	PL-4
30.3.67	Maria Helena Bueno Brandão	Oficial Legislativo	PL-5
30.3.67	Edina Borges de Oli- veira	Oficial Legislativo	PL-6
30.3.67	Diva Falconi de Car- valho	Auxiliar Legislativo	PL-7
30.3.67	Ice Ramos de Figuei- redo	Audiliar Legislativo	PL-8
30.3.67	Mauro Motta Burlama- qui	Auxiliar Legislativo	PL-9
30.3.67	Léa José da Silva	Oficial Legislativo	PL-3
30.3.67	Georgeta Kuntz	Oficial Legislativo	PL-4
30.3.67	Rui Ribeiro Cardoso	Oficial Legislativo	PL-5
30.3.67	Alberto Pereira da Cunha	Oficial Legislativo	PL-6
30.3.67	Lélia Pinto Ferraz	Auxiliar Legislativo	PL-7
30.3.67	Arnaldo Gomes	Auxiliar Legislativo	PL-8
30.3.67	Francisco Marinho Bandeira de Mello Ju- nior	Auxiliar Legislativo	PL-9
30.3.67	Eduardo Leão Marques	Oficial Legislativo	PL-6
30.3.67	Cid Sebastião da França Brugger	Auxiliar Legislativo	PL-7
30.3.67	José Carlos Vidal	Auxiliar Legislativo	PL-8
30.3.67	Carlos do Carmo Mo- reira	Auxiliar Legislativo	PL-9
30.3.67	Leopoldina Ferreira Neves	Oficial Legislativo	PL-3
30.3.67	Cláudio Ideburque Carneiro Leal Neto	Oficial Legislativo	PL-4
30.3.67	Romeu Arruda	Oficial Legislativo	PL-5
30.3.67	Arlete Belota Tapa- jós	Oficial Legislativo	PL-6
30.3.67	Maria de Lourdes Pe- na Fonseca	Auxiliar Legislativo	PL-7
30.3.67	Helena de Moura La- ra Rezende	Auxiliar Legislativo	PL-8
30.3.67	Paulo Jorge Caldas Pereira	Auxiliar Legislativo	PL-9
30.3.67	Lis Henriques Fernan- des	Oficial Legislativo	PL-5
30.3.67	Alexandre Marques de Albuquerque Mello	Oficial Legislativo	PL-6
30.3.67	Vilson Taufik Chemale	Auxiliar Legislativo	PL-7

<u>DATA</u>	<u>NOME</u>	<u>PROMOÇÃO A</u>	<u>SÍMBOLO</u>
30.3.67	Mariza Carvalho Leite <u>Guimarães</u>	Auxiliar Legislativo	PL-8
30.3.67	Jane Romualdo Silva	Auxiliar Legislativo	PL-9
30.3.67	Ily Rodrigues Alves	Oficial Legislativo	PL-4
30.3.67	Jorge Paiva do Nascimento	Oficial Legislativo	PL-5
30.3.67	Hugo Rodrigues de Figueiredo	Oficial Legislativo	PL-6
30.3.67	Terezinha Duarte Sampaio	Auxiliar Legislativo	PL-7
30.3.67	José Lucena Dantas	Auxiliar Legislativo	PL-8
30.3.67	Waldemar Ribeiro do <u>Va</u> <u>le Filho</u>	Auxiliar Legislativo	PL-9
30.3.67	Maria Luiza Soares de Castro	Auxiliar Legislativo	PL-8
30.3.67	Francisco José Noletto	Auxiliar Legislativo	PL-9
14.6.67	Oscar Luiz de Azevedo	Auxiliar de Portaria	PL-8
14.6.67	Francisco de Oliveira Filho	Auxiliar de Portaria	PL-9
14.6.67	Aliatar Pinto de <u>Andra</u> <u>de</u>	Auxiliar de Portaria	PL-10
14.6.67	Sylvio José da Silva	Auxiliar de Portaria	PL-8
14.6.67	Virgílio Leite <u>Pôrto</u>	Auxiliar de Portaria	PL-9
14.6.67	Acrísio Ferreira	Auxiliar de Portaria	PL-10
14.6.67	Antonio da Costa Bernardes	Porteiro	PL-6
14.6.67	Manoel Ribeiro Marins	Ajudante de Porteiro	PL-7
14.6.67	Benedito Afonso de <u>Araújo</u>	Auxiliar de Portaria	PL-8
14.6.67	José Gouveia	Auxiliar de Portaria	PL-9
14.6.67	Francisco Cruz	Auxiliar de Portaria	PL-10
14.6.67	Mercílio de Souza	Ajudante de Porteiro	PL-7
14.6.67	Raimundo Barros da <u>Sil</u> <u>va</u>	Auxiliar de Portaria	PL-10
14.6.67	Francisco de Chagas Carvalho	Auxiliar de Portaria	PL-9
14.6.67	Luiz Marcondes de <u>Oli</u> <u>veira</u>	Auxiliar de Portaria	PL-10
14.6.67	Fernando Silva Palma <u>Lima</u>	Oficial Legislativo	PL-6
14.6.67	Celso Luiz Ramos de <u>Me</u> <u>deiros</u>	Auxiliar Legislativo	PL-7
14.6.67	Celso Saleh	Auxiliar Legislativo	PL-8
14.6.67	Francisco José <u>Fernan</u> <u>des</u>	Auxiliar Legislativo	PL-9
14.6.67	Neuza Rita Perácio <u>Mn</u> <u>teiro</u>	Oficial Legislativo	PL-3
14.6.67	João Baptista Castejon Branco	Oficial Legislativo	PL-4
14.6.67	Lêda Fialho Dinis <u>Mar</u> <u>tins</u>	Oficial Legislativo	PL-5
14.6.67	Laurita Fanaia de <u>Bar</u> <u>ros</u>	Oficial Legislativo	PL-6
14.6.67	Victor Rezende de <u>Cas</u> <u>tro Caiado</u>	Auxiliar Legislativo	PL-7
14.6.67	Geraldo Sobral Rocha	Auxiliar Legislativo	PL-8
14.6.67	Fernando Fonseca	Auxiliar Legislativo	PL-9
14.6.67	Jorge Parreira da <u>Sil</u> <u>va</u>	Motorista	PL-9

<u>DATA</u>	<u>NOME</u>	<u>PROMOÇÃO A</u>	<u>SÍMBOLO</u>
14.6.67	Raimundo Lindoso Felizola	Motorista	PL-9
14.6.67	Wilson Palmieri Rodrigues	Motorista	PL-8
14.6.67	Orestes Pereira Lopes	Motorista	PL-9
14.6.67	José Ribeiro Lima	Motorista	PL-8
14.6.67	José Sipriano da Silva	Motorista	PL-9

**AÇÃO FISCALIZADORA DO SENADO**



**REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÃO**

L - ACÃO FISCALIZADORA DO SENADOL.1 - REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÕESL. 1.1. - REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÕES FORMULADOS

Foram apresentados 767 Requerimentos de Informações, dirigidos às seguintes autoridades:

Ministérios

da Aeronáutica .....	25
da Agricultura .....	61
das Comunicações .....	25
da Educação .....	56
do Exército .....	3
da Fazenda .....	97
da Indústria e Comércio .....	65
do Interior .....	51
da Justiça .....	11
da Marinha .....	2
das Minas e Energia .....	62
do Planejamento .....	18
das Relações Exteriores .....	13
da Saúde .....	34
do Trabalho .....	74
dos Transportes .....	132
da Viação .....	8
dos Organismos Regionais .....	4

Dentre os encaminhados à Casa Civil, figuravam Requerimentos referentes :

Chefia .....	6
CONTEL .....	1
IBRA .....	1
AGÊNCIA NACIONAL .....	2
DAPC .....	5
COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL .....	1
COMISSÃO DE ENERGIA NUCLEAR .....	1
CONSÉLHO DE SEGURANÇA NACIONAL .....	1

Outros Requerimentos foram feitos aos seguintes órgãos:

- Prefeitura do Distrito Federal .....	4
- EMFA .....	1
- Comissão Diretora do Senado Federal ....	2
- Gabinete Militar da Presidência da República .....	1

Quanto à autoria, assim se discriminam êsses Requerimen -

tos:

Senadores

Aarão Steinbruck .....	26
Adalberto Sena .....	11
Adolpho Franco .....	5
Aloysio de Carvalho .....	10
Álvaro Maia .....	3
Antônio Balbino .....	5
Antonio Carlos.....	7
Arnon de Mello .....	1
Argemiro de Figueiredo .....	2
Arthur Virgílio .....	13
Attilio Fontana .....	3
Aurélio Vianna .....	8
Benedicto Valadares .....	3
Bezerra Neto.....	11
Carlos Lindenberg .....	4
Carvalho Pinto.....	2
Caçtete Pinheiro .....	21
Clóvis Maia .....	2
Daniel Krieger .....	13
Desiree Guarani .....	35
Dinarte Mariz .....	4
Domício Gondin .....	2
Duarte Filho .....	1
Edmundo Levi .....	12
Eurico Rezende .....	22
Fernando Correa .....	3
Filinto Müller.....	12
Flávio Britto .....	12
Gilberto Marinho .....	16
Gouveia Vieira .....	1
Guido Mondin .....	68
João Abrahão .....	4
João Cleofas .....	3
Josaphat Marinho .....	6
José Cândido .....	2
José Ermírio .....	40
José Feliciano.....	2
José Guiomard .....	1
Jose Leite .....	3
Julio Leite .....	11
Leandro Maciel .....	6
Lino de Mattos .....	79
Lobão da Silveira .....	2
Manoel Villaça .....	2
Mário Martins .....	11
Mello Braga .....	6
Mem de Sa .....	7
Menezes Pimentel .....	1
Milton Campos .....	2
Milton Trindade .....	2
Moura Palha .....	4
Ney Braga .....	2
Nogueira da Gama .....	4
Oscar Passos .....	4
Paulo Sarazate .....	2
Paulo Torres .....	7

Pedro Ludovico ; ; .....	1
Pessoa de Queiroz .....	2
Petronio Portella .....	4
Raul Giuberti .....	55
Ruy Carneiro .....	3
Rui Palmeira .....	10
Sigefredo Pacheco .....	4
Teotônio Vilela .....	6
Vasconcelos Torres .....	431
Wilson Gonçalves .....	2
Marcelo de Alencar .....	4
Victorino Freire .....	1

Dêsses Requerimentos 1054 foram despachados pelo Presidente, de acordo com o Regimento e 25 submetidos ao Plenário, em obediência ao § 4º do art. 38 da Lei n. 4 595, de 31 de dezembro de 1964, visto deverem as informações ser prestadas por estabelecimentos de crédito. (Anexo nº 34.1):

ns. 68, 72, 343, 364, 517, 550, 551, 557, 581, 637, 641, 644, 695, 717, 738, 751, 756, 761, 766, 773, 775, 816, 823, 851 e 1026.

L.1.2 - REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÕES RESPONDIDOS

532 Requerimentos de Informações foram respondidos (Anexo nº 35 ) sendo:

517 desta sessão legislativa e

13 de sessões legislativas anteriores

Quanto às autoridades informantes, podem ser assim classificadas:

<u>Autoridades</u>	<u>Requerimentos</u>	
	Desta sessão	De sessões anteriores
- Aeronáutica .....	18	-
- Agricultura .....	30	-
- Comunicações .....	22	-
- Educação e Cultura .....	35	-
- Exército .....	3	-
- Fazenda .....	58	4
- Extraordinário p/Açs. Gab. Civil da Presidência da República .....	16	-
- Indústria e Comércio .....	55	-
- Interior .....	47	-
- Justiça .....	4	-
- Marinha .....	2	-
- Minas e Energia .....	48	1
- Organismos Regionais .....	3	-
- Planejamento e Coord. Geral .....	13	-
- Presidência da República .....	1	-
- Prefeitura do Distrito Federal .	1	-
- Relações Exteriores .....	7	3
- Saúde .....	20	-
- Trabalho e Previdência Social ..	46	4
- Transportes .....	84	-
- Viação e Obras Públicas .....	6	1

L.1.3 - REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÕES  
SEM RESPOSTA

Permanecem sem resposta (Anexo nº 36) de 1947 a 1967 562 Requerimentos do Senado, sendo:

<u>Ano</u>	<u>Total</u>
1947	1
1948	3
1949	1
1950	5
1951	6
1952	7
1953	8
1954	9
1955	8
1956	10
1957	13
1958	15
1959	19
1960	11
1961	22
1962	30
1963	45
1964	8
1965	35
1966	30
1967	266
	562

## **O SENADO EM SUAS RELAÇÕES**

Correspondência

Elementos de ligação

Jornalistas credenciados

Convites

Visitantes

M - O SENADO EM SUAS RELAÇÕES COM OUTROS ÓRGÃOSM. 1 - CORRESPONDÊNCIA

Neste capítulo os dados a assinalar são os seguintes:

<u>CORRESPONDÊNCIA</u>	<u>RECEBIDA</u>	<u>EXPEDIDA</u>
Mensagens	461	337
Avisos	-	-
Ofícios	1 058	2 191
Cartas	350	38
Telegramas	452	1 238



M. 2 - ELEMENTOS DE LIGAÇÃO

Atuaram como elementos de ligação junto ao Senado:

- da Presidencia da República  
Carlos Alberto Motta Vinha Fernandes
- do Ministério da Aeronáutica  
Lauro Ney Menezes Tenente-Coronel Aviador
- do Ministério da Marinha  
Carlos Horácio dos Santos - Capitão de Fragata
- do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral  
Márcio Adolpho Philigret Neto
- Ministério das Relações Exteriores  
Cônsul Moacir Moreira Martins Ferreira
- Banco Central da República  
Orlando Vannier

M. 3 - JORNALISTAS CREDENCIADOS

Funcionou a Bancada de Imprensa com a seguinte composi -

ção:

José Fábio de Andrade Mendes  
 Fernando de Oliveira Lara Rezende  
 Francisco Estivallet Finamor  
 Marcos de Faria  
 Wilson de Queiroz Garcia  
 Edson Lobão  
 Evandro Carlos de Andrade  
 Carlos Castello Branco  
 Ary Cícero de Moraes Ribeiro  
 Wilson Manoel Pires  
 Benedito Barreto Coutinho  
 Evandro Fonseca Paranagua  
 Flávio de Almeida Salles Júnior  
 Napoleão Pires Sabóia  
 D'Alembert Jorge Jacoud  
 Almyr Gajardoni  
 Dilson Ribeiro de Souza  
 Manoel Pompeu Filho  
 Francisco Nogueira Saraiva  
 Maria Nilza Pereira da Silva  
 Jankiel Gonczarwska  
 Luiz Afonso Albuquerque  
 Antônio Antunes Praxedes  
 Roberto Leopoldo da Costa  
 Luiz Bezerra Tórres  
 Jair Cunha Cardoso  
 João Emílio Falcão Costa Filho  
 Roberto Franca Stuckert  
 Adão Leal do Nascimento  
 Octacílio Lopes

M.4 - CONVITES

Ao Senado Chegaram os seguintes:

- do Ministro das Relações Exteriores, Sr. Magalhães Pinto, para o Senado se fazer representar na 51ª Conferência Internacional do Trabalho, a realizar-se em Genebra, de 7 a 29 de junho do ano em curso, sendo indicado o Sr. Senador Melo Braga;
- do Presidente da Associação Brasileira dos Municípios, para o Senado se fazer representar no VI Congresso Nacional de Municípios, promovido pela Associação Brasileira de Municípios;
- do Presidente da União Parlamentar Interestadual, para os Senadores participares do V Congresso Brasileiro de Assembléias Legislativas, em Recife, Pernambuco, no próximo dia 11 de setembro;
- do Ministro das Relações Exteriores, solicitando a indicação de três Senadores para participarem, como Observadores Parlamentares, da XXII Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas;
- do Governador de Alagoas, para que o Senado se faça representar nas solenidades comemorativas do sesqui-centenário do Estado de Alagoas;
- do Banco Central do Brasil, convidando os Senadores para comparecerem a XXII Reunião Anual das Juntas de Governadores do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento.

M.5 - VISITANTES

Em 3 de maio, estiveram em visita ao Senado Parlamentares da Colômbia, Peru e Panama que participaram da recente reunião dos Parlamentares Latino-Americanos, realizada em Montevideu, Uruguai.

**ASSUNTOS PERTINENTES AOS SENADORES**

N - ASSUNTOS PERTINENTES AOS SENADORESN.1 - PARTICIPAÇÃO NOS TRABALHOS DA CASA

É grato à Presidência registrar a participação que deram aos trabalhos da Casa os seus componentes.

	PROJETOS		DISCURSOS	PARECERES		IND.
	Lei	Res.		Esc.	Orais	
AARÃO STEINBRUCH	-	-	29	-	-	-
ADALBERTO SENA	1	1	1	2	-	-
ADOLPHO FRANCO	-	-	1	12	-	-
ALOYSIO DE CARVAIHO	-	-	8	35	1	-
ÁLVARO MAIA	1	-	7	5	-	-
ANTÔNIO BALBINO	2	-	-	27	-	-
ANTÔNIO CARLOS	-	-	18	35	5	-
ARGEMIRO DE FIGUEIREDO	-	-	11	12	-	-
ARMANDO STORNI	-	-	1	-	-	-
ARNON DE MELO	1	-	8	7	-	-
ARTHUR VIRGÍLIO	2	-	16	-	-	-
ATTÍLIO FONTANNA	-	-	19	-	-	-
AURÉLIO VIANNA	-	-	56	7	1	-
BENEDICTO VALLADARES	-	-	3	-	-	-
BEZERRA NETO	2	-	22	101	-	-
CARLOS LINDEMBERG	-	-	12	69	8	-
CARVALHO PINTO	-	1	3	5	-	-
CATTETE PINHEIRO	4	-	27	4	-	-
CELSO RAMOS	-	-	1	2	-	-
CLODOMIR MILLET	-	-	11	20	1	-
CLÓVIS MAIA	-	-	3	-	-	-
DANIEL KRIEGER	-	-	9	-	-	-
DESIRÉ GUARANY	4	-	28	-	-	-
DOMÍCIO GONDIM	-	-	2	7	-	-
DUARTE FILHO	1	-	2	14	-	-
EDMUNDO LEVI	4	-	28	-	-	-
EURICO REZENDE	2	-	47	9	5	-
FERNANDO CORRÊA	-	-	6	32	2	-
FILINTO MULLER	3	-	13	20	-	-
FLÁVIO BRITO	1	-	3	-	-	-
GILBERTO MARINHO	3	-	27	2	-	-
GOUVEIA VIEIRA	-	-	2	-	-	-
GUIDO MONDIN	-	-	19	-	-	-
JARBAS PASSARINHO	-	-	1	-	-	-
JOÃO ABRAHÃO	-	-	4	17	-	-

	PROJETOS		DISCURSOS	PARECERES		IND.
	Lei	Res.		Esc.	Orais	
JOÃO CLEOFAS	-	-	7	15	2	-
JOSAPHAT MARINHO	-	-	31	28	1	-
JOSÉ GUIOMARD	-	-	5	5	-	-
JOSÉ ERMÍRIO	1	4	31	30	2	-
JOSÉ FELICIANO	-	-	-	4	-	-
JOSÉ LEITE	5	-	3	63	-	-
JÚLIO LEITE	3	3	16	10	-	1
LEANDRO MACIEL	-	-	4	15	-	-
LINO DE MATTOS	-	-	28	10	-	-
LOBÃO DA SILVEIRA	-	-	-	6	-	-
MANOEL VILLAÇA	-	-	-	14	3	-
MARCELO DE ALENCAR	-	-	15	-	-	-
MÁRIO MARTINS	1	-	32	4	5	-
MELLO BRAGA	-	-	7	-	3	-
MEM DE SÁ	1	-	50	21	-	-
MENEZES PIMENTEL	-	-	-	3	-	-
MILTON CAMPOS	-	-	2	-	-	-
MILTON TRINDADE	-	-	2	-	-	-
MOURA PALHA	-	-	9	-	-	-
NEY BRAGA	-	-	3	1	-	-
NOGUEIRA DA GAMA	1	-	7	45	-	-
OSCAR PASSOS	1	-	8	6	1	-
PAULO SARASATE	3	-	7	5	-	-
PAULO TÔRRES	1	-	5	17	-	-
PEDRO LUDOVICO	-	-	1	2	-	-
PESSOA DE QUEIROZ	-	-	1	17	-	-
PETRÔNIO PORTELLA	-	-	4	11	-	-
RAUL GIUBERTI	-	-	4	-	-	-
RENATO SILVA	-	-	1	-	2	-
RUI PALMEIRA	2	-	8	12	1	-
RUY CARNEIRO	1	-	5	3	-	-
SEBASTIÃO ARCHER	-	-	1	-	-	-
SIGEFREDO PACHECO	-	-	-	2	-	-
TEOTÔNIO VILELA	1	-	3	2	-	-
VASCONCELLOS TÔRRES	17	-	40	5	-	-
VICTORINO FREIRE	-	-	10	1	3	-
WILSON GONÇALVES	-	-	5	20	-	-
MOURA ANDRADE	1	-	-	-	-	-
DINARTE MARIZ	-	-	7	-	-	-

N.2 - MISSÕES EXTERNASN.2.1 - DESIGNAÇÃO PARA ACOMPANHAR NA CÂMARA  
O ESTUDO DE EMENDAS DO SENADO

Houve as seguintes designações:

<u>SENADORES</u>	<u>PROJETOS</u>	<u>EMENTAS</u>	<u>DESIGNAÇÃO</u>
Rui Palmeira	PLC/50/67	Prorroga o prazo para apresentação de declarações do imposto de renda no corrente exercício.	26.4.67
Clodomir Milet	FLC/30/67	Corrige desigualdade de situação entre servidores do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.	9.5.67
Carlos Lindenberg	PLC/55/67	Dispõe sobre a contratação do pessoal técnico especializado de nível médio e superior pela Comissão Nacional de Energia Nuclear, e dá outras providências.	31.5.67
Paulo Tôrres	FLC/57/67	Dispõe sobre o Conselho de Justificação, estabelece normas para o seu funcionamento, e dá outras providências.	7.6.67
Paulo Sarazate	PLC/102/63	Cria Juntas de Conciliação e Julgamento, e dá outras providências.	12.6.67
Antônio Balbino	PLC/32/67	Autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Fazenda, o crédito especial de N.º 910.388,66, destinado a atender às despesas decorrentes da aplicação da Lei n.º 4 242, de 17 de julho de 1963, ao pessoal da Prefeitura do Distrito Federal.	12.6.67
Antônio Balbino	PLC/33/67	Autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Agricultura, o crédito especial de N.º 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros novos) para atender às despesas com a assistência às regiões dos Estados do Pará e Piauí, atingidos pelas enchentes.	12.6.67

<u>SENADOR</u>	<u>PROJETOS</u>	<u>EMENTAS</u>	<u>DESIGNAÇÃO</u>
Fernando Corrêa	PLC/23/67	Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Minas e Energia, o crédito especial de R\$11.200.000.000, destinado a reforçar o Fundo Federal de Eletrificação.	22.6.67
Wilson Gonçalves	PLC/62/67	Revigora o artigo 26 e respectivos parágrafos da Lei nº 4.869, de 1º de dezembro de 1965 (Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste, e dá outras providências.	22.6.67
Mem de Sá	PLC/1/67	Autoriza a abertura de créditos especial num montante de R\$23.480.167.425,60 a diversos Ministérios e ao Estado Maior das Forças Armadas.	22.6.67
Leandro Maciel	PLC/78/66	Estabelece penalidades para embarcações e terminais marítimos ou fluviais que lançarem detritos ou óleo em águas brasileiras, e dá outras providências.	26.6.67
Rui Palmeira	FDL/7/67	Mantém o ato do Tribunal de Contas da União, proferido na sessão de 16 de outubro de 1964, denegatório de registro à concessão de reforma do Sargento José Porto da Cruz.	14.8.67
Antônio Carlos	PLC/73/67	Modifica o Decreto-lei nº 248, de 28 de fevereiro de 1967 que institui a Política Nacional de Saneamento Básico e cria o Conselho Nacional de Saneamento Básico, e dá outras providências.	29.8.67
Pessoa de Queiroz	PLC/90/67	Prorroga pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a isenção de que tratam as letras A e C do item I do art. 1º da Lei nº 4 622, de 3 de maio de 1965.	25.9.67
Carlos Lindem - berg	PLC/87/67	Revoga o art. 8º da Lei nº 4 737, de 15 de julho de 1965, e o art. 3º da Lei nº 4 961, de 4 de maio de 1966, e dá outras providências.	26.9.67

<u>SENADORES</u>	<u>PROJETOS</u>	<u>EMENTAS</u>	<u>DESIGNAÇÃO</u>
Bezerra Neto	PLC/46/67	Concede aos funcionários do extinto território do Acre o direito de retorno aos <u>ser</u> viços da União.	29.9.67
José Leite	PDL/27/67	Aprova a Convenção sobre a Nacionalidade da Mulher Casada, adotada pela Resolução n. 1 400 (XI) da Assembleia Geral das Nações Unidas, a 20 de fevereiro de 1957.	10.10.67
Bezerra Neto	PLC/98/67	Isenta dos impostos de importação e sobre produtos industrializados, material importado pela Sociedade Telefônica de Franca Ltda., destinado à ampliação de uma central telefônica sistema A.G.F.	17.10.67
Clodomir Millet	PLC/106/67	Dispõe sobre a isenção de tributos incidentes na importação de bens destinados a construção e obras relacionadas com atividades de infra-estrutura.	7.11.67



N.2.2 - MISSÕES DE REPRESENTAÇÃON.2.2.1 - DO EXECUTIVO

Cumpra registrar as seguintes:

<u>Senador</u>	<u>Missão</u>
Daniel Krieger Oscar Passos	Acompanhar o Presidente da República, como observador parlamentar, em sua viagem ao Uruguai, a fim de tomar parte na Reunião dos Chefes de Estado Americanos, realizada em Punta del Este.
Eurico Rezende	Participar da Delegação do Brasil à posse do Presidente da Nicarágua Senhor Anastácio Somoza.
Mello Braga	Participar, como Observador Parlamentar, da Delegação do Brasil à 51ª Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra, de 17 a 29 de julho.
Domício Gondin	Participar da reunião anual de prefeitos, realizada na cidade de Honolulu, de 17 a 21 de junho.
Vasconcelos Torres	Participar do II Congresso das Comunidades de Cultura Portuguesa realizada em Moçambique, de 13 a 22 de julho.
Raul Giuberti	Conferência sobre Comércio e Desenvolvimento, em Genebra, de 4 a 14 de julho, sob os auspícios das Nações Unidas.
Adolpho Franco	Conferência Internacional do Café realizada em Londres, a partir de 28 de agosto.
Manoel Villaça Mario Martins Mem de Sá	XXII Sessão da Assembléia Geral da ONU, em Nova York, a iniciar-se a 19 de setembro.

N.2.2.2 - DO CONGRESSO NACIONALSenadorMissão

Mem de Sá  
 José Guiomard  
 Aarão Steinbruch  
 Filinto Müller  
 Rui Palmeira - Pres.

100ª Reunião do Conselho Interparlamentar, realizada em Palma de Maiorca, Espanha, de 27.3.67 a 2.4.67

Joséphat Marinho  
 Argemiro de Figueiredo  
 Wilson Gonçalves  
 Manoel Villça  
 Arthur Virgílie

II Reunião do Parlamento Latino - Americano, realizado em Montevideo de 26 a 29 de abril.

Daniel Krieger  
 Rui Palmeira

101ª Reunião do Conselho da União Interparlamentar, em Genebra em Setembro.

Nogueira da Gama

Conferência de Desarmamento em Genebra e à 11ª Conferência Geral do Instituto Internacional do Açúcar em Viena, realizado em setembro.

# III — O CONGRESSO NACIONAL

NO TRABALHO EM CONJUNTO  
DE SUAS CASAS E NO  
DESEMPENHO DE SUAS  
ATRIBUIÇÕES PRIVATIVAS

**ATOS REALIZADOS EM CONJUNTO**

**SESSÕES CONJUNTAS**

0 - ATOS REALIZADOS EM CONJUNTO P LAS DUAS CASAS0.1 - SESSÕES CONJUNTAS

Realizaram-se 88 sessões conjuntas (Anexo nº 43):

- uma para instalação da sessão legislativa, a 1ª de março;
- 19 para apreciação de vetos presidenciais;
- 40 para deliberação sôbre Projetos de Lei de iniciativa do Presidente da República;
- 11 para deliberação sôbre Projetos de Resolução do Congresso Nacional;
- uma para empossar o Presidente e o Vice-Presidente da República;
- 4 para receber a visita de representantes de Estados estrangeiros;
- 12 para deliberação sôbre Projetos de Emenda à Constituição.

**PROPOSIÇÕES APRECIADAS EM CONJUNTO**

**PROJETOS DE LEI**  
**De Iniciativa do Presidente da República**



0.2 - PROPOSIÇÕES COM TRAMITAÇÃO EM CONJUNTO0.2.1 - PROJETOS DE LEI DE INICIATIVA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA RECEBIDOS E APRECIADOS EM CONJUNTO PELAS DUAS CASAS

À apreciação pelas duas Casas, em conjunto, nos termos do art. 54, § 3º, da Constituição, o Presidente da República encaminhou 18 Projetos de Lei, de ns. 1 a 18 (Anexo nº 45).

Dessas proposições, foram aprovadas nos termos em que vieram os Projetos ns.

- I (C.N.), que dá nova redação a dispositivos da Lei nº ... 4 484, de 29 de outubro de 1964 - Lei de Promoção dos Oficiais do Exército;
- II (C.N.), que dispõe sobre a admissão ao Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais da Marinha de Guerra, e revoga dispositivos da Lei nº 1 531-A, de 29 de dezembro de 1951.

Obs. O projeto nº 14/67 (C.N.) foi considerado aprovado nos termos em que veio do Executivo, por ter-se esgotado o prazo para sua apreciação.

Depende ainda de pronunciamento do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 15/67 (C.N.), que provê sobre a isenção do pagamento das taxas de melhoramentos dos Portos e Renovação da Marinha Mercante, dos equipamentos importados pelo Ministério da Educação e Cultura, nas condições que especifica, o qual deverá ser apreciado na próxima sessão legislativa.

O Projeto de Lei nº 18/67 (C.N.), que reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares da União, reformula alíquotas do imposto sobre produtos industrializados, e dá outras providências, recebeu mensagem aditiva, alterando o texto original do Projeto.

10 Projetos foram objeto de substitutivos, que reuniram a matéria dos projetos e das emendas que mereceram parecer favorável das Comissões, substitutivos êsses que foram, afinal, aprovados (ns. 2, 4, 5, 6, 7, 9, 12, 13, 16 e 17).

É interessante consignar, aqui, a colaboração dada pelos Srs. Congressistas a esses projetos, através de emendas, com o objetivo de aperfeiçoá-los:

PROJETO	<u>EMENTA</u>	<u>EMENDAS E SUBEMENDAS</u>
1	Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 4484, de 29 de outubro de 1964 - Lei de Promoção dos Oficiais do Exército.	3
2	Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de R\$ 3 000 000,00 para a instalação da Justiça Federal no Estado de São Paulo.	3
3	Dá nova redação ao art. 3º inciso III da Lei nº 3381, de 24 de abril de 1958.	2
4	Estabelece normas sobre a fiscalização de mercadorias estrangeiras, e dá outras providências.	11
5	Regulamenta o art. 178 da Constituição do Brasil, que dispõe sobre os ex-combatentes da 2ª Guerra Mundial.	30
6	Integra o seguro de acidentes do trabalho da previdência social, e dá outras providências.	103
7	Institui a Duplicata Fiscal.	10
8	Estabelece limitações ao reajustamento de aluguéis e dá outras providências.	50
9	Dispõe sobre o leilão de mercadorias realizado pelas repartições aduaneiras.	18
10	Altera a redação de artigos do Decreto-lei nº 313 de 7 de março de 1967, estabelece novos prazos e dá outras providências.	1
12	Concede deduções da contribuição de vida ao INDA, prevista no art. 3º do Decreto-lei nº 58, de 21 de novembro de 1966.	6

PROJETO	EMENTA	EMENDAS E SUBEMENDAS
13	Cria a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECÓ) e dá outras providências.	43
14	Dispõe sobre o efetivo do Corpo de Oficiais da Ativa da Força Aérea Brasileira, em tempo de paz.	7
16	Autoriza a instituição da "Fundação Nacional do Índio" e dá outras providências.	2
17	Dispõe sobre os Orçamentos Plurianuais de Investimentos e dá outras providências.	38
18	Reajusta vencimentos dos servidores civis e militares da União, reformula alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados, e dá outras providências.	274

**VETOS PRESIDENCIAIS**

0.2.2 - VETOS PRESIDENCIAIS

Vinte e nove vetos presidenciais pendiam de pronunciamento do Congresso Nacional ao terem início os trabalhos desta sessão legislativa.

No decorrer dela foram proferidos mais 21 , perfazendo o total de 47 , sendo

26 totais e  
21 parciais, êstes atingindo 40 disposições.

O pronunciamento do Congresso Nacional (Anexo n. 46.1 ) foi:

quanto aos vetos totais

favorável aos projetos vetados em 5 casos e contrário em 19 ;

quanto aos vetos parciais

favorável a 5 das disposições vetadas e contrário a 35

Da matéria mantida pelo Congresso Nacional a promulgação foi feita pelo Presidente da República, salvo no seguinte caso, em que foi feita pelo Vice-Presidente do Senado, nos termos do artigo 62, § 4º, da Constituição:

- Projeto de Lei n. 4081/67 na Câmara e n. 30/67 no Senado, que corrige desigualdade de situação entre servidores do Ministério da Fazenda e das outras providências.

Pendem de pronunciamento do Congresso Nacional, para serem apreciados na próxima sessão legislativa 3 vetos presidenciais, sendo 2 totais e 1 parcial.

**PROJETOS DE RESOLUÇÃO**

C.2.3 - PROJETOS DE RESOLUÇÃO  
DO CONGRESSO NACIONAL

Foram apresentados 2 Projetos de Resolução a serem apreciados em conjunto pelas duas Casas do Congresso Nacional, a saber:

<u>Nº</u>	<u>EMENTA</u>
1/67	Adapta o Regimento Comum às disposições da Constituição de 24 de janeiro de 1967.
2/67	Emenda ao Regimento Comum (na parte referente a Projetos que visem modificar Decretos-leis baixados com base no Ato Institucional nº 2 e o art. 58 da Constituição).

Dêstes, o primeiro foi aprovado e o segundo ainda depende de apreciação pelo Congresso Nacional.

**PROJETOS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**



0.2.4 - PROJETOS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Foram apresentados os seguintes projetos de Emenda à Constituição:

<u>NÚMERO</u>	<u>ORIGEM</u>	<u>EMENTA</u>
1/67	C.D.	Dá nova redação e acrescenta dois parágrafos ao artigo 176 da Constituição Federal. (Eleição de Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores).
2/67	C.D.	Dá nova redação aos artigos 100 e 101 da <u>Constituição</u> Federal. (Aposentadoria dos Funcionários Públicos aos 30 anos).
3/67	C.D.	Suspende a vigência do art. 28, inciso I, da Constituição, até 1º de janeiro de 1968, e restabelece o art. 15, inciso III, § 2º da Constituição de 1946, até 1º de janeiro de 1968. (Distribuição aos Municípios, Distrito Federal e Estados da arrecadação de impostos)
4/67	C.D.	Dá nova redação aos arts. 76 e 77 da <u>Constituição</u> Federal. (Eleição direta do Presidente da República).
5/67	S.F.	Acrescenta um item ao art. 45 e um parágrafo ao art. 161 e altera a redação do art. 150 da <u>Constituição</u> Federal.

Dêsses projetos 3 foram rejeitados e 2 pendem de pronunciamento do Congresso Nacional.

**ATOS DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA  
DO CONGRESSO NACIONAL**

**PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO**

Apresentados

Ultimados

Remanescentes

P - ATOS DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO CONGRESSO NACIONALP.1 - PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO

Na Câmara dos Deputados tiveram início 52 Projetos de Decreto Legislativo (Anexo nº 47 )

Aprovados por aquela Casa, vieram ao Senado 51 projetos (Anexo nº 48)

No Senado houve apresentação de 3 proposições dessa natureza. (Anexo nº 47.2)

Teve esta Casa ensejo de se pronunciar sobre 52 Projetos de Decreto Legislativo (Anexo nº 49)

aprovando 45 , originários da Câmara (ns. 41/65; 53/66; 54/66; 1, 2, 3, 4, 8, 9, 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23 , 25, 26, 28, 29, 30, 32, 33, 35, 36, 37, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 55, 59 e 62 de 1967 ).

e 1 , do Senado (n . 34/67)

emendando e devolvendo à Câmara 4 (ns. 6, 7, 27 e 39, de 1967 )

e rejeitando 2 (ns. 14 e 38, de 1967)

Ficou prejudicado 1 projeto (nº 10/67 ), em virtude da aprovação do PLD/50/66, versando sobre o mesmo assunto.

Entre os Projetos de Decreto Legislativo apreciados figuram os seguintes:

I - Destinados à aprovação de textos de Decretos-leis:

<u>Número</u>		<u>Origem</u>	<u>Ementa</u>	<u>Resultado</u>
<u>S.F.</u>	<u>C.D.</u>			
21/67	3/67	C.D.	Aprova o texto do Decreto-lei nº 320, de 29.3.67, que prorroga, por 180 dias, o início da vigência do Decreto-lei nº 265, de 25.2.67, que cria a cedula industrial pig noratícia, altera disposições sobre a duplicata e dá outras providências.	Aprovado em 24.5.67
22/67	1/67	C.D.	Aprova o texto do Decreto-lei nº 319, de 27 de março de 1967, que prorroga o prazo para cobrança e recolhimento do Imposto de Circulação de Mercadorias sobre os derivados de petróleo.	Aprovado em 24.5.67

322

<u>Número</u>		<u>Origem</u>	<u>Ementa</u>	<u>Resultado</u>
<u>S.F.</u>	<u>C.D.</u>			
23/67	6/67	C.D.	Aprova o texto do Decreto-lei nº 321, de 4 de abril de 1967, que dá nova redação ao art. 52, da Lei nº 5 020, de 7.6.66, alterada pelo Decreto-lei nº 174, de 15.2.67, que dispõe sobre as promoções dos Oficiais da Ativa da Aeronautica e dá outras providências.	Aprovado em 24.5.67
24/67				
25/67	12/67	C.D.	<i>Curso de base</i> Aprova o texto do Decreto-lei nº 323, de 19.4.67, que altera a legislação sobre o imposto de renda.	Aprovado em 23.6.67
26/67	13/67	C.D.	Aprova o texto do Decreto-lei nº 324, de 27.4.67, que prorroga o prazo de aplicação do disposto no art. 1º do Decreto-lei nº 100, de 10 de janeiro de 1967.	Aprovado em 26.6.67
29/67	16/67	C.D.	Aprova o texto do Decreto-lei nº 325, de 3.5.67, que dispõe sobre os recursos da arrecadação da Taxa de Renovação da Marinha Mercante e do Fundo de Marinha Mercante.	Aprovado em 22.6.67
30/67	17/67	C.D.	Aprova o texto do Decreto-lei nº 326, de 8.5.67, que dispõe sobre o recolhimento do imposto sobre produtos industrializados e dá outras providências.	Aprovado em 22.6.67
34/67		S.F.	Aprova o texto do Decreto-lei nº 327, de 11 de maio de 1967.	Aprovado em 8.8.67
36/67	30/67	C.D.	Aprova o texto do Decreto-lei nº 328, de 20 de julho de 1967.	Aprovado em 19.9.67
37/67	31/67	C.D.	Aprova o texto do Decreto-lei nº 329, de 2 de agosto de 1967.	Aprovado em 25.9.67
47/67	37-A/67	C.D.	Aprova o Decreto-lei nº 330, de 13.9.67, que revoga dispositivos do Decreto-lei nº 227, de 28.2.67 alterado pelo Decreto-lei nº 318 de 14.3.67 (Código de Minas) e restaura a vigência do artigo 33 da Lei nº 4 118, de 1962, que trata da concessão de lavra de minerais nucleares.	Aprovado em 24.10.67
49/67	41/67	C.D.	Aprova o texto do Decreto-lei nº 331, de 21.9.67, que prorroga a vigência do Decreto-Lei nº 265, de 28.2.67, sobre a Cédula Industrial Pignoratória.	Aprovado em 22.11.67
56/67	49-A/67	C.D.	Aprova o Decreto-lei nº 332, de 12 de outubro de 1967, que dispõe sobre estímulos ou aumento de produtividade dos artigos que especifica.	Aprovado

Número

## II - Destinados à aprovação de Tratados e Acôrdos Internacionais

<u>Número</u> <u>S.F.</u>	<u>C.D.</u> <u>Origem</u>	<u>Ementa</u>	<u>Resultado</u>
4/67	255-A C.D. 66	Aprova o Acôrdo Básico de Coopera- ção Técnica e Científica entre os Estados Unidos do Brasil e a Repu- blica Socialista da Tchecoslovaquia, assinado em Praga, a 27.2.64.	Aprovado em 19.4.67
20/67	305-A C.D. 67	Aprova a Convenção Internacio <sup>na</sup> l sobre a Eliminação de Todas as For- mas de Discriminação Racial, adota da pela Resolução 2.106 (XX) da AS- sembleia Geral das Nações Unidas, de 21 de dezembro de 1965.	Aprovado em 13.6.67
28/67	308-A C.D. 66	Aprova o texto do Acôrdo Cultural celebrado entre o Brasil e Portugal assinado em Lisboa, em 7.9.66.	Aprovado em 28.6.67
31/67	9-B/67 C.D.	Aprova o Acôrdo de Comércio cele- brado entre o Brasil e Portugal, em Lisboa, em 7.9.66.	Aprovado em 28.6.67
32/67	4-B/67 C.D.	Aprova o Acôrdo Básico de Coopera- ção Técnica entre os Governos do Brasil e de Portugal, assinado em Lisboa, em 7.9.66.	Aprovado em 28.6.67
33/67	8-B/67 C.D.	Aprova o Acôrdo entre o Brasil e o Fundo das Nações Unidas para a In- fância (FISI), assinado em Nova York, em 28.3.66.	Aprovado em 13.9.67
35/67	26-B C.D. 67	Aprova o Acôrdo entre o Govêrno do Brasil e o Govêrno da Republica Por- tuguêsa para a Cooperação na utili- zação da Energia Nuclear para fins pacíficos, assinado no Rio de Ja - neiro, em 18.6.65.	Aprovado em 21.9.67
40/67	11-B C.D. 67	Aprova o Acôrdo Cultural celebrado em Haia, em 12.10.66, entre o Bra- sil e os Países Baixos.	Aprovado em 17.10.67
45/67	10/67 C.D.	Aprova a Emenda ao artigo VI-A.3 do Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica, adotada a 4 de outubro de 1961, pela Conferência Geral daquela Agência, por ocasi - ão de sua quinta sessão regular.	Aprovado em 21.11.67
46/67	22-B C.D. 67	Aprova o Protocolo Adicional ao Tra- tado de Petrópolis, de 17.11.1903, assinado com a Bolívia, no Rio de Janeiro, a 27.11.66.	Aprovado em 25.10.67

II, - Destinados à aprovação de Tratados e Acôrdos Internacionais

<u>Número</u>	<u>S.F.</u>	<u>C.D.</u>	<u>Origem</u>	<u>Ementa</u>	<u>Resultado</u>
48/67.		18-B/67	C.D.	Aprova a Convenção Relativa à Luta Contra a Discriminação no Campo do Ensino, adotada pela Conferência Geral da UNESCO, em Paris, a 14 de dezembro de 1960.	Aprovado em 14.11.67
50/67		34-A/67	C.D.	Aprova o Tratado para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina, assinado na Cidade do México, em 9 de maio de 1967.	Aprovado em 28.11.67
51/67		310-B 67	C.D.	Aprova o Acôrd de Cooperação para Utilização de Energia Atômica para Fins Pacíficos, entre o Brasil e a Suíça, assinado no Rio de Janeiro a 23 de maio de 1965.	Aprovado em 28.11.67
59/67		42-A/67	C.D.	Aprova a Convenção destinada a evitar a dupla tributação em matéria de impostos sobre rendimentos, concluída entre a República do Brasil e o Japão, assinada em Toquiô, em 24 de janeiro de 1967.	Aprovado em 22.11.67
62/67		54-A/67	C.D.	Aprova a Convenção relativa à Organização Hidrográfica Internacional, assinada em Mônaco, a 3 de maio de 1967.	Aprovado

**DECRETOS LEGISLATIVOS PROMULGADOS**



P.2. - DECRETOS LEGISLATIVOS PROMULGADOS

A promulgação encerrou o curso de 42 Decretos Legislativos (Anexo n. 52 ), de ns. 4 a 45 , os quais, quanto aos assuntos, assim se classificam:

Acordos e Tratados Internacionais -  
(ns. 5,6,9,23,29,30,31, 35, 37, 40, 41, 43, 45)

Autorização para o Presidente da República ausentar-se do País -  
(ns. 7)

Contas do Presidente da República -  
(ns. 33)

Decretos-leis -  
(ns. 18,19,20,25,26,27,28,32,34,36,38,42,44)

Decisões do Tribunal de Contas da União -  
(ns. 10,11,12,13,14,15,16,17,21,22,24,39)

Hasteamento de Bandeiras -  
(ns. 4)

Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio -  
(ns. 8)

**COMISSÕES MISTAS**

**CONSTITUÍDAS NESTA SESSÃO LEGISLATIVA**

**CONSTITUÍDAS NA SESSÃO LEGISLATIVA ANTERIOR QUE  
DESEMPENHARAM FUNÇÕES NESTA SESSÃO LEGISLATIVA**

Q - COMISSÕES MISTAS

Q.1 - COMISSÕES MISTAS CONSTITUÍDAS  
NESTA SESSÃO LEGISLATIVA

Nesta sessão legislativa foram constituídas 47 Comissões Mistas (Anexo nº 55), sendo:

- 18 para emitir parecer sobre Projetos de Lei de iniciativa do Presidente da República, estudados em conjunto pelo Congresso Nacional;
- 21 para relatar vetos presidenciais;
- 1 para estudar a reestruturação do Processo Legislativo do Congresso Nacional e do aperfeiçoamento do processo legislativo;
- 1 para examinar a legislação cafeeira e a estrutura do Instituto Brasileiro do Café, e elaborar projeto de lei que atualize e consolide aquela legislação e que reestruture essa autarquia;
- 1 para estudar os problemas agropecuários e seus reflexos na economia nacional;
- 5 para emitir parecer sobre Projetos de Emenda à Constituição.

Q.2 - COMISSÕES MISTAS QUE, DESIGNADAS NA SESSÃO ANTERIOR, DESEMPENHARAM SUAS FUNÇÕES NESTA SESSÃO LEGISLATIVA

Uma Comissão Mista, que havia sido designada na sessão legislativa anterior (em 2 de setembro), desempenhou sua função nesta sessão legislativa. Destinava-se a relatar o veto presidencial ao Projeto de Lei nº 3 070-B/65 na Câmara e nº 141/66 no Senado, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário - Tribunal Regional Eleitoral de Goiás - o crédito suplementar de R\$ 116 946 200, para reforço das subconsignações que menciona.

**PARECERES E RELATÓRIOS DAS COMISSÕES MISTAS**

Q.3 - PARECERES DE COMISSÕES MISTAS

Foram proferidos 23 pareceres pelas Comissões Mistas (Anexo n. 56 ), todos sôbre projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, para apreciação em conjunto pelas duas Casas.

Q.4 - RELATÓRIOS DE COMISSÕES MISTAS SÔBRE VETOS PRESIDENCIAIS

48 foram os Relatórios elaborados sôbre vetos presidenciais (Anexo n. 57 ).

**POSSE DO PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE  
DA REPÚBLICA**



R - POSSE DO PRESIDENTE E DO VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA

No dia 15 de março, às 10 horas e 45 minutos realizou-se a sessão destinada à posse do Sr. Presidente da República, Sua Excelência o Marechal Arthur da Costa e Silva e do Sr. Vice-Presidente da República, Sua Excelência o Senhor Doutor Pedro Aleixo, de acôrdo com os artigos 31, § 2º, item II e 78 da Constituição Federal.

Foram designados, para constituírem a Comissão que deveria receber os empossandos, os Srs.

Senadores:

Daniel Krieger  
 Filinto Müller  
 Gilberto Marinho  
 Benedicto Valladares  
 João Cleophas  
 Wilson Gonçalves  
 Argemiro Figueiredo  
 Eurico Rezende e os Srs.

Deputados:

Raimundo Padilha  
 Djalma Marinho  
 Ernani Satyro  
 Cunha Bueno  
 Geraldo Freire  
 Raphael de Almeida Magalhães  
 Adolpho de Oliveira e  
 Edyl Ferraz.

Depois de tomarem seus lugares à Mesa, o Presidente da República prestou o seguinte compromisso previsto no § 1º do art. 78 da Constituição:

"PROMETO MANTER, DEFENDER E CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO, OBSERVAR AS LEIS, PROMOVER O BEM GERAL E SUSTENTAR A UNIÃO, A INTEGRIDADE E A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL".

O Vice-Presidente, por sua vez, prestou o seguinte compromisso previsto no § 1º, do art. 13 do Regimento Comum:

"PROMETO EXERCER O CARGO DE VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA COM DEDICAÇÃO E LEALDADE, CUMPRIR AS LEIS DO BRASIL E TUDO FAZER PELAS SUAS INSTITUIÇÕES E PELO SEU PROGRESSO".

A seguir o Presidente do Senado Federal, exercendo a Presidência dessa sessão solene, manifestou as esperanças do povo brasileiro nêsse ato de juramento e de investidura de seu Chefe de Estado e declarou empossados, na Presidência da República do Brasil, Sua Excelência o Senhor Marechal Arthur da Costa e Silva e na Vice-Presidência, Sua Excelência o Senhor Doutor Pedro Aleixo, nos têrmos da Constituição e em nome do Congresso Nacional.

A Banda de Música executou o Hino Nacional, e a tropa, em frente ao edifício, prestou as continências de estilo, ato êste que foi seguido pela leitura, pelo 1º Secretário, do têrmo de posse que a seguir foi assinado pelos empossandos e pelos Presidente das duas Casas.

Antes de encerrar a sessão, o que só foi feito após a retirada do Presidente e do Vice-Presidente da República, o Presidente do Senado Federal leu o seguinte discurso:

SR. PRESIDENTE:

Em nome do Congresso Nacional, agradeço a presença do eminente Presidente em exercício do Supremo Tribunal Federal, Ministro Antônio Gonçalves de Oliveira, dos ilustres representantes dos Parlamentos Americanos, das missões especiais e das missões diplomáticas, dos Srs. Presidentes e Membros dos Tribunais Superiores e dos Tribunais de Contas da União e do Distrito Federal, dos Srs. Ministros de Estado, do Sr. Arcebispo de Brasília e das demais autoridades civis e militares.

Aos que acorreram para participar desta solenidade, na qual o Brasil se reencontra com o estado de direito e retorna a ordem constitucional, apresento, em nome do Congresso, os melhores agradecimentos, escusando-me por não ter sido possível a todos acolher no recinto dêste Parlamento.

Desta Presidência dirijo uma saudação especial à primeira dama do País, Da. Iolanda Costa e Silva.

136  
É em momento da mais alta expressão histórica  
que o Brasil investe no cargo o seu nôvo Chefe de Estado.  
Para manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis  
promover o bem geral e sustentar a união, a integridade e a inde  
pendência do Brasil, o Presidente Arthur da Costa e Silva, a par  
tir de agora, sob a proteção de Deus, inicia, na sua plenitude, a  
magistratura presidencial e recebe, com a Chefia do Govêrno, o co  
mando supremo das Fôrças Armadas e a representação do Brasil jun  
to aos Estados estrangeiros.

Convido a comissão indicada a acompanhar S. Exa.  
e o Vice-Presidente, em minha companhia e a do Presidente da Câma  
ra dos Deputados.

**TRABALHO LEGISLATIVO FEITO SEM A COLABORAÇÃO DO  
CONGRESSO NACIONAL  
(Decretos-Leis baixados pelo Presidente da República,  
de 25-1-67 até 15-3-67)**

S - TRABALHO LEGISLATIVO FEITO SEM A COLABORAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL (Decretos-leis baixados pelo Presidente da República, de 25.1.67 a 15.3.67 )

No elenco legislativo da República, além dos numerosos diplomas de iniciativa do próprio Congresso e do Presidente da República, cumpre, para que seja fiel o presente relato, mencionar Decretos-leis baixados pelo Presidente da República.

<u>Nº</u>	<u>DATA</u>	<u>EMENTA</u>	<u>PUBLICAÇÃO</u> <u>D.O.</u>
113	25.1.67	Altera a Organização Judiciária do Distrito Federal e dá outras providências.	26.1.67
114	25.1.67	Cria cargos na carreira do Ministério Público do Distrito Federal, e dá outras providências.	26.1.67
115	25.1.67	Aprova o Regimento de Custas da Justiça do Distrito Federal e dá outras providências.	26.1.67
116	25.1.67	Dispõe sobre as operações inerentes ao transporte de mercadorias por via d'água nos portos brasileiros, delimitando suas responsabilidades e tratando das faltas e avarias.	26.1.67
116-A	27.1.67	Altera alíquotas do Imposto sobre produtos industrializados.	3.2.67
117	31.1.67	Regula limite máximo de carga por eixo, para o tráfego nas vias públicas de veículos e dá outras providências.	31.1.67
118	31.1.67	Dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 5 165, de 21 de outubro de 1966.	31.1.67
119	31.1.67	Autoriza o Serviço de Navegação da Bacia do Prata (SNBP) a alienar, em concorrência pública, o navio "Cidade de Murinho" de sua propriedade.	31.1.67
120	31.1.67	Cria o Serviço de Estatística dos Transportes no Ministério da Viação e Obras Públicas.	31.1.67
121	31.1.67	Estabelece a competência da União para regulamentar o transporte rodoviário de cargas e coletivos de passageiros.	31.1.67
122	31.1.67	Reorganiza o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e dá outras providências.	31.1.67

<u>Nº</u>	<u>DATA</u>	<u>EMENTA</u>	<u>PUBLICAÇÃO</u> <u>D.O.</u>
123	31.1.67	Estabelece a correção monetária nos contratos a conta do Fundo da <u>Mari</u> - <u>nha</u> <u>Mercante</u> , define as condições do prêmio pago aos armadores nacionais, e eleva o teto dos financiamentos sob responsabilidade da Comissão de <u>Mari</u> <u>nha</u> <u>Mercante</u> .	1.2.67
124	31.1.67	Altera a redação do art. 22 do <u>Decre</u> <u>to</u> - <u>lei</u> nº 79, de 19 de dezembro de 1966.	1.2.67
125	31.1.67	Altera a redação do art. 11 da <u>Lei</u> nº 4 425, de 8 de outubro de 1964.	1.2.67
126	31.1.67	Define as atribuições dos <u>Portos</u> <u>Or</u> - <u>ganizados</u> e <u>Repartições</u> aduaneiras na fiscalização, controle e trânsito de mercadorias.	1.2.67
127	31.1.67	Dispõe sobre operação de carga e <u>des</u> <u>carga</u> de mercadorias nos <u>portos</u> <u>orga</u> <u>nizados</u> e das outras providências.	1.2.67
128	31.1.67	Dispõe sobre a alienação de imóveis integrantes dos acervos das empresas concessionárias dos serviços portuários.	2.2.67
129	31.1.67	Dá nova redação ao art. 43 do <u>Decre</u> <u>to</u> - <u>lei</u> nº 72, de 21 de novembro de 1966.	2.2.67
130	31.1.67	Altera o parágrafo único do art. 1º do <u>Decre</u> <u>to</u> - <u>lei</u> nº 38, de 18 de <u>novem</u> <u>bro</u> de 1966.	2.2.67
131	31.1.67	Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de 32 258 800, para o fim que especifica.	2.2.67
132	1.2.67	Altera a <u>Lei</u> nº 3 654, de 4 de <u>novem</u> <u>bro</u> de 1959.	2.2.67
133	1.2.67	Dispõe sobre regime de trabalho nas empresas, em decorrência do racionamento de energia elétrica, e das outras providências.	2.2.67
134	2.2.67	Dispõe sobre o cálculo do "Imposto <u>ú</u> <u>nico</u> ", incidente sobre águas minerais industrializadas, e das outras <u>provi</u> <u>dências</u> .	3.2.67

Nº	DATA	EMENTA	PUBLICAÇÃO D.O.
135	2.2.67	Dispõe sobre a constituição da Fundação denominada Grupo de Estudos de Integração da Política de Transportes - GEIPOP - e sobre os contratos celebrados pelo Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes, órgão centralizado da União.	3.2.67
136	3.2.67	Altera o Anexo 2 integrante da Lei nº 5 189, de 8 de dezembro de 1966.	3.2.67
137	2.2.67	Dispõe sobre a política de consolidação do Distrito Federal, cria a Coordenação do Desenvolvimento de Brasília (CODEBRÁS), extingue o Grupo de Trabalho de Brasília G.T.B. e dá outras providências.	3.2.67
138	2.2.67	Autoriza o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas a executar obras de Engenharia Rural.	3.2.67
139	2.2.67	Reestrutura o Conselho Nacional de Transportes.	28.2.67
140	2.2.67	Acrescenta o § 7º ao art. 4º da Lei nº 4 985, de 18 de maio de 1966.	3.2.67
141	2.2.67	Dispõe sobre liquidação dos direitos e obrigações das autarquias extintas.	3.2.67
142	2.2.67	Dispõe sobre o Plano Rodoviário Nacional.	3.2.67
143	2.2.67	Estabelece modificações no Plano Ferroviário Nacional do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 4 592 de 29 de dezembro de 1954 e dá outras providências.	3.2.67
144	2.2.67	Cria a Tabela de Taxas e Emolumentos da Junta Comercial do Distrito Federal e dá providências para sua instalação, organização e funcionamento.	3.2.67
145	2.2.67	Extingue as taxas criadas pelo Decreto-lei nº 7 632, de 12 de junho de 1945 e dá outras providências.	3.2.67
146	3.2.67	Dispõe sobre vencimentos dos Tesoureiros efetivos, Tesoureiros-Auxiliares do Serviço Público Federal e Autarquia, e Conferentes das Caixas Econômicas Federais, e dá outras providências.	3.2.67

<u>Nº</u>	<u>DATA</u>	<u>EMENTA</u>	<u>PUBLICAÇÃO</u> <u>D.O.</u>
147	3.2.67	Dá nova lei orgânica à Procuradoria Ge- ral da Fazenda Nacional e dá outras pro- vidências.	3.2.67
148	8.2.67	Dispõe sobre a organização da vida ru- ral, investidas das Associações Ru- rais nas funções e prerrogativas do ór- gão sindical.	10.2.67
149	88.2.67	Aprova o Convênio firmado entre o Go- verno Federal e o Estado da Guanabara, para a reinclusão, nos Quadros do Corpo de Bombeiros do Estado da Guanabara, do pessoal do Corpo de Bombeiros do anti- go Distrito Federal.	.2.67
150	9.2.67	Dispensa de registro no Serviço Nacio- nal de Fiscalização da Medicina e Far- mácia, os diplomas expedidos por Esco- las ou Faculdades de Medicina e de Far- mácia.	10.2.67
151	9.2.67	Dispõe sobre os depósitos bancários do SESI, SESC, SENAI, SENAC e das entida- des sindicais.	13.2.67
152	10.2.67	Autoriza a constituição de uma socieda- de de economia mista destinada a explo- rar os serviços de transporte marítimo na Baía de Guanabara.	13.2.67
153	10.2.67	Estabelece normas para o funcionamento da Companhia Brasileira de Dragagem, constituída nos termos do art. 26, da Lei nº 4 213, de 14 de fevereiro de 1963, e de acordo com o disposto no De- creto nº 54 046, de 23 de julho de 1964.	13.2.67
154	10.2.67	Dispõe sobre os bens e pessoal vincula- do ao Serviço de Navegação da Bacia do Prata - Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Viação e Obras Públicas- extingue esta Autarquia, e autoriza a constituição do Serviço de Navegação da Bacia do Prata S.A. e dá outras providências.	13.2.67
155	10.2.67	Dispõe sobre a extinção da Autarquia Fe- deral denominada Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Por- to do Pará; autoriza a constituição da Empresa de Navegação da Amazônia S.A. e da Cia. Docas do Pará e dá outras providências.	13.2.67
156	10.2.67	Modifica disposição do Decreto-lei nº 38, de 18 de novembro de 1966.	13.2.67
157	10.2.67	Concede estímulos fiscais à capitaliza- ção das empresas; reforça os incenti- vos a compra de ações; facilita o paga- mento de débitos fiscais.	13.2.67



<u>Nº</u>	<u>DATA</u>	<u>EMENTA</u>	<u>PUBLICAÇÃO</u> <u>D.O.</u>
158	10.2.67	Dispõe sobre a aposentadoria especial do aeronauta e dá outras providências.	13.2.67
159	10.2.67	Dispõe sobre as substâncias capazes de determinar dependência física ou psíquica, e dá outras providências.	13.2.67
160	10.2.67	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Indústria e do Comércio o crédito especial de R\$ 107 000 000, (cento e sete milhões de cruzeiros), para cobrir despesas com indenizações decorrentes de sentenças judiciais.	13.2.67
161	13.2.67	Autoriza o Poder Executivo a instituir a "Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística" e dá outras providências.	14.2.67
162	13.2.67	Dispõe sobre a exploração dos serviços de telecomunicações.	14.2.67
163	13.2.67	Exclui do sistema de alienação compulsória, instituída na Lei nº 4 380 de 21 de agosto de 1964, com as alterações decorrentes do prescrito na Lei nº 5 049, de 29 de junho de 1966 os imóveis de propriedade das entidades que menciona.	14.2.67
164	13.2.67	Modifica a legislação da Política Econômica da Borracha e dá outras providências.	14.2.67
165	13.2.67	Dispõe sobre a isenção ou redução do imposto sobre a transferência de juros para o exterior, quando houver acordo tributário.	14.2.67
166	14.2.67	Transfere a Agência Nacional do Ministério da Justiça e Negócios Interiores para a Presidência da República.	14.2.67
167	14.2.67	Dispõe sobre títulos de crédito e dá outras providências.	15.2.67
168	14.2.67	Retifica dispositivos do Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966 no que tange a aspectos administrativos da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).	15.2.67
169	14.2.67	Reduz alíquotas do imposto de importação e dá outras providências.	15.2.67

Nº	DATA	EMENTA	PUBLICAÇÃO D.O.
170	15.2.67	Altera a Lei Orçamentária sem aumento de despesa.	16.2.67
171	15.2.67	Altera, sem aumento de despesas, a Lei nº 5 189, de 8 de dezembro de 1966, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1967.	16.2.67
172	15.2.67	Dispõe sobre a transferência de dotações orçamentárias para o Conselho Federal de Cultura.	16.2.67
173	15.2.67	Dispõe sobre os recursos financeiros para a manutenção, no exercício financeiro de 1967, do Instituto Nacional do Cinema, entidade autárquica vinculada ao Ministério da Educação e Cultura, e das outras providências.	16.2.67
174	15.2.67	Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 5 020, de 7 de junho de 1966, que dispõe sobre as promoções de oficiais da ativa da Aeronáutica.	16.2.67
175	15.2.67	Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Fazenda o crédito especial que menciona e dá outras providências.	16.2.67
176	15.2.67	Modifica o § 1º do art. 28 do Decreto-lei nº 81, de 21 de dezembro de 1966 e dá outras providências.	16.2.67
177	16.2.67	Altera o Decreto-lei nº 81, de 21 de dezembro de 1966	17.2.67
178	16.2.67	Dispõe sobre a cessão de imóveis da União Federal para as finalidades que especifica.	17.2.67
179	16.2.67	Autoriza a instituição da Fundação Interestadual para o Desenvolvimento dos Vales do Tocantins-Araguaia e Paraguai-Cuiabá (FIRTOP) e dá outras providências.	17.2.67
180	16.2.67	Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Fazenda o crédito especial que menciona e dá outras providências.	17.2.67
181	17.2.67	Dá nova denominação à atual Escola Técnica Federal da Guanabara.	20.2.67
182	20.2.67	Acrescenta parágrafo único ao art. 16 da Lei nº 3 222, de 21 de julho de 1957, alterado pela Lei nº 5 176, de 1º de dezembro de 1966.	21.2.67

<u>Nº</u>	<u>DATA</u>	<u>EMENTA</u>	<u>PUBLICAÇÃO</u> <u>D.O.</u>
183	21.2.67	Retifica, sem ônus, a Lei nº 5 189 , de 8 de dezembro de 1966.	22.2.67
184	21.2.67	Dispõe sobre a criação de cargos em comissão, no Conselho Federal de Cultura.	22.2.67
185	23.2.67	Estabelece normas para a contratação de obras e para revisão de preços em contratos de obras ou serviços a cargo do Governo Federal.	24.2.67
186	23.2.67	Incorpora o Instituto Borges da Costa a Universidade Federal de Minas Gerais.	24.2.67
187	23.2.67	Concede pensão especial à cidadã portuguesa Mary Crispim Galvão, servidora da Delegacia do Tesouro Brasileiro no Exterior.	24.2.67
188	23.2.67	Dispõe sobre a aplicação da correção do registro contábil do valor original dos bens do ativo imobilizado do capital das empresas concessionárias dos serviços portuarios.	24.2.67
189	24.2.67	Dispõe sobre a taxa de câmbio a que se refere o parágrafo único do Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1966.	24.2.67
190	24.2.67	Dispõe sobre o despacho de embarcações e dá outras providências.	27.2.67
191	24.2.67	Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de R\$ 21 000 000, 00 (vinte e um milhões de cruzeiros novos), como reforço ao Fundo da Marinha Mercante e dá outras providências.	27.2.67
192	24.2.67	Fixa o entendimento da expressão "indenizações trabalhistas" nos textos legais.	27.2.67
193	24.2.67	Altera a redação dos artigos 10 e 11 da Lei nº 4 923, de 23 de dezembro de 1965, que institui o cadastro permanente das admissões e dispensas de empregados.	27.2.67
194	24.2.67	Dispõe sobre a aplicação da legislação sobre o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço as entidades de fins filantropicos.	27.2.67
195	24.2.67	Dispõe sobre a cobrança da Contribuição de Melhoria.	27.2.67

<u>Nº</u>	<u>DATA</u>	<u>EMENTA</u>	<u>PUBLICAÇÃO</u> <u>D.O.</u>
196	24.2.67	Altera dispositivo da Lei nº 4 328, de 30 de abril de 1964.	27.2.67
197	24.2.67	Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 3 765, de 4 de maio de 1960, que dispõe sobre as Pensões Militares.	27.2.67
198	24.2.67	Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério das Minas e Energia o crédito especial de R\$ 4 000 000,00 (quatro milhões de cruzeiros novos) para o fim que especifica.	27.2.67
199	25.2.67	Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.	27.2.67
200	25.2.67	Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa, e dá outras providências.	27.2.67
201	27.2.67	Dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, e dá outras providências.	27.2.67
202	27.2.67	Incorpora ao Fundo Rotativo Habitacional de Brasília, saldos de dotações orçamentárias, consignadas a favor do Grupo de Trabalho de Brasília.	27.2.67
203	27.2.67	Autoriza a Prefeitura do Distrito Federal a promover a desapropriação de terras situadas no perímetro do Distrito Federal.	27.2.67
204	27.2.67	Dispõe sobre a exploração de loterias e dá outras providências.	27.2.67
205	27.2.67	Dispõe sobre a organização, funcionamento e extinção de aeroclubes, e dá outras providências.	27.2.67
206	27.2.67	Dispõe sobre a Escola de Enfermagem Alfredo Pinto e dá outras providências.	27.2.67
207	27.2.67	Altera dispositivos da Lei nº 5 250 de 9 de fevereiro de 1967.	27.2.67
208	27.2.67	Regulamenta a cobrança do Imposto de Circulação de Mercadorias sobre os derivados de petróleo, redistribuição Fundo Rodoviário Nacional e dá outras providências.	27.2.67

<u>Nº</u>	<u>DATA</u>	<u>EMENTA</u>	<u>PUBLICAÇÃO</u> <u>D.O.</u>
209	27.2.67	Institui o Código Brasileiro de Alimentos, e dá outras providências.	27.2.67
210	27.2.67	Estabelece normas para o abastecimento de trigo, sua industrialização e comercialização e dá outras providências.	27.2.67
211	27.2.67	Dispõe sobre o registro dos órgãos executivos de atividades hemoterápicas a que se refere o art. 3º, item 3, da Lei nº 4 701, de 28 de junho de 1965, e dá outras providências.	27.2.67
212	27.2.67	Dispõe sobre medidas de segurança sanitária do País.	27.2.67
213	27.2.67	Organiza o Departamento Nacional do Salário.	27:2:67
214	27.2.67	Prorroga o período de vigência do crédito especial autorizado pela Lei nº 4 793, de 20 de outubro de 1965.	28.2.67
215	27.2.67	Altera o Código da Justiça Militar (Decreto-lei nº 925, de 2 de dezembro de 1938).	27.2.67
216	27.2.67	Dispõe sobre a execução do art. 188 da Constituição Federal e dá outras providências.	27.2.67
217	28.2.67	Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de N.º. 700 000,00 (setecentos mil cruzeiros novos) destinado a atender despesas com a posse do Presidente da República, em 15 de março de 1967.	28.2.67
218	28.2.67	Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Fazenda o crédito especial que menciona e dá outras providências.	28,2.67
219	28.2.67	Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de N.º 4 898 600,00 (quatro milhões oitocentos e noventa e oito mil, e seiscentos cruzeiros novos).	28.2.67
220	28.2.67	Dispõe sobre a aceitação pelo Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A. da Nota Promissória Rural prevista no Decreto-lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967.	28.2.67

<u>Nº</u>	<u>DATA</u>	<u>EMENTA</u>	<u>PUBLICAÇÃO</u> <u>D.O.</u>
221	28.2.67	Dispõe sôbre a proteção e estímulo à pesca e dá outras providências.	28.2.67
222	28.2.67	Revigora o crédito especial aberto pelo art. 55 da Lei nº 4 242, de 17 de julho de 1963.	28.2.67
223	28.2.67	Autoriza a desapropriação de imóveis residenciais em Brasília, Distrito Federal, e dá outras providências.	28.2.67
224	28.2.67	Dispõe sôbre a extinção do Serviço de Alimentação da Previdência Social .. (SAPS), transfere os respectivos bens, serviços e atribuições, com o respectivo pessoal, para outros órgãos e entidades, e dá outras providências.	28.2.67
225	28.2.67	Dispõe sôbre a administração do Instituto Nacional da Previdência Social (INPS) e dá outras providências.	28.2.67
226	28.2.67	Cria junto ao Departamento de Administração do Ministério do Trabalho e Previdência Social o Serviço da Conta "Emprego e Salário".	28.2.67
227	28.2.67	Dá nova redação ao Decret-lei nº 1 985 (Código de Minas), de 29 de janeiro de 1940.	28.2.67
228	28.2.67	Reformula a organização da representação estudantil e dá outras providências.	28.2.67
229	28.2.67	Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5 452, de 1º de maio de 1943 e dá outras providências.	28.2.67
230	28.2.67	Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Nº 472 080,53 para o fim que especifica.	28.2.67
231	28.2.67	Altera o Decreto-lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.	28.2.67
232	28.2.67	Faz doação à Academia Brasileira de Letras do imóvel situado na Avenida Presidente Wilson nº 231, no Estado da Guanabara.	28.2.67
233	28.2.67	Faz doação à Universidade Federal do Rio de Janeiro, do imóvel situado na Avenida Pasteur nº 250, e dependências anexas, no Estado da Guanabara.	28.2.67

<u>Nº</u>	<u>DATA</u>	<u>EMENTA</u>	<u>PUBLICAÇÃO</u> <u>D.O.</u>
234	28.2.67	Altera disposições do Decreto-lei número 32, de 18 de novembro de 1966 (Código Brasileiro do Ar), e dá outras providências.	28.2.67
235	28.2.67	Acrescenta parágrafo ao art. 1º do Decreto-lei nº 162, de 13 de fevereiro de 1967.	28.2.67
236	28.2.67	Complementa e modifica a Lei nº 4 117 de 27 de agosto de 1962.	28.2.67
237	28.2.67	Modifica o Código Nacional de Trânsito.	28.2.67
238	28.2.67	Retifica o Decreto-lei número 157, de 10 de fevereiro de 1967 e dá outras providências.	28.2.67
239	28.2.67	Define o Programa Tecnológico Nacional, o sistema nacional de tecnologia e dá outras providências.	28.2.67
240	28.2.67	Define a política e o sistema nacional de metrologia e dá outras providências.	28.2.67
241	28.2.67	Inclui entre as profissões cujo exercício é regulado pela Lei nº 5 194, de 24 de dezembro de 1966, a profissão de engenheiro de operação.	28.2.67
242	28.2.67	Dispõe sobre o custeio do Plano Nacional de Cultura.	28.2.67
243	28.2.67	Fixa as Diretrizes e Bases da Cartografia Brasileira e dá outras providências.	28.2.67
244	28.2.67	Dispõe sobre a indústria de construção naval.	28.2.67
245	28.2.67	Transforma o Colégio Pedro II em autarquia e dá outras providências.	28.2.67
246	28.2.67	Modifica o Decreto-lei nº 113, de 25 de janeiro de 1967, e o Regimento de Custas da Justiça do Distrito Federal.	28.2.67
247	28.2.67	Modifica a redação do artigo 4º da Lei nº 4 878, de 3 de dezembro de 1965, e dá outras providências.	28.2.67
248	28.2.67	Institui a Política Nacional de Saneamento Básico, cria o Conselho Nacional de Saneamento Básico e dá outras providências.	28.2.67

<u>Nº</u>	<u>DATA</u>	<u>EMENTA</u>	<u>PUBLICAÇÃO</u> <u>D.O.</u>
249	28.2.67	Dispõe sobre a reorganização da Companhia de Navegação do São Francisco.	28.2.67
250	28.2.67	Autoriza a Universidade Federal da Bahia a incorporar a Escola Agrônômica da Bahia e a Escola Veterinária da Bahia.	28.2.67
251	28.2.67	Desapropria, por utilidade pública, imóvel destinado a Hospital, em Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul e da outras providências.	28.2.67
252	28.2.67	Estabelece normas complementares ao Decreto-lei nº 53, de 18 de novembro de 1966, e da outras providências.	28.2.67
253	28.2.67	Modifica a Lei número 5 010, de 30 de maio de 1966, e da outras providências.	28.2.67
254	28.2.67	Código da Propriedade Industrial.	28.2.67
255	28.2.67	Transfere para o Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Guanabara o Quadro Suplementar, a que se refere o art. 9º da Lei nº 4 017, de 16 de dezembro de 1961, e da outras providências.	28.2.67
256	28.2.67	Dispõe sobre a extinção da Autarquia Federal denominada Administração do Porto do Rio de Janeiro, e autoriza a constituição da Cia. Docas do Rio de Janeiro, e da outras providências.	28.2.67
257	28.2.67	Dispõe sobre a Política Econômica do Sal, regula sua execução e da outras providências.	28.2.67
258	28.2.67	Organiza o Departamento Nacional de Salário e da outras providências.	28.2.67
259	28.2.67	Atribui Competência ao Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) para aprovar a estrutura e regimento da Secretaria Executiva da entidade.	28.2.67
260	28.2.67	Concede ao Supremo Tribunal Federal um crédito especial de R\$ 2 500 000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros novos), para a construção de um edifício anexo para o Tribunal.	28.2.67



<u>Nº</u>	<u>DATA</u>	<u>EMENTA</u>	<u>PUBLICAÇÃO</u> <u>D.O.</u>
261	28.2.67	Dispõe sobre as sociedades de capitalização e dá outras providências.	28.2.67
262	28.2.67	Dispõe sobre a venda de terrenos do Instituto Nacional da Previdência Social a entidade do Sistema Financeiro da Habitação.	28.2.67
263	28.2.67	Autoriza o resgate de títulos da Dívida Pública Interna Fundada Federal e dá outras providências.	28.2.67
264	28.2.67	Dispõe sobre a Tarifa das Alfândegas e dá outras providências sobre o comércio exterior.	28.2.67
265	28.2.67	Cria a Cédula Industrial Pignoratícia, altera disposições sobre Duplicatas e dá outras providências.	28.2.67
266	28.2.67	Dispõe sobre o regime do pessoal das Caixas Econômicas Federais.	28.2.67
267	28.2.67	Introduz alterações no Ministério Público da União junto à Justiça Militar e dá outras providências.	28.2.67
268	28.2.67	Autoriza abertura de crédito especial de R\$ 350 000 (trezentos e cinquenta mil cruzeiros novos), ao Ministério de Educação e cultura.	28.2.67
269	28.2.67	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal de Sergipe e dá outras providências.	28.2.67
270	28.2.67	Cria o Fundo Aeroviário e o Conselho Aeroviário Nacional e dispõe sobre a constituição do Plano Nacional e a utilização da Infraestrutura Aeroportuária Brasileira, estabelecendo as taxas correspondentes.	28.2.67
271	28.2.67	Dispõe sobre loteamento urbano, responsabilidade do loteador, concessão de uso e espaço aéreo e dá outras providências.	28.2.67
272	28.2.67	Dá nova redação ao art. 1º do Decreto-lei nº 149, de 8 de fevereiro de 1967.	28.2.67

<u>Nº</u>	<u>DATA</u>	<u>EMENTA</u>	<u>PUBLICAÇÃO</u> <u>D.O.</u>
273	28.2.67	Abre, ao Ministério da Fazenda o crédito especial de N.º... 30 000 000,00 para os fins que especifica.	28.2.67
274	28.2.67	Dispõe sobre o Sistema de Classificação de Cargos do Distrito Federal, aprova os respectivos Quadros de Pessoal e dá outras providências.	28.2.67
275	28.2.67	Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, o crédito especial de N.º 570 000, 00 (quinhentos e setenta mil cruzeiros novos), para atender a despesas com a Seção Brasileira da Comissão Mista da Lagoa Mirim.	28.2.67
276	28.2.67	Altera dispositivos da Lei nº 4 214, de 2 de março de 1963, e dá outras providências.	28.2.67
277	28.2.67	Altera os artigos 48 e 53, do Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, que dispõe sobre o imposto de importação e reorganiza os serviços aduaneiros.	28.2.67
278	28.2.67	Altera a denominação do Banco Central da República do Brasil, dispõe sobre suas contas orçamentárias, balanços, atos e contratos e dá outras providências.	28.2.67
279	28.2.67	Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial ao Ministério da Educação e Cultura.	28.2.67
280	28.2.67	Autoriza o Poder Executivo a organizar uma Sociedade por ações e dá outras providências.	28.2.67
281	28.2.67	Extingue o Instituto Nacional do Mate e dá outras providências.	28.2.67
282	28.2.67	Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda o crédito especial que menciona.	28.2.67
283	28.2.67	Dispõe sobre empréstimos contínuos no exterior destinados a construção e vendas de habitações.	28.2.67

<u>Nº</u>	<u>DATA</u>	<u>EMENTA</u>	<u>PUBLICAÇÃO</u> <u>(D.O.)</u>
284	28.2.67	Institui o imposto sôbre transporte rodoviário de passageiros e dá outras providências.	28.2.67
285	28.2.67	Dispõe sôbre o tratamento fiscal das pessoas jurídicas nos casos de fusão ou incorporação consideradas de interesse para a economia nacional.	28.2.67
286	28.2.67	Dispõe sôbre a regularização de emissões ilegais de títulos, e dá outras providências.	28.2.67
287	28.2.67	Dispõe sôbre licitação e contratação de serviços ou obras pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE - e dá outras providências.	28.2.67
288	28.2.67	Altera as disposições da Lei nº 3 173 de 6 de junho de 1957 e regula a Zona Franca de Manaus.	28.2.67
289	28.2.67	Cria o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal e dá outras providências.	28.2.67
290	28.2.67	Regula a situação dos servidores das autarquias federais e dos empregados das sociedades de economia mista aposentados na forma dos Atos Institucionais nºs 1 e 2.	28.2.67
291	28.2.67	Estabelece incentivos para o desenvolvimento da Amazônia Ocidental, da Faixa de Fronteiras abrangida pela Amazônia e dá outras providências.	28.2.67
292	28.2.67	Cria a Superintendência do Vale de São Francisco, extingue a Comissão do Vale de São Francisco e dá outras providências.	28.2.67
293	28.2.67	Dispõe sôbre o seguro de acidentes do trabalho.	28.2.67
294	28.2.67	Altera parcialmente o disposto no artigo 20 do Decreto-Lei nº 81 de 21 de dezembro de 1966.	28.2.67
295	28.2.67	Cria Comissão Liquidante do Acervo do Conselho Nacional de Economia.	28.2.67

<u>Nº</u>	<u>DATA</u>	<u>EMENTA</u>	<u>PUBLICAÇÃO</u> <u>D.O.</u>
296	28.2.67	Altera dispositivos do Decreto-lei numero 73, de 21 de novembro de 1966.	28.2.67
297	28.2.67	Altera a distribuição de dotações destinadas à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste pela Lei nº 5 189, de 8 de dezembro de 1966, que aprovou o Orçamento da União para o exercício financeiro de 1967.	28.2.67
298	28.2.67	Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito de R\$ 1 000 000,00 (um milhão de cruzeiros novos) e da outras providências.	28.2.67
299	28.2.67	Reorganiza o Grupo Ocupacional P-1700 do Anexo I da Lei nº 3780, de 12 de julho de 1960, e da outras providências.	28.2.67
300	28.2.67	Dispõe sobre as penalidades pela falta de pagamento da contribuição sindical rural.	28.2.67
301	28.2.67	Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste, aprova o Plano Diretor, extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País, cria a Superintendência do Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste - SUDESUL - e da outras providências.	28.2.67
302	28.2.67	Revoga o Decreto-lei nº 137, de 2 de fevereiro de 1967, dispõe sobre a política de consolidação do Distrito Federal; cria a Coordenação do Desenvolvimento de Brasília (CODEBRAS), extingue o Grupo de Trabalho de Brasília / (GTB) e da outras providências.	28.2.67
303	28.2.67	Cria o Conselho Nacional de Controle da Poluição Ambiental e da outras providências.	28.2.67
304	28.2.67	Abre o Crédito Especial pelo Ministério da Viação e Obras Públicas ao Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes - GEIPOT.	28.2.67
305	28.2.67	Dispõe sobre a legalização dos livros de escrituração das operações mercantis.	28.2.67

<u>Nº</u>	<u>DATA</u>	<u>EMENTA</u>	<u>PUBLICAÇÃO</u> <u>D.O.</u>
306	28.2.67	Introduz um § 4º no art. 21 do Decreto-lei nº 67, de 21 de novembro de 1966.	28.2.67
307	28.2.67	Autoriza a abertura de crédito especial para concessão de recursos financeiros no Estado da Bahia .	28.2.67
308	28.2.67	Dispõe sobre a receita do Instituto do Açúcar e do Alcool (I.A.A) e dá outras providências.	28.2.67
309	28.2.67	Altera as Leis nº 4 448, de 29 de outubro de 1964, e 5 074, de 22 de agosto de 1966, que regulam as promoções dos Oficiais do Exército.	28.2.67
310	28.2.67	Dispõe sobre a Delegacia do Tesouro Brasileiro no Exterior e dá outras providências.	28.2.67
311	28.2.67	Isenta dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, materiais transferidos à Companhia de Transportes Urbanos (CTU).	28.2.67
312	28.2.67	Autoriza a prestação da assistência farmacêutica pela previdência social e dá outras providências .	28.2.67
313	7.3.67	Cria no Corpo de Oficiais da Aeronáutica da Ativa, o Quadro de Oficiais Engenheiros e sua respectiva reserva.	9.3.67
314	13.3.67	Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências.	13.3.67
315	13.3.67	Organiza a Secretaria de Segurança Pública da Prefeitura do Distrito Federal e dá outras providências.	13.3.67
316	13.3.67	Dispõe sobre as estipulações de moedas de pagamento das obrigações.	13.3.67
317	13.3.67	Reorganiza as Polícias e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal e dá outras providências.	14.3.67
318	14.3.67	Dá nova redação ao preâmbulo e a dispositivos do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967.	14.3.67

Em duas hipóteses cabia a decretação de leis sem a participação do Congresso Nacional, segundo o estabelecido no Ato Institucional n. 2:

- quando em funcionamento o Congresso sobre matéria de segurança nacional (art. 30);
- quando em recesso decretado sobre todas as matérias da competência legislativa da União (art. 31, parágrafo único).

207 decretos-leis foram baixados, sob a invocação da segurança nacional, sendo os de ns. 113 a 312 durante o período normal de recesso parlamentar e os de ns. 313 a 318 em pleno funcionamento do Congresso Nacional.

## IV — PALAVRAS FINAIS

## PALAVRAS FINAIS

Do relato apresentado, verifica-se quão proveitosos foram, na sessão legislativa que ora se encerra, os trabalhos realizados pelo Senado.

Na verdade, tôda a vida política, econômica e social do País, através dos pronunciamentos dos Senhores Senadores, se projecta, nervosa e vibrante, nesta Casa, onde repercutem, com intensidade, os anseios e ideais do povo brasileiro.

Os estados, aqui representados, na expressão mais forte do nosso federalismo - eixo e equilíbrio de todo o nosso sistema político - podem bem, no esforço comum, fortalecer a unidade nacional. Na sua igualdade de forças - e através da perfeita sintonia de princípios e idéias - as unidades federativas continuam a ter, no Senado, a tribuna livre para a sua afirmação.

Como a Câmara dos Senhores Deputados, empenhada em tarefas não menores nem menos expressivas, porque também sabe engrandecer-se no conceito nacional e na defesa dos princípios democráticos mais sadios, o Senado encerra as suas atividades da 1ª sessão legislativa ordinária da 6ª legislatura, cõscio de haver cumprido os seus deveres e certo de não haver faltado à confiança da Nação.

Verdade é que o Congresso Nacional desempenhou, com grandeza e desprendimento, a sua nobre missão, enfrentando, muita vez, dificuldades e incompreensões, mas soube honrar sempre o mandato recebido do povo brasileiro; dedicou-se com fervor ao trabalho pelo progresso e pela felicidade do Brasil; debateu com ardor e altivez os assuntos postos ao seu estudo; procurou com independência e serenidade as soluções mais acertadas para os problemas sobre os quais lhe coube legislar; exerceu sem demasias o dever de crítica e de fiscalização.

A Presidência deseja, ao final, consignar os seus agradecimentos a quantos a eles fizeram jus, pelo apoio e colaboração que lhe prestaram - membros da Mesa, Lideranças, Senadores, funcionários, representantes da imprensa e servidores de outros órgãos, aqui em exercício.